

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

**“A Praça é do povo como o céu é do condor”:
Arborização no Recife no século XIX (1840-1880)**

Laura Patrícia Lopes da Hora

Recife, 2015

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

**“A Praça é do povo como o céu é do condor”:
Arborização no Recife no século XIX (1840-1880)**

Laura Patrícia Lopes da Hora

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
programa de Pós-Graduação em História do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco sob a
orientação da Pfr.^a Dr.^a Christine Paulette
Yves Rufino Dabat.**

Recife, 2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

H811p Hora, Laura Patrícia Lopes da.
"A Praça é do povo como o céu é do condor" : arborização no Recife
no século XIX (1840-1880) / Laura Patrícia Lopes da Hora. – Recife: O
autor, 2015.
194 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. História. 2. Política urbana. 3. Renovação urbana. 4. Arborização
das cidades - Recife (PE) – 1840-1880. 5. Civilização. I. Dabat, Christine
Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-131)



Laura Patrícia Lopes da Hora

**“A PRAÇA É DO POVO COMO O CÉU É DO CONDOR”:
ARBORIZAÇÃO DO RECIFE NO SÉCULO XIX (1840 – 1880)**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **26/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Cristiano Luis Chritillino
Membro Titular Interno (Departamento de História/UEPB)

Prof. Dr. Jan Bitoun
Membro Titular Externo (Departamento de Geografia /UFPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

À minha mãe, Maria,
Porque todas as flores e árvores que hoje sei,
Foi ela quem me ensinou.

Agradecimento

Sempre acho que as sentimentalidades devem vir no final, quando o desespero se finda, os dissabores e percalços estão bem longe do momento atual e que, finalmente, nos damos conta de que podemos pensar em coisas mais amenas. Quando percebemos que a tormenta não deixou grandes cicatrizes, que o mestrado não deixou grandes traumas, e que tudo não passou de simples circunstâncias atípicas na vida. E é depois desses momentos que surge esse agradecimento.

Agradeço a Deus, por tornar possível cada caminho que surgiu como desafio ou como presente em minha vida. Meus sinceros agradecimentos por tanta luz na vida.

À minha orientadora, Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat, por ter me ensinado uma vez a ter “*couro grosso*” para suportar as batalhas do mundo acadêmico. Pela confiança depositada em mim, por sua dedicação constante e pela incomensurável paciência com essa orientanda que tanto deu trabalho. Por seus incentivos constantes, pelas palavras sábias. Pelos deliciosos biscoitos em dias de reuniões. Pela sua verdadeira orientação, pelos puxões de orelha sempre pertinentes, sobretudo, por clarear pontos que, sem sua ajuda, seriam obscuros no caminhar desafiador que é escrever uma dissertação. Mas, acima de tudo, por ser o modelo de professora que eu desejo ser. Não tenho palavras para agradecer os ensinamentos para vida que eu recebi nessa convivência.

A meu mentor, meu amigo constante José Marcelo, sem sua ajuda eu não chegaria até aqui. Obrigada pela serenidade que sempre me acolheu, por ter me indicado possibilidades sem ser invasivo. Por estar presente mesmo não sendo essa a sua temática. O bom da caminhada é que a gente pode contar com pessoas que se dispõem a ajudar por amizade sincera.

À secretária da Pós-graduação em História, Sandra, com sua doçura, que me alertou de prazos e que sempre foi gentil, ao me esclarecer certas “dúvidas burocráticas” e a me tirar de momentos em que surtava de preocupações.

Aos amigos de turma do mestrado pela boa convivência e pelo incentivo durante todo o curso, pelas cervejas depois das aulas, pelas trocas constantes de conhecimento. Obrigada em especial a Raíssa por ter sido minha “pareia” desde o início, à Jerfferson pela doce surpresa de amizade, à Maria pela inestimável prestação de favores a mim, o mundo precisa mesmo de mais pessoas generosas como você.

Aos meus amigos por suportarem minhas constantes ausências por estar dissertando nos sábados de mercado, nos dias de sol, nas nossas reuniões.

E finalmente à minha família, meu refúgio, meu abrigo, o motivo de eu ser quem eu sou. À minha mãe por representar não mais que meus alicerces, por derrubar paredes para que eu crescesse num mundo onde não existissem limites que me podassem os sonhos. À minha irmã-amiga Laís, por ser uma continuação de mim, pela fidelidade, pelo amor constante, e, sobretudo, por corrigir minha dissertação sem fim. Ao meu irmão, por ser tão parceiro, por cuidar de mim, e estar sempre presente. Às presenças que me acalmam nos dias difíceis.

Meus sinceros agradecimentos.

Muito obrigada!

Resumo

Este trabalho acadêmico analisa as dinâmicas que envolveram as iniciativas de arborização no Recife, na segunda metade do século XIX, mais apropriadamente entre 1840 e 1880, levando em consideração o projeto modernizador da época instituído pela elite e pelo poder público. Visando sua transformação em uma cidade “moderna” e “civilizada”, essas iniciativas de arborização fazem parte de uma política urbana direcionada por um projeto de modernização de teor civilizatório, salubrista e estético. Essa política de reformulação urbana vai envolver a produção de normas e ação de agentes, em especial a Repartição de Obras Públicas (ROP) e os médicos higienistas apoiados pelo Estado, e refletiam os ideais médicos e civilizatórios europeus. Nesse contexto, propagou-se uma nova visão de mundo através da influência da medicina preventiva sobre a cidade e o indivíduo, é nessa perspectiva que a utilização da malha verde dentro dos espaços urbanos vai ganhar uma nova redefinição. Estabelecendo um lugar de importância para os espaços arborizados na organização da cidade, seja pela sua importância como instrumento regulador do espaço com o advento das reformas urbanas, seja pela própria reconciliação do homem com a natureza. É associada a essas reformas a “ideologia de civilização” que construirá novos princípios para o comportamento da sociedade, realizando uma investigação acerca das condições políticas que possibilitou a difusão desse discurso e sua aceitação. Analisa-se a implantação da malha verde, situando as políticas públicas atreladas à conscientização da importância arbórea na cidade, e a importância que a árvore assume dentro da *urbe*. Tentando compreender e analisar seus efeitos sociais, culturais, políticos, e higienistas nesse processo de modernização. Nessa perspectiva, é descrito o contexto histórico do Recife e as condições gerais de vida da população, nesse período, abordando a construção do “progresso” sob a ótica das reformas urbanas a fim de entender como ocorreu o estabelecimento das praças e jardins públicos do Recife.

Palavras-Chave: *Reforma Urbana, Arborização, Salubridade, Civilização e Progresso.*

Abstract

This academic work analyzes the dynamics involving afforestation initiatives in Recife in the second half of the nineteenth century, more appropriately between 1840-1880, taking into account the modernizing project of the time set by the elite and the government. Targeting its transformation into a city "modern" and "civilized" these afforestation initiatives are part of an urban policy directed by a civilizing content modernization project, salubrista and aesthetic. This reshaping urban policy will involve the production of standards and special agents of action the Bureau of Public Works (ROP) and hygienists doctors supported by the state, and reflected the medical ideals and European civilization. In this context has spread a new vision of the world through the influence of Preventive Medicine of the city and the individual, it is in this perspective that the use of green mesh within urban areas will gain a new reset. Establishing a place of importance to the wooded areas in the organization of the city, either because of its importance as a regulatory tool space with the advent of urban reforms is the very reconciliation of man with nature. It is associated with these reforms, "ideology of civilization" that will build new principles for the behavior of society, carrying out an investigation about the political conditions that made possible the dissemination of speech and acceptance. Analyzes the implementation of green mesh, placing public policies linked to the awareness of the importance tree in the city, and the importance that the tree takes in the metropolis. Trying to understand and analyze their social, cultural, political, and hygienists in this modernization process. From this perspective, it describes the historical context of Recife and the general living conditions of the population in this period, addressing the construction of "progress" from the perspective of urban reform in order to understand how was the establishment of squares and public gardens of Recife.

Key-words: Urban Reform, Afforestation, Health Commission, Civilization and Progress.

Lista de imagens

P. 127 - Figura 1. Pátio do colégio ou Cais do Ramos antes da arborização.

P. 128 - Figura 2. Cais do Ramos ou do Colégio após a arborização, em 1858.

P. 157 - Figura 3. Campo das Princesas, numa gravura de Schlappriz, litografia de F.H. Carls. Ao fundo, o Teatro Santa Isabel e o Palácio da Presidência da Província. Fonte: Reprodução do Álbum de Luís Schlappriz – *Memória de Pernambuco*, 1863, de Gilberto Ferrez, 1981; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/ IPHAN.

P. 161 - Figura 4. Jardim do Campo das Princesas, 1875, foto de Marc Ferrez. Fonte: álbum *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/ IPHAN.

P. 168 - Figura 5. Fonte do Jardim do Conde d'EU, cerca de 1890, foto de Guilherme Gaensly. Fonte: Reprodução do álbum *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN.

P. 172 - Figura 6. Jardim do Conde d'EU, 1875, foto de Marc Ferrez. À esquerda, o conjunto de sobrados e ao fundo a Igreja da Matriz da Boa Vista. Fonte: Reprodução do álbum *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN

P. 172 - Figura 7. Jardim do Conde d'EU. Reprodução do álbum *Greetings from Brazil*, de Gerodetti e Cornejo, 2005.

P. 174 - Figura 8. Praça Dezesete, início do século XX. Fonte: Reprodução do álbum de Pernambuco, de M. Monteiro, 1913; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN.

Lista de Tabelas

- P. 104 - Tabela 1.** Estimativa da população do Recife entre 1810-1872.
- P. 129 - Tabela 2.** Recife 1821/1910 – Número de edifícios por bairros.
- P. 130 - Tabela 3.** Recife – Distribuição espacial da população 1844 -1872.

Lista de Quadros

P. 148 - Quadro 1. As plantas mais utilizadas na arborização do Recife no século XIX.

FAZER A CIDADE (Marco Polo)

*A cidade se faz e acontece
Quando é percorrida
Passo a passo, quando é lida
Por dentro , como um poema*

*A gente faz a cidade ao percorrê-la
Em passos de passeio, meio distraída
E, no entanto, perspicaz e atenta
Ao pássaro súbito que pousa em nossa atenção.*

*A cidade se faz quando visitada
Em suas veias, no que não é turístico,
No beco escuro, na viela, na favela,
Na realidade por trás do cenário.*

Sumário

Introdução	16
1 Num dia de sol Recife acordou civilizado	27
1.1 Os conceitos de progresso.....	30
1.2 O progresso, modernização e civilização.....	42
1.2.1 <i>O progresso e a civilização</i>	44
1.3 O progresso e a consciência de arborização no espaço urbano.....	51
1.3.1 <i>Da lama ao caos, do caos à lama, um homem roubado nunca se engana: O mangue como alvo de saneamento</i>	54
2 A cidade e o Estado	60
2.1 Repartição de obras públicas.....	60
2.1.1 <i>Sua História</i>	60
2.2 Nos tempos do Barão.....	66
2.2.1 <i>O Barão da Boa Vista</i>	67
2.2.2 <i>Um arquiteto no século XIX: José Mamede Ferreira Alves</i>	78
2.2.3 <i>O Barão de Lucena</i>	92
3 A Cidade que se inventa se reinventa	101
3.1 Plantar é Sanar.....	107
3.1.1 <i>Políticas médicas e médicos políticos</i>	107
3.1.2 <i>A árvore como redentora</i>	120
3.1.3 <i>O Jardim Botânico e os arrematantes de jardim</i>	132
4 A praça é do povo, como o céu é do condor	137
4.1 O Rio de Janeiro e sua influência.....	150
4.2 O Campo das Princesas.....	154
4.2.1 <i>Breve história sobre o baobá</i>	161
4.2.2 <i>As Palmeiras Imperiais</i>	164
4.3 Praça Conde d'EU.....	166

4.4	Praça Pedro II.....	173
	Considerações Finais.....	177
	Referências.....	183
	Bibliografia.....	184

INTRODUÇÃO

Esta cidade é mágica, meio bruxa, enfeitiça, quebranta e tira as forças.
(Nilo Pereira)

A história ambiental ultimamente tem se preocupado com o papel que a vegetação assume dentro das cidades, refletindo sobre a importância desses espaços para o desenvolvimento urbano e no estabelecimento de novas relações sociais. A questão central nesse estudo é o processo de arborização dos espaços públicos em Recife, no período de 1840 a 1880, sob a ótica de um programa de modernização do espaço. Identificando o papel das políticas públicas na sua configuração, a participação da população nessas iniciativas, bem como as relações de sociabilidades desenvolvidas nesses espaços e, por fim, apresentando um estudo sobre a vegetação utilizada nesses espaços, enfatizando os porquês de suas escolhas.

O “processo civilizatório” do Brasil aos moldes Europeus tem seu ponto de partida com a chegada à colônia da família Real e a abertura dos portos às nações amigas, impulsionando uma série de transformações estruturais, remodelando e encobrendo velhas tradições coloniais, forjando em sua sociedade o desejo de se “construir a civilização europeia nos trópicos”. Na ótica da corte, havia de antemão a necessidade de se construir um ambiente apto para o refrigério de seus costumes sociais, condizentes com seus manuais de civilidade e conduta social. O ambiente encontrado pelo séquito de nobres portugueses ao tocar em solo brasileiro refletia, sob perspectiva eurocêntrica, a barbárie, o grotesco e, sobretudo, o atraso de uma sociedade que estava à margem de um mundo que se movia ao repique do progresso.

O princípio da mudança, construído sobre a égide do ideal do novo, do necessário, e do inevitável, seduziu o mundo, quiçá um povo que se sentia inferiorizado pela sua condição de explorado e economicamente dependente. A invenção da necessidade de se construir a base do progresso, numa sociedade “atrasada” como o Brasil de 1808, legitimou a sequência de intervenções políticas, sociais e culturais na colônia. Assim, visando acompanhar o “processo civilizador”, a sociedade, inspirada na corte portuguesa, aderiu a novas tendências modernizadoras. Há ainda outro marco divisor nesse processo de modernização,

que ocorre após a independência do país, como acentua Marcus Carvalho: a partir da independência foi-se firmando uma ideologia da vida urbana, como se esta representasse o progresso, a civilização¹.

A experiência urbana marcada pelas inóspitas condições ambientais do meio citadino impulsionou o surgimento de sentimento estético e moral de valorização à natureza, transformada ou não pelo homem. Esse fenômeno desenvolve uma nova sensibilidade em relação à natureza e de ideais de valorização dela. De acordo com Isabel Cristina de Moura Carvalho², se a degradação ambiental não chegou a destacar-se como objeto de uma luta social específica, a deterioração do meio ambiente foi percebida e representou uma base de mudança cultural importante. É completa que a apreciação à natureza pode ser considerada antes uma sensibilidade burguesa, pois era esta a parcela de população que dispunha de tempo e de recursos para cultivar e admirar a natureza, mas essa nova sensibilidade generalizou-se, enquanto valor, para um conjunto maior da sociedade.

O conceito de civilidade foi analisado por Norbert Elias, nos dois volumes do *O Processo civilizador*, perpassando pela interdependência das relações humanas. O sociólogo pontua as características que abarcam o conceito de “civilização” como uma grande variedade de transformações, sejam elas na forma de produção de bens, nos costumes e nas tradições, no desenvolvimento do conhecimento, nas concepções religiosas, na arquitetura e no urbanismo, nas relações de sociedade, nas questões alimentares, e que envolvem toda uma rede configuracional da sociedade. Segundo ele, todas as ações humanas podem ser classificadas em “civilizadas” ou “incivilizadas”, partindo sempre da perspectiva da ocidentalização dos costumes.³ Esse conceito de civilização, não é aceito nesse trabalho como forma de analisar a evolução das sociedades, mas é aceita essa teoria por representar os anseios da sociedade da época, por ela ser condizente com os discursos de civilização que permeou o período do estudo.

Esse processo de civilização e progresso, aos moldes ocidentais, começou a ter maior impulso no Recife, em meados do século XIX, sob o governo de Francisco

¹ CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822- 1850, Recife, Editora da UFPE, 1998.

²CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *CONFLUENZE* Vol. 1, No. 1, pp. 136-157, 2009, Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, Università di Bologna.

³ELIAS, Norbert. *Processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar. 1993.

Rego Barros, o futuro Conde da Boa Vista, que desafiou o nativismo pernambucano quando assumiu o cargo de Governador da Província de Pernambuco, entre 1837 e 1844. Sua proposta de governo se alicerçava no ideal de progresso e modernização do Recife e a cidade foi o grande cenário dessa trama, inaugurando um intercâmbio cultural com a Paris moderna. O Governo do Conde da Boa Vista, a partir disso, estabeleceu essa nova mudança de influência cultural, onde a França era o polo difusor do progresso, da modernidade e do desenvolvimento, assim, seguindo a tendência de outras cidades do Brasil, o Recife passou por esse processo de “afrancesamento”⁴. Profissionais estrangeiros, de variadas áreas de conhecimento foram arregimentados para participarem da modernização, principalmente engenheiros com a missão de reordenar essa cidade.

Assim, importando esse modelo de cidade moderna e aplicando ao Recife, se traçaria o caminho da civilização. Segundo Sidney Chalhoub, esse era o percurso ideal para o aperfeiçoamento moral e material, que teria validade para qualquer cidade, e cabia aos governantes conduzir sua sociedade, o mais rápido que fosse, a esse caminho. Com o intuito de conduzir o país à civilização, legitimou-se aprioristicamente decisões quanto às políticas públicas em meio urbano.⁵

O Recife passou a ser palco de intervenções municipais, atribuindo-se ares de cidade moderna e civilizada aos moldes franceses. Durante o governo de Francisco Rego Barros houve diversas criações de posturas municipais ligadas às questões urbanísticas, isso porque seu programa de governo pautava-se pelas reformas de infraestrutura da província. De acordo com Zanchetti⁶ as metas dessa administração eram: criação de uma rede de estradas ligando a zona canavieira ao porto do Recife; reformas do porto; normas sobre arruamento; limpeza urbana; iluminação; rede de abastecimento de água; aparelhamento público-cultural como teatros, jardins, passeios públicos e edificações modernas.

O surgimento da medicina social também faz parte desse processo de modernização e progresso. O pensamento médico oitocentista comungava com teorias higienistas pregadas pelas escolas de medicina europeia que difundiam a

⁴ CARVALHO, Gisele de Melo. *Interiores Residenciais do Recife: A cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX*. Dissertação de Mestrado, PPGH. Recife, 2002.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial* – São Paulo: Companhia das letras. 1996.

⁶ ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. tese (doutorado em Arquitetura) FAU-USP. São Paulo. 1989. p. 182.

teoria de infecção do ar atmosférico pelos miasmas. A nova abordagem relativa à prática médica tenta equilibrar saúde e sociedade, adotando medidas disciplinadoras, cuidando da prevenção antes da remediação. Os pareceres médicos vão ser refletidos nos discursos dos governantes, percebendo a cidade como local perigoso e insalubre, uma vez percebidas era necessário mudar esse cotidiano, edificações pensadas na circulação do ar, disposição de serviços de abastecimento e coletas de esgotos e dejetos, além dos espaços de sociabilidades como praças, jardins e passeios públicos. É nessa onda de preocupação com a salubridade urbana que se começa a pensar nas mudanças não só dos vivos, mas também dos mortos, nessa propaganda de “disciplinarização” era preciso destinar um local extramuros para as construções de cemitérios. É na segunda metade do século XIX, que a questão da salubridade no Recife ganha maior impulso e o discurso disciplinador torna-se mais efetivo.

É nessa onda de modernização do espaço urbano que surgem as primeiras iniciativas de arborização de avenidas já existentes, de novas ruas e de incorporação da vegetação aos espaços públicos das “novas cidades”, com iniciativas do poder municipal. As tentativas de arborização por parte do setor público, embaladas por essa mística do progresso, foram analisadas a partir de das Leis e Posturas Municipais da Cidade do Recife que funcionavam para legitimar tais iniciativas, assim como os relatórios do Conselho Geral de Salubridade Pública e do Conselho de Medicina de Pernambuco que reforçou o projeto higienizador. Esses órgãos, muitas vezes, encabeçaram campanhas, outras vezes cobravam da gestão pública atitudes que visassem o melhoramento urbano e conseqüentemente, a saúde da sociedade. Em relação à concretização das reformas na cidade, foram usados os relatórios da Repartição de obras públicas e os ofícios das Obras Públicas.

A arborização da cidade do Recife não ocorreu de forma imediata, e todos os projetos que tencionavam ser implantados em curto prazo não surtiram o efeito desejado. Os jardins e praças não foram imediatamente implantados quando a sociedade se viu contagiada pela onda de progresso trazida pelo processo de afrancesamento das cidades, mesmo porque a própria sociedade passava por modificação. A construção desses ambientes verdes na cidade cresceu lentamente, acompanhando o desenvolvimento moroso da sensibilidade à natureza da sociedade

Recifense.

Contribuindo para essa análise, investigam-se ainda as transmissões desse interesse pela arborização e, posteriormente, pela implantação de jardins públicos e privados. Nesse contexto de progresso, a cidade figura como o retrato de seus governantes e moradores buscou, assim, revelar a sua melhor roupagem. As reformas urbanas faziam, sobretudo, parte de um ideal de reforma social, visto que a criação de espaços de socialização como parques, jardins e passeios seria capaz de civilizar as massas, e inibir descontentamentos sociais.

As condições de vida na cidade eram insuportáveis, poluição, adensamento populacional, atmosfera insalubre e propagação de doenças eram os males presentes. Esses são indicadores de caráter agônicos que revelam situações limites do dia a dia, e torna a revolta social uma das únicas formas de reagir às tensões da “cidade liberal”. Os problemas que atingiam as capitais industriais da Europa, reflexo do desenvolvimento do capitalismo, não eram aqui desconhecidos, se lá a elite exaltava o progresso e temia a massa de trabalhadores, creditando à ordem do espaço urbano uma forma de solucionar problemas sociais, aqui não fugiria a essa regra, havia o medo das classes populares, da revolta de trabalhadores escravos e dos homens livres desocupados. Era preciso controlar as “classes perigosas”⁷ e somente o Estado poderia concentrar o “monopólio da violência e da repressão”⁸

No entanto, educar o comportamento da massa urbana e o projeto higienizador não seriam os únicos ideais. Havia a própria ideia de vaidade e embelezamento da cidade, fortalecida pela noção de símbolo distintivo de civilização urbana. Era demonstração de sofisticação e elegância o ver e o ser visto, pois, a sociedade *flâneur* carecia de praças e parques para realizar seus passeios. Charles Baudelaire⁹ e Walter Benjamin¹⁰ viam nisto um emblema da modernidade, flunar era

⁷Classes perigosas é uma expressão que foi usada por Mary Carpenter em 1849. um termo genérico que poderia ser aplicado a toda sorte de marginalizados da sociedade incluindo aí os criminosos, vagabundos, desempregados, miseráveis e toda aquela camada de trabalhadores que roçava a pobreza. A miséria e a pobreza engendraram a criminalidade, a delinquência, e a prostituição. Já na teoria das “classes perigosas”, formulada por Louis Chevalier, para entender a Paris do século XIX, haveria uma associação clara e indiscutível entre a classe operária em formação na cidade, suas condições miseráveis de vida, a exploração de violência e criminalidade, despertando forte temor, aliado ao desejo de segurança, nas classes média e Burguesa de Paris. Assim, as classes perigosas estariam amalgamadas às classes trabalhadoras.

⁸O controle exercido pelo Estado Imperial sobre os escravos urbanos é estudado in Leila Mezan Algranti, *O feitor ausente*.

⁹Charles Baudelaire, *Le Peintre de la vie moderne*, cit.: A metrópole: Palco do flâneur, A fisionomia da metrópole moderna, Willi Bolle.

passar por alamedas elegantes e arborizadas, cultivando a gastronomia do olhar, como definiu Balzac. Assim se desejava o *flâneur*, como se assim aspirasse ares de progresso e civilidade.

Rubem de Andrade¹¹ estabelece a terminologia arborização urbana, de acordo com ele, ela só se justifica como um conceito ou disciplina imprescindível à organização da cidade, a partir das reformas urbanas das cidades capitais do país, na primeira década do século XX, no qual é possível observar seu uso dentro de um conceito ideológico claramente definido. Segundo ele, um plano ou uma proposta definida pela metrópole ou mesmo pelo império, que pleiteasse uma organização estruturada da paisagem, através do uso ordenado do elemento arbóreo no tecido urbano, não aconteceu. Mas, contudo, ele não propõe a negação por completo da existência de casos isolados, confirmando assim, a existência de uma prática ou modelo de arborização.

Confirmando o modelo de caso isolado, o Recife inicia seu processo de arborização em 1840 durante o governo do Barão da Boa Vista, num projeto modernizador para elevar o Recife às grandes cidades modernas. Sua intenção era configurar a Província como um ambiente de prosperidade, a começar pela capital, dinamizando reformas estruturais urbanas. Diante desse exemplo, a questão da arborização demonstra, ainda que se apresente timidamente, o reposicionamento do homem novecentista, no qual se percebe o início da mudança na forma de pensar o espaço e a vida urbana.

É nesse contexto de modernização que trabalha Raimundo Arrais, analisando a formação do espaço definidor da civilização, em contraponto ao campo atrasado e patriarcal. A cidade é a oposição da natureza selvagem, logo, se apresenta como lócus de civilidade, ditador de boas maneiras, do bom tom e da sofisticação. O século XIX abriga uma mudança importante no padrão de percepção do mundo natural. É o desenvolvimento de novas sensibilidades, analisadas por Thomas¹² na Inglaterra, que nasce ligado ao ambiente social do século XVIII e que reverberou no

¹⁰BENJAMIM, Walter. Paris: Capital of the Nineteenth Century. <https://www.sfu.ca/~andrewf/benjaminparis.pdf>

¹¹ ANDRADE, Rubem. *A construção da paisagem urbana no Brasil: processo e prática da arborização*. IN: TERRA, Carlos G. (coord.). *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004.

¹² THOMAS, K. *O homem e o mundo natural; mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

interesse pela natureza no século XIX, no qual possa existir uma conciliação entre ela e o progresso nos espaços livres da cidade.

Dentre os defensores desses espaços livres que deveriam ser conciliados com a natureza, destaca-se o austríaco, Camillo Sitte¹³, com sua teoria de cidade ideal, privilegiando parques, jardins e praças, definindo funções que iam do verde sanitário ao verde decorativo e, que de certa forma, contribuiu para a difusão da valorização de praças e parques nas cidades.

No Brasil, o culto a natureza se deu inicialmente com os vínculos entre cidade e vegetação transitando por dois processos continuados, como a exploração das reservas naturais e os cientificismos de botânicos e naturalistas que aqui se estabeleciam, ocupando, dentro de um longo período da história, a tônica dos discursos políticos e o vínculo entre o Portugal e Brasil. O objetivo era aclimatar plantas exóticas, na colônia, provenientes da África ou da Ásia, bem como desenvolver a produção de um conhecimento científico sobre a flora brasileira. O primeiro horto a ser implantado foi o de Belém, em 1798, seguido pelos de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

Ao se analisar a formação dos espaços públicos planejados no Brasil, percebe-se que o uso de vegetais ocorreu de forma tímida, sem muita sofisticação no seu traçado arbóreo. O primeiro espaço público no Brasil que demonstra essa preocupação com a arborização, a disposição de seus estratos, a organização de conjuntos arbóreos, será o passeio público do Rio de Janeiro em 1781, concebido por Mestre Valentim.

O uso de jardins e praças, para a elite brasileira do século XIX, passou a ser símbolo de bom gosto, civilidade e status, onde os modelos europeus, em especial os da França, Inglaterra e Alemanha, são os principais referenciais adotados, tanto na forma e na disposição dos elementos como no uso das espécies. Em relação a estas, é preciso salientar que existia uma preocupação nas escolhas dessa vegetação, mas nem sempre foram preferidas as plantas estrangeiras, algumas delas já haviam sido aclimatadas aqui há quase dois séculos, em outras ocasiões davam preferência às nativas.

A natureza infiltrou-se pouco a pouco na cidade mesmo que seja na

¹³ SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus principios artisticos. São Paulo: Ática, 1992.

manipulação racional da criação dos espaços públicos. No final da segunda metade do século XIX, os pátios vazios e as praças comerciais foram sendo substituídas por praças e parques arborizados, as ruas faziam parte do planejamento arbóreo das Câmaras municipais, que se destacavam no panorama urbano. As áreas verdes afirmavam-se como redentoras, prevenindo os problemas das cidades, além de assumirem um caráter de lazer para a sociedade.

As iniciativas de conservar largos e praças com a presença de áreas verdes e ajardinamentos em prol da salubridade da população surgem na administração do Barão da Boa Vista, mas seriam somente edificadas no governo do Barão de Lucena, quarenta e cinco anos depois.

A principal intenção deste trabalho é revelar as dinâmicas que envolveram as iniciativas de arborização na segunda metade do século XIX, levando em consideração o projeto modernizador da época instituído pela elite e pelo poder público. Dando ênfase ao papel das políticas públicas como indicadores do fortalecimento do Estado, numa demonstração de expansão da autoridade estatal. Este trabalho ajuda a pensar sobre como se deu a construção dos padrões de civilidade atrelados ao elemento arbóreo ao longo da história, revelando os mecanismos de aceitação a serviço dos projetos ideológicos de progresso e modernização, perscrutando aspectos da construção social e simbólica do elemento verde na cidade.

Os estudos históricos recentes têm se empenhado em analisar como a exploração ambiental tem influenciado o curso da história da humanidade, bem como as relações bióticas construídas nesse período. Durante muito tempo, a distinção entre natureza e cultura influenciou sobremaneira a ideia de superioridade do homem sobre a natureza e a história seguia o mesmo rumo, negligenciando as relações entre o homem e o meio ambiente que sempre existiu e que também já estava presente no pensamento intelectual, segundo Pádua, desde o final do século XVIII, para ocupar um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno.

Reconhece-se que a ação humana pode produzir grande impacto sobre o mundo natural, chegando muitas vezes a provocar a degradação, mas admite-se que seu estudo deve passar por um processo de construção e, sobretudo, de reconstrução durante o tempo. É no tocante que se analisa a existência da própria

ideia da importância da malha verde dentro de um projeto de modernização do espaço urbano, em si, contendo ideias tão contraditórias – a cidade liberal/industrial/capitalista internalizando o verde em seus espaços urbanizados. A ideia de arborizar o Recife entra, de certo modo, em conflito com todo o processo de modernização e desmatamento presente na sua gênese de cidade capital.

O projeto de modernização e de progresso de Pernambuco vem sendo estudado no campo historiográfico sob diversas óticas, mas nenhuma delas abordou a questão da arborização do espaço urbano durante o século XIX dentro desse processo, sob o prisma de iniciativas públicas e privadas. Por isso o trabalho prima pela análise da importante relação que o espaço urbano arborizado toma diante de questões sociais, culturais e de saúde pública, assumindo umas das instâncias utilizadas pelo poder estatal para assegurar o projeto modernizador durante a segunda metade do século XIX, iniciando com o Governo de Francisco Rego Barros.

O estudo aqui analisa a implantação da malha verde, situando as políticas públicas atreladas à conscientização da importância arbórea na cidade, e a importância que a árvore assume dentro do espaço urbano. Tentando compreender e analisar seus efeitos sociais, culturais, políticos, e higienistas no processo de modernização da urbe na segunda metade do século XIX. Buscando cada causa que contribuiu para viabilizar esse projeto, além de buscar novos agentes, fora dos círculos oficiais, num transbordamento de poder, ou num esvaziamento dele. Pois ao esmiuçar a documentação pôde-se constatar as limitações da influência do poder público, e a participação intensa da sociedade.

No capítulo I, “Num dia de sol Recife acordou ‘civilizado’”, foi tratado o projeto civilizatório que engendrou as reformas urbanas do Recife, relacionando com as discussões acerca dos processos de modernização na sociedade oitocentista, evidenciando seu projeto, levado a efeito por ações higienistas, era não mais que um projeto das elites e excludente. Era preciso civilizar, mas quem? A massa, pois era projeto da elite implantar um modelo de civilização no país, e para essa elite política e econômica não se podem oferecer aparatos modernos, se a sociedade não sabe se comportar diante dela. Essa movimentação rumo ao progresso perpétuo das diferenças sociais, excluiu a massa, impôs a ela “goela abaixo” novos manuais de conduta, novas formas de se comportar na sociedade. Para quem servia o projeto salubrista, senão à elite do país? Era preciso educar a massa populacional, e ao

mesmo tempo excluí-la de seus ambientes refinados. Essas foram algumas questões levantadas no contexto do projeto civilizacional, sem pretender negar os benefícios da vertiginosa evolução da modernidade, mas analisando o discurso hegemônico do progresso e da forma como dele se apropriaram as elites locais. O progresso, ao que tudo indica, não é mais que um aparato ideológico utilizado para omitir/excluir as classes subalternas. É construída uma discussão historiográfica sobre o polêmico tema do progresso e da civilização.

É com esse intuito que se analisará as reformas urbanas do Recife, construindo uma discussão teórica sobre o ideal de civilização, refletindo seu atraso e progresso no processo de enobrecimento do Recife e, sobretudo, analisará os motivos que justificaram as intervenções que transformaram as paisagens da cidade.

Neste capítulo, é ainda analisada a construção do progresso em face de nova percepção da natureza. Além de analisar o papel do mangue nessa construção/desconstrução do que viria a ser a natureza planejada e bela, que contrastava com a natureza bruta e selvagem do mangue.

No capítulo II, “A repartição de Obras Públicas”, é investigado a relação direta entre o Estado e a cidade através do órgão executor de obras públicas, a Repartição de Obras Públicas. Nele foi estudado a formação e consolidação da Repartição numa busca pela racionalidade técnica, e seu apogeu. Dentro dessas fases da ROP¹⁴, foi analisada a participação de figuras de poder como o Barão da Boa Vista e o Barão de Lucena, entusiastas e defensores árdusos do projeto modernizador do Recife. Além deles, contou-se também com o estudo sobre o arquiteto José Mamede Ferreira Alves que, mesmo não assumindo um alto cargo político, contribuiu extraordinariamente com as reformas urbanas do Recife.

O capítulo III, “uma cidade que se invente se reinventa”, analisa a formação do Recife como cidade moderna, estudando a implantação e arranjos interventores movidos pelo ideal de civilização; descreve e reflete sobre as transformações que a cidade passou durante os quarenta anos que o estudo contemplou; identifica a preocupação com a ordem dos espaços incitando uma “toalete topográfica” indissociável da “toalete social”; e Investiga o diálogo entre o Estado e os profissionais da saúde, estes assumindo um poder nunca antes visto, interferindo com o consentimento do poder público nos costumes da sociedade.

¹⁴ Repartição de Obras Públicas.

Esses médicos e higienistas defenderam para as elites a ideia de um Recife adoentado, incompatível com o sonho de um “Recife civilizado”. Por isso erradicar os “odores perniciosos” e dessecar os solos eram ações decisivas para uma cidade salubre avançar rumo ao progresso. Nesse capítulo, são tratadas as impressões dos médicos, organizados na Sociedade de Medicina de Pernambuco e no Conselho Geral de Salubridade pública, acerca dos principais problemas sanitários que deveriam ser solucionados a partir da identificação dos focos formadores de miasmas. E é nesse aspecto que a árvore assume fundamental papel nas políticas públicas lançadas pelo Estado. As leis e regulamentos existiam para o Estado fazer cumprir as prescrições médicas que tantos os higienistas recomendavam. O problema que se verificou ao confrontar as documentações é que as alterações políticas respingavam nas questões de autoridade sobre responsabilidade e execução de obras públicas e reformas urbanas e estas eram geradoras de conflitos. Pois nem sempre os médicos se faziam ouvir pelo Estado, que muitas vezes ignorava suas prescrições.

Diante dessa urgência em sanar a cidade doentia as árvores assumem papel de redenção. É creditado a elas o símbolo da qualidade de vida, e recurso central para o redesenho da malha citadina. Apesar da importância que assume, nem sempre o Estado vai se responsabilizar pelo seu plantio e manutenção, deixando algumas vezes a cargo da população em geral. Em outros casos, o poder público se responsabiliza, escolhe as plantas indicando os locais que devem ser plantadas, outras vezes deixa a cargo dos arrematantes de obras públicas.

Por fim, é tratado nesse capítulo as construções das praças e seus respectivos ajardinamentos, levando em consideração as iniciativas dos projetos, sejam eles no âmbito institucional, sejam eles no âmbito popular. São tratadas também as escolhas das espécies, numa análise aprofundada dos tipos de vegetais citados nas documentações, observando o tipo de caule, de raiz e o porte dessas árvores e, sobretudo, a origem delas, sejam nativas ou exóticas.

Nesse capítulo, foram analisadas quatro praças construídas durante o período de estudo, posteriores a criação do primeiro Passeio Público do Recife (1840), quando se iniciou a prática de ajardinamento de antigos campos, pátios, largos e praças, como o Campo das Princesas, Praça Conde d'EU e Praça D. Pedro II.

1. Em um dia de sol, Recife acordou civilizado

Amar mulheres, várias.
Amar cidades, só uma – Recife.

Lêdo Ivo

O “processo civilizatório” do Brasil, sob o modelo europeu, tem sua largada com a chegada à colônia da família real e com a abertura dos portos às nações amigas, causou uma série de transformações estruturais, tentando encobrir costumes e modos coloniais, remodelando em sua sociedade uma “civilização europeia nos trópicos”.

Segundo Roberto Borges, a transferência da corte para o Brasil gerou alterações profundas e dramáticas, abalando o cotidiano do país, nos aspectos econômicos, políticos, cultural e comportamental, tanto é que alguns historiadores consideram essa nova conjuntura como um “segundo descobrimento do Brasil”.¹⁵

O certo é que a transferência da corte portuguesa para o Brasil desafiou as hierarquias culturais e econômicas do império, que perduraram por séculos. Esse marco definiu o fim do “antigo sistema colonial” ou, simplesmente, o fim do “pacto colonial” quando em 28 de janeiro de 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, acabou com o exclusivismo comercial metropolitano, rompendo de forma definitiva e irreversível um dos pilares que sustentou o sistema colonial. Aberta ao comércio exterior e tendo a família real e os funcionários da corte exilados no Rio de Janeiro, a cidade assumiu o papel de nova metrópole da monarquia, assim, precisou vestir-se a altura de uma. Somando-se a isso, houve a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, o que representou uma mudança de status sem reversão. Se não mais colônia, o que era então? O Brasil passava, sobretudo, por uma metamorfose política, e esses fatos representaram rupturas drásticas na relação metrópole-colônia.

Antes de se tornar sede da Corte e centro político-administrativo, o Rio de Janeiro já era capital da colônia desde 1763 e como tal já havia sofrido inúmeras transformações para ser um dos principais núcleos urbanos da América. Após essas alterações políticas espaciais, ocorreram grandes modificações na estrutura da

¹⁵ MARTINS, Roberto Borges. A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: Impactos sobre Minas Gerais. Um capítulo In: Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Universidade Federal de Minas Gerais/MG, p. 1.

própria cidade.

Modificações do aparato burocrático e administrativo do Estado português, compreendendo, como afirma Roberto Borges, diversos órgãos, e incorporando outros, criando o Banco do Brasil pela primeira vez. Além da criação de uma Intendência Geral de Polícia para promover o bem comum e, sobretudo assegurar que o “progresso” se construísse sobre o pilar da ordem. Essa instituição cuidaria não só da “civilização” dos moradores da colônia, mas também da urbanização, iniciando projetos de criação de calçadas, aterros, iluminação pública, sistema de esgotos, estradas e pontes, além de coibir a criminalidade e a difusão de ideias revolucionárias.

A cidade tornou-se ainda mais atraente e cosmopolita pela intensificação do comércio internacional e pela presença de vários estrangeiros. A nova sociedade demandava um ambiente apto aos seus manuais de conveniência e civilidade. Instaurando centro educacional e cultural, a cidade se beneficiou com a instalação da Real Academia Militar, com a inauguração dos cursos de engenharia, física e ciências; da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; da Real Biblioteca; do Teatro Real de São João, do Jardim Botânico; e, mais tarde, com a vinda da Missão Artística Francesa e da Academia de Belas Artes.¹⁶

Era preciso assemelhar o Rio a Lisboa, adotar novos hábitos e novas culturas, o modo de viver europeu deveria ser instalado o mais rápido possível. Surgiram obras em todas as ruas, transformações de simples casas em palacetes semelhantes às residências europeias. Floresceu o comércio de luxo respondendo a demanda dos recém-chegados e, sobretudo, dos habitantes locais, preocupados em “imitar” a comitiva real, emprestando à cidade ares de metrópole europeia. Era uma tentativa de reconstruir no Rio de Janeiro, inspirados na reforma urbana do século XVIII em Portugal, um ambiente de projeção ao poder real e estabelecer uma ordem ilustrada,

. A barbárie e o grotesco, tão criticados, sob a perspectiva eurocêntrica, estavam em plena modificação, transformando os espaços urbanos e sua arquitetura, surgiram grandes prédios públicos, inúmeros palácios e palacetes luxuosos, nos quais moravam a nobreza, a alta burocracia e a nova sociedade.

¹⁶Manchester (a), Alan K. “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro” em, Keith, H. H. e S.F. Edwards (orgs.) Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaio. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971, pp. 115.

Se a Corte estava na América, era preciso construir nela uma metrópole. A transformação do Rio de Janeiro em uma Corte real pressupunha que a cidade que não alcançasse seu ideal de urbanização seria marginalizada esteticamente. Já não era mais colônia, e como tal, precisava abraçar o projeto: “civilizar”.

O princípio de mudança travestido pelo discurso do progresso legitimou profundas alterações na colônia, visando acompanhar o “processo civilizatório”, a sociedade, inspirada nessas novas mudanças, influências e no convívio com os estrangeiros aderiu às tendências modernizadoras, libertando-se do passado, e rompendo com velhas tradições. O processo de mudança, incentivado pela monarquia através do desenvolvimento social, cultural, jurídico e político da nação, era permeado pela ideia de progresso e de ordem social. Essas ideologias não só permeavam âmbitos institucionais como influenciavam os comportamentos sociais, crenças e valores morais dos cidadãos comuns, demonstrando que um país, cujo atraso e barbárie significavam uma anomalia ao progresso, necessitava, o mais urgente possível, de uma renovação moral do espírito humano.

Há ainda outro marco divisor nesse processo de modernização que ocorre após a independência, como acentua Marcus Carvalho: a partir da independência foi-se firmando uma ideologia da vida urbana, como se esta representasse o progresso, a civilização.¹⁷

A partir desse período, surge a consciência nacional, que contribuiu para o fortalecimento da materialização do projeto de modernização. Segundo Benedict Anderson, “o final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional das Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo da Europa (...) assim, desde logo, a “nação” se tornou objeto de uma aspiração consciente, e não uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos”.¹⁸

No entanto, as rupturas e inversões que ocorreram em 1808 na relação metrópole-colônia representam a quebra mais dramática dessa relação. A independência não foi responsável pela introdução do progresso ou modernização do país, mas sim a chegada da família real ao Brasil, a emancipação ocorreu não em 1822, mas em 1808.

¹⁷CARVALHO, Marcus Joaquim. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1998. p.80.

¹⁸ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O Rio de Janeiro, como a capital da antiga colônia não cresceu apenas em tamanho, mas também em importância política e econômica, sobressaindo-se, sobretudo, como núcleo de funções urbanas. A cidade tornou-se cosmopolita e foi substancialmente impactada por essas mudanças, tornando-se palco principal desses acontecimentos. Entretanto, os efeitos da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e sua permanência nela geraram consequências definitivas e incontestáveis sobre as demais regiões que compunham a colônia. Não era só uma corte que veraneava nos trópicos, mas uma transferência de toda a estrutura política do Estado português, numa mudança de perspectiva que envolvia a tentativa de reconstruir e organizar o Império Português em um novo centro.

Não foram apenas questões institucionais, mas cada plano ou projeto de desenvolvimento elevava a colônia a centro do Império. Ao investir em infraestrutura, no incentivo ao comércio e à produção, e na integração do país para que ele refletisse a nova sociedade que estava hospedando, provocou impactos de graus diferentes em cada região do país. Existe uma visão mais ampla desse episódio da transferência da Corte do que se supõe.

É por isso que o Recife, numa tendência geral de modernização do país, vem desenvolver um projeto, ainda que tardio - se relacionar a data da chegada da família real ao Brasil e os primeiros movimentos de modernização urbana no Recife - influenciado por esse “processo civilizatório”.

1.1 Os conceitos de progresso

As vicissitudes que abarcam a ideia de progresso constituem, desde os primórdios de seu estudo, o *locus* para debates entre filósofos, sociólogos, historiadores e antropólogos que tenham se dedicado ao estudo do pensamento, da ideia e da cultura humana. A noção de progresso trazida, não como manifestações correntes, na Revolução Francesa (1789), em que as mudanças encaminhadas pela revolução capacitariam o progresso da sociedade, responsáveis pela condução do conhecimento tecnológico até os dias de hoje. No entanto, é no século XIX que a ideia de progresso, enquanto mudança e transformação na natureza e na sociedade, se torna o foco das discussões e dos apelos direcionados a questionar os papéis

dessas sociedades no mundo. Analisando e pontuando o progresso como avanço de ordem moral e intelectual, consubstanciando, assim, a crença nas transformações econômicas e tecnológicas.

A ideia de progresso compreende um caminho entre o “primitivo” e o “glorioso” ou, como afirma J. B. Bury, envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro¹⁹ que torna possível pensar a humanidade a partir de um lento e constante desenvolvimento sem apresentar retrocesso. É a história caminhando para frente. Por serem usadas como atestado de que a sociedade esteja se tornando melhor, as inovações tecnológicas acabam assumindo o papel de símbolo do progresso. A *doutrina do progresso* incorporou-se à filosofia do século XVIII e foi se convertendo em um credo de que os constantes avanços tecnológicos eram símbolos de progresso.²⁰

Uma das origens do conceito de progresso remonta à modernidade com o surgimento do conhecimento técnico e científico que o promove. O que se questionou, durante muito tempo, foi se ele geraria também um progresso moral e político. De acordo com Hirschman²¹, o progresso nas sociedades humanas é tão problemático que qualquer novo passo à frente parece causar vários danos a realizações anteriores.

Robert Nisbet afirma que a ideia de progresso não é exclusivamente moderna, que não nasce com o advento do Iluminismo, mas remonta aos antigos gregos e romanos e, mais especificamente, a Santo Agostinho e a uma longa e contínua linhagem de seus seguidores através dos séculos.²² No cristianismo e entre gregos e romanos, a ideia de progresso foge a concepção atual da palavra, pois não era entendida como processo histórico. De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira:

A ideia de progresso nasceu de um Iluminismo racionalista e anti-religioso. Se pudéssemos definir os filósofos do século XVIII por apenas uma reivindicação, seria a da secularização do Estado – a separação entre religião e Estado. Uma coisa é a ideia de providência, outra, a ideia de progresso. Progresso e desenvolvimento são conceitos modernos; datam da Revolução

¹⁹ BURY, John Bagnell. *The Idea of progress: an inquiry into its origin and Growth*. Honolulu: Univerty Press of the Pacific, 2004.

²⁰ BARZUN, Jacques. *Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 100.

²¹ HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intrasigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²² NISBET, Robert. *History of idea of progress*. New York: basic books/inc.. 1980. p.21.

Capitalista. O progresso é um conceito do Iluminismo do século XVIII, quando a França e a Inglaterra estavam envolvidas em sua revolução capitalista; o desenvolvimento, um conceito do pós-Segunda Guerra Mundial. O filósofo iluminista via o progresso como o avanço da razão sobre a religião.²³

B. Bury associou a ideia de progresso aos tempos modernos, e assim a definiu: “Essa ideia significa que a civilização se moveu, está se movendo e mover-se-á na direção desejável.”²⁴ Turgot, economista fisiocrata, considerado o fundador da ideia de progresso, aproxima-se mais do conceito atual ao afirmar que o progresso é o desenvolvimento gradual do poderio humano sobre a matéria; é, sobretudo, o desenvolvimento da sua moralidade. Condorcet, numa análise do progresso no âmbito econômico, o defende enquanto realização da razão, afirmando que o progresso das indústrias e do bem-estar de cada geração decorre “ou de seus próprios progressos ou da preservação dos bens das indústrias precedentes”.²⁵

No início do século XIX Saint-Simon, já pregava a ideia de que a sociedade existia em contínuo progresso, alternando épocas “orgânicas” e “críticas”, teoria aceita e adotada – com frequência de forma tácita e com variantes sutis entre seus adeptos - por todas as escolas de pensamento posteriores à Revolução Francesa.²⁶ Essa ideia de progresso preconizava a noção de que a Europa era o modelo perfeito de progresso – em particular, técnico. Assim, seguindo essa referência, era possível pensar que o progresso técnico conduziria ao progresso social, e cabia às nações europeias guiar o mundo nesse processo de civilização.

Em meados do século XIX, Auguste Comte analisa o progresso pelo avanço racional da ciência, definindo-o como “a contínua progressão em direção a um determinado objetivo... a melhoria contínua não apenas de nossa condição, mas também e principalmente de nossa natureza”.²⁷

²³BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desevolvimento, progresso e crescimento econômico*. In: Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. TEXTO PARA DISCUSSÃO 368, junho de 2014.

²⁴ BURY. John Bagnell. *The Idea of progress: an inquiry into its origin and Growth*. Honolulu: Univerty Press of the Pacific, 2004. p.10.

²⁵BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desevolvimento, progresso e crescimento econômico*. In: Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. TEXTO PARA DISCUSSÃO 368, junho de 2014.p.3.

²⁶ BAUMER, *O pensamento europeu moderno*; séculos XIX e XX Lisboa: Edições 70, s./d., p. 13.

²⁷COMTE, Auguste, 1798-1857. espírito positivo ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo ; Catecismo positivista / Auguste Comte ; seleção de textos de José Arthur Giannotti ; traduções de

Foi no campo do desenvolvimento técnico e científico, na evolução da ciência de um modo geral que o progresso se associou à mudança e transformação da natureza. Desse modo, se tornou parâmetro para definir o grau de civilidade dos homens que viviam em sociedade. Era o medidor de uma nação, eram civilizados se possuísem algum conhecimento geral de ciências, instrução formal, um pouco de cultura e certo desenvolvimento econômico; “incivilizados”, se não correspondessem a tais expectativas.

A Revolução Industrial²⁸ é responsável pelas novas formas de produção econômica, consumo e divisão social do trabalho impostas pelo sistema capitalista, dele surgiu novas necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas, gestadas no seio desse sistema. O Capitalismo impôs um novo modelo de vida, construindo novos paradigmas sobre a existência humana e avanços tecnológicos. Nesse ambiente de incessante transformação, o progresso, que é produto de uma construção social, demonstra seu caráter maniqueísta, trazendo consigo benefícios relacionados à qualidade de vida, justiça, democracia, etc., é também usado para referendar a espoliação, a dominação de países desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos e menos aptos socialmente.

A ideia contemporânea de progresso relacionou-se com os estudos publicados por Charles Darwin em sua *Origem das Espécies*, publicada em 1859. Sua teoria exerceu uma influência significativa em todos os campos científicos, modificando a forma de pensar a evolução da sociedade.

A evolução das espécies de Darwin foi utilizada de maneira generalizada, o darwinismo social, como ficou conhecido, buscava explicar a transformação das sociedades, a revolução tecnológica e a industrialização e justificar as diferenças entre as culturas e as relações entre países e entre raças. Essa corrente teórica aplicava a diferentes sociedades, as leis da evolução das espécies biológicas propostas por Darwin, relacionando essa teoria na promoção do progresso, seja

José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

²⁸Para Hobsbawm as influências da Revolução Industrial contribuíram para fortalecer o nacionalismo e o imperialismo: “A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade *“burguesa” liberal*; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França”. Ver HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**; trad. Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 17.

reforçando ou eliminando barreiras sociais, culturais e biológicas.

As consideráveis modificações geradas pelo progresso científico, econômico e intelectual que ocorriam no ocidente, mais apropriadamente na Europa e nos EUA, serviam de modelo aos demais países do mundo numa visão marcadamente eurocêntrica da história. Colocando o ocidente como maior *locus* de progresso, visão numa versão dominante, na qual o lado “ocidental” “europeizado” estava no topo do mundo científico e político e o progresso nele como uma verdade solitária incontestável.

No século XIX, buscando ultrapassar os limites do continente europeu de dominação, o imperialismo foi a saída para a sua expansão, dominando terras e povos, dizimando-os, reprimindo-os, submetendo-os a seus interesses. A transformação desse mundo “conquistado” requeria uma empresa de grande envergadura. Dessa forma, a conquista europeia revestiu-se de uma aparência humanitária que ocultou a violência da ação colonizadora. Era a “missão civilizadora” que prometia trazer progresso e tecnologia às sociedades ditas “inferiores”, transformando radicalmente a tradição, os hábitos e os costumes, tentando moldá-los para se assemelharem à sociedade industrial europeia do século XIX, dita civilizada e única detentora do progresso.

Norbert Elias, em seu livro *O processo civilizador*, busca explicar os conceitos de civilização e cultura, enfatizando o distanciamento progressivo do homem em relação ao comportamento geral e instintivo que seria comum à espécie humana. Admite, no entanto, que esses conceitos são históricos, relativos e abrangentes. Para o autor, o conceito de civilização diz respeito a um conjunto quase ilimitado de atitudes e comportamentos que vão de aspectos superficiais a disposições mais profundas que envolvem a ética, a moral, os sentimentos e a autoimagem. O conceito de civilização, portanto, diz respeito a formas de distinção social adquiridas no convívio de um grupo seletivo e privilegiado. No entanto, sua explicação para o conceito de civilização, mesmo sendo utilizado por diversos autores que trabalham o tema civilização e progresso, demonstra uma análise através da ótica do dominador, deixando clara a existência de uma sociedade mais evoluída do que a outra. Visão esta, desacreditada na contemporaneidade, talvez por se aproximar do exemplo de civilização e superioridade da concepção darwinista.

A noção de evolução inevitável em direção ao estágio civilizacional gerou, em

sociedades ditas “primitivas” e “bárbaras”, a noção de que poderiam superar sua situação de inferioridade. Segundo Hobsbawm, a linearidade do progresso era evidente para os europeus do século XIX:

Em termos materiais, em termos de conhecimento e de capacidade de transformar a natureza, parecia tão patente que a mudança significava avanço, que a história – de todo modo a história moderna – parecia sinônimo de progresso. O progresso era medido pela curva sempre ascendente de tudo o que pudesse ser medido, ou que os homens escolhessem medir. O aperfeiçoamento contínuo, mesmo das coisas que obviamente precisavam ser aperfeiçoadas, era garantido pela experiência histórica. Parecia difícil acreditar que, há pouco mais de três séculos, europeus inteligentes tivessem considerado a agricultura, as técnicas militares e até a medicina da Roma antiga como modelo para suas próprias [...]²⁹

A ideia de regressão não perpassava a ideia de progresso, para a sociedade do século XIX, o progresso estava sempre à frente, e era preciso alcançar seus moldes através da implantação dos valores morais, estéticos e intelectuais que a cultura “superior” europeia professava.

Se no século XIX analisava-se o progresso como a égide do desenvolvimento, não havia dúvidas sobre a sua existência. Mas a irracionalidade e a regressão que se converteram na crise da racionalidade, representada pelas duas guerras mundiais, pelo fascismo e nazismo e pelo Holocausto, serviram para desmistificar a utopia do progresso. A crença nele expôs o homem a todas as regressões, o caminho percorrido pela fé inabalável no progresso, desde a ideologia propagada por Condorcet e Comte, começa a ser abalada com a descrença da noção burguesa do progresso criticada por Marx. De acordo com Sérgio Paulo Rouanet,

Os grandes mitos oitocentistas do progresso em flecha e da emancipação da humanidade pela ciência ou pela revolução são hoje considerados anacrônicos; a razão, instrumento com que o iluminismo queria combater as trevas da superstição e do obscurantismo, é denunciada como o principal agente de dominação.³⁰

Indo contra a essa construção social que foi e é o progresso, Walter

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. 1875-1914. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 46-47.

³⁰ ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987. p. 230.

Benjamim, nas suas Teses sobre a concepção da História (1940), e, em especial, na tese VII, em que descreve o anjo da história sendo lançado ao futuro por uma tempestade que o afasta do paraíso, essa tempestade é causadora de grandes ruínas, a ela dá-se o nome de progresso, atribuindo, assim, apresenta uma visão pessimista. No livro de Horkheimer e Adorno, *A Dialética do Iluminismo* (1944), também é rejeitada a ideia de sua realidade. Contrariando a concepção do progresso da ideologia Hegeliana, Adorno parafraseia Hegel quando este diz que viu "o espírito do mundo (weltgeist) montado num cavalo", o primeiro diz que "Eu vi o espírito do mundo, mas não a cavalo: vi-o nas asas de um míssil"³¹. Adorno desenvolve suas análises sobre o progresso tendo como alicerce a tese VII de Benjamim. Michael Löwy e Eleni Varikas ao abordarem a visão de Adorno sobre a ideia de progresso, na *Dialética do Iluminismo*, e confrontando com a sua conferência sobre o progresso em 1962, concluem que há "mais do que uma hesitação entre uma avaliação positiva e uma avaliação negativa, o que emerge de seus escritos é uma verdadeira *dialética do progresso*... o que implica um ponto de vista crítico da ideia de progresso sem removê-la do horizonte conceitual"³². O progresso e a regressão são processos que estão imbricados, pois, a perda da inocência em face dos costumes e a transformação da opinião pública em mercadoria, levaram a autodestruição do esclarecimento. Essa autodestruição é causada pelo progresso, logo é convertido em regressão.

Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão".³³

Antes de Adorno, Georges Sorel³⁴ analisa a "ilusão do progresso". De acordo com ele, o progresso seria "a ideologia dos vencedores", não se distanciando muito de Dupas que afirma que o progresso é o discurso das elites globais.

³¹Mínima Moralía (MM), Payot, Paris, 1983, p. 53.

³²Löwy, Michael and Eleni Varikas (1992) "A crítica do progresso em Adorno", *Lua Nova* 27 Dezembro: 01-216.

³³ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. RJ: Zahar. 1985. p.11.

³⁴SOREL, Georges (1910 [1981]) *Les Illusions du Progrès*, Paris : Ressources. Publicado originalmente em 1910.

Lasch³⁵ acredita que a crença no progresso seria “um antídoto contra a desesperança”, contra o desencanto do mundo, sem perceber que esse mesmo progresso, como afirma Weber³⁶, é o responsável por esse desencanto. John Gray³⁷, ao criticar o mito do progresso, identifica-o como *imperialismo civilizador*, no qual o progresso dos mais ricos acontece à custa dos mais fracos.

Analisando as formas de dominação que se utilizaram desse discurso do progresso sobre o primitivo e a barbárie, existe a própria construção de um mito primitivo, do bárbaro, do selvagem que, por existir na sua inferioridade, faz com que outro mito também seja construído, o da civilização. Pois para contrapor o primitivo é preciso ter o moderno, para ter os não-gregos era preciso a existência dos gregos; os selvagens em oposição aos cidadãos-civilizados; enfim, sempre utilizando a forma de inferiorizar e rejeitar o outro fora da cultura, ou seja, desumanizá-los.³⁸ De acordo com Rognon, as sociedades ocidentais existem efetivamente, mas são um mito fabricado a partir das noções culturais ocidentais.

É contemporâneo a esses levantamentos, de como se forma esse mito primitivo, o questionamento de Josep Fontana sobre quando nasce a Europa, indagação ambígua já que isso pode se referir tanto ao assentamento humano que povoou o espaço geográfico, quanto ao surgimento de uma consciência coletiva que acabou dando seu nome atual ao espaço, a quem vive nele e a sua cultura.³⁹

Josep Fontana diz que é a forma de conceber o “motor” do progresso que apresenta erros. A interpretação da superioridade europeia se baseia numa concepção distorcida do avanço tecnológico, reduzido geralmente a dois elementos-chaves: energia e máquina. Foram as máquinas que deram ao europeu sua superioridade e primazia, por isso, segundo o autor, Marx concebe a capacidade do homem para construir essa “riqueza” como forma de medir seu grau de civilização.

Em resposta ao seu questionamento de quando nasce a Europa, Fontana afirma que, para construir o conceito de europeu à luz da diversidade dos homens e das culturas, “inventaram” os asiáticos, africanos e americanos, atribuindo-lhes uma identidade coletiva, unificando-os, em escala continental. Tudo não passava de

³⁵ Lasch, Christopher (1991) *The Trust and Only Heaven: Progress and Its Critics*, London: Norton.

³⁶ Colocar o nome da obra!!!!

³⁷ Gray, John (2014) *The Silence of Animals: On Progress and Other Modern Myths*, London: Penguin.

³⁸ ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas, São Paulo. Papirus, 1991. p.29.

³⁹ Josep Fontana (2005: 9)

invenção europeia, o problema é que essa invenção não ficou reservada a apreciação, ela foi utilizada na dominação, numa forma de tornar a Europa superior aos olhos dos países que de tanto serem considerados como inferiores acabaram aceitando as falsas identidades com que haviam sido designados. Estavam amarrados a uma visão linear da história, que os fez renunciar o seu passado, pois, ao impor uma versão “primitiva”, ocorre uma distorção de análise por parte do não europeu, da realidade de sua sociedade e de sua cultura, condenando-os a uma colonização cultural.

Jack Goody⁴⁰ em seu livro *O roubo da história* constrói uma crítica à forma de se analisar as sociedades a partir dos termos “civilizados” e “incivilizados”. É uma crítica à escrita da história europeia que lhe atribui o caráter de excepcionalidade relacionado a valores, como se fossem resultados de um processo histórico exclusivamente europeu. Um engodo, uma forma de totalizar a história, partindo do pressuposto que todos os acontecimentos surgem em sua primazia na Europa, confundindo a sua história com a história da humanidade. A linearidade da análise do tempo também é vista como forma de dominação, estando presente em todas as sociedades, no entanto, a noção de progresso é um conceito específico europeu. Goody critica o etnocentrismo dos estudiosos ocidentais ao creditar no passado da Europa a superioridade ocidental.

Durante muito tempo, e ainda hoje se vê com frequência e comumente, muitos historiadores, arquitetos e urbanistas ao estudarem o progresso, modernização e civilização, numa perspectiva urbanística, tomam Norbert Elias como cerne dessa discussão, como pontuador de maior cabedal para analisar o processo civilizador. Influente sociólogo dessa abordagem eurocêntrica, Norbert Elias, na obra *O processo civilizador*, ao tentar elucidar esse processo, trabalha com o reducionismo das culturas humanas, confinando o conceito de civilização ao contexto europeu.

Na contramão da tendência ainda representativa, esse trabalho faz o contraponto com outros teóricos que analisam sob o prisma não eurocêntrico. Goody analisa a visão de Norbert Elias que trata a civilização sempre partindo de um ponto eurocêntrico, na qual a luta é sempre ganha pelo Ocidente⁴¹. Inclusive, o próprio

⁴⁰GOODY

⁴¹Goody, p.178.

termo *civilização* foi apropriado pela Europa, como se fosse algo inerente a ela, originário dela, como se nenhuma outra parte da terra apresentasse essa característica. A concepção de civilização de Elias está relacionada a fatores sociais e psicológicos, segundo ele, é depois da Idade Média que os homens começam a rever sua polidez, seus modos de ser e de agir, levando o que se considera como “sociogênese dos sentimentos de vergonha e delicadeza e de forma mais geral o comportamento civilizado” ⁴²

As tentativas de Elias de "historicizar" os conceitos de civilização e cultura são interessantes, uma vez que, em contraste aos conceitos científicos, ele compreende seu uso como inextricavelmente associado a um contexto social particular. No entanto, essa consideração complica muito seu uso analítico uma vez que o leva a tomar uma posição baseada puramente no contexto social ocidental. Civilização é tudo o que o Ocidente pensa ter realizado, assim como as atitudes a ela associadas. ⁴³

Segundo Goody, Elias reduz o termo civilização a boas maneiras, requinte, cultura e progresso técnico, outras civilizações tomam esse termo relacionando com “civil”, dentro da nação e refere-se à cultura das cidades. O processo civilizador está ligado à “modernização” da Europa, ocasionado pela ascensão do Estado. Ora, se o Estado estava em pleno progresso e modernização, sua sociedade deveria refleti-la, Elias trata dos manuais de etiqueta e bom tom que:

Tanto as instruções quanto os comportamentos tinham características de classe, destinados a elementos superiores da sociedade ou voltados a ensinar à classe média o que a classe superior deveria estar fazendo. Os manuais são direcionados à burguesia, mais do que à aristocracia, e estão voltados àqueles que querem ser, não àqueles que já são. Ao mesmo tempo, distinguem o “superior” do “inferior”, especialmente quando esses grupos, ou os componentes deles, estavam no processo de mudar sua posição na sociedade. ⁴⁴

A ascensão do Estado está diretamente conectada com o controle dos comportamentos e sentimentos, mas, ao ignorar o processo de “civilização” em culturas anteriores ou em outras culturas, Elias não observa que essa noção de

⁴² apud GOODY, 2008, p.180

⁴³GOODY. p. 180-181.

⁴⁴GOODY. p. 186.

controle do Estado associado ao comportamento dos cidadãos ocorre em outras partes da terra. Logo, conclui Goody, não há nada particularmente europeu sobre essa ideia do papel do Estado como “regulador” da sociedade rumo à civilização. Elias analisa as questões comportamentais e os fatores culturais que “evoluíram”, mas não trata das “regressões” que essas novas formas de conduta trouxeram como as guerras e violências dentro de seu espaço de pesquisa, a Europa.

Goody elenca as falhas de Elias em seu processo civilizador em não examinar outras culturas. A primeira seria que sua análise do desenvolvimento privilegia a Europa e seu desenvolvimento desde o fim do feudalismo até as sociedades burguesas; a segunda, é que ele subestima as contenções sociais em sociedades mais simples, no que diz respeito às formas de comportamento, como sexualidade e violência, dentre outras. Assim, para Goody toda cultura tem algo de único para contribuir para a sociedade, para a história do mundo e da humanidade, é preciso superar a lógica de civilização que reduz o outro a uma cópia ocidental “inventada”.

Na obra *The History of Development*, Gilbert Rist traça a história do desenvolvimento no plano das relações internacionais, expondo que seu termo ao ser usado no contexto político do século XX herdou conotações dos séculos passados, relacionado principalmente ao conceito de evolução, embebido da noção de continuidade. Para ele, o desenvolvimento apresenta quatro etapas básicas: direção, continuidade, cumulatividade e irreversibilidade. A ideia de desenvolvimento, segundo o autor, está no coração do pensamento ocidental, que forja dentro da história natural da humanidade uma tentativa de perceber um desenvolvimento geral na história, na qual “a ordem das coisas, ou seja, o progresso, não pode ser parado.”⁴⁵

Na visão de Rist, o desenvolvimento está inserido na construção do imaginário ocidental, cujo crescimento e progresso são um processo contínuo e indefinido, o que torna a cultura ocidental diferente das demais. Essa característica estabelece uma divisão entre as nações, muito mais que cultural, para justificar uma superioridade. Ao se tratar de dominação militar, econômica e tecnológica, pode-se encontrar em qualquer lugar a ideia de que o constante crescimento da produção

⁴⁵ RIST, Gilbert. *The History of Development, from Western Origins to Global Faith*. London: Zed Books, 2008. p. 39-40.

fará o futuro evidentemente melhor.⁴⁶

Gilbert Rist, mais vinculado às ciências econômicas, fornece outras ligações para questões como o progresso e modernidade através do seu estudo sobre o desenvolvimento. Para ele, o:

“Desenvolvimento” consiste de um conjunto de praticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva.⁴⁷

Rist demonstra que o desenvolvimento aportado no mito do progresso e na concepção linear da história sob o pensamento ocidental se forma a partir de uma série de práticas que formam uma unidade, apesar das contradições entre elas.⁴⁸

Enrique Dussel, ainda no contexto de crítica ao eurocentrismo, quando discute sobre o conceito de moderno dentro ainda dessa lógica de progresso e civilização, aborda que, se a modernidade da Europa a torna “central” na história mundial, todas as outras culturas são “periferia”, a modernidade universalizada é a hegemonizada pela Europa como centro. De acordo com sua crítica, ele tece as características dessa modernidade mítica:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.).

⁴⁶RIST, 2008, p.254.

⁴⁷RIST, 2008, p. 13.

⁴⁸*Idem*, p. 24

6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.

7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc.⁴⁹

É nesse ponto que Dussel defende uma superação da modernidade que negue esse mito da modernidade pautado no eurocentrismo.

A despeito das discussões acerca do progresso, da análise, e, sobretudo, da crítica de seus discursos de dominação eurocêntrica, o projeto modernizador alicerçado no progresso e que trouxesse ares de civilização foi implantando no Recife. Seguindo o modelo que Jacques Le Goff afirma que foi introduzido: o oitocentos é o grande século da ideia de progresso e isso está ligado ao desenvolvimento científico e técnico e à expansão do liberalismo, ao conforto para as elites, ao progresso da alfabetização, da democracia etc.⁵⁰ O Recife do século XIX, seguindo esses moldes da ideologia do progresso, acabou gerando práticas efetivas de intervenções urbanísticas.

1.2 – Progresso, modernização e civilização

Não se pretende aqui desvendar a trama que se desenvolve na relação entre homem e natureza, mas sim tratar de um recorte dessa relação quando o homem decide construir dentro da cidade um fragmento dessa natureza. Criando um espaço verde – os jardins públicos – dentro da cidade industrial, da cidade doentia.

A intenção é analisar as ideias construídas para tornar real a implementação desses recantos urbanos, tendo em vista o novo significado que era dado a essa natureza. Porque ela passa em meados do século XIX e início do século XX por resignificação, e é nos momentos em que os significados sobre verde entram em discussão que se evidenciam uma maior demanda por jardins públicos, seja na

⁴⁹DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e Eurocentrismo*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p.7.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *Progresso/Reação*. IN: História e Memória. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. p. 235-281.

Europa, seja no Brasil, ou mais especificamente em Recife. Tudo isso faz parte de uma nova mentalidade que o mundo ocidental constrói assimilando a uma natureza racionalizada significados que antes não existiam. Significados estes que estão por trás das possíveis explicações desses recantos ajardinados dentro da cidade.

Se na Europa entre o século 17 estava disseminado a “teologia natural”, na qual a natureza é feita para os humanos apreciarem a capacidade de Deus; usufruir, conhecer os prazeres de um espetáculo em que os seres humanos teriam um papel fundamental.⁵¹ A natureza é hostil e ao mesmo tempo divina, é lugar de animais e não de homens, refúgio do perigo, e a mata era uma espécie de obstáculo ao desenvolvimento humano, para existir progresso era preciso dominar as florestas. Thomas confere a um dicionário poético epítetos referentes à natureza como sombria, selvagem, melancólica, assolada por feras.⁵²

Essa relação de medo da natureza foi amenizada nos fins do século 18, quando surgiram manifestações de apreço à natureza. Corbin faz referência ao gosto pela contemplação: “está na moda, emerge o gosto pela solidão na natureza [...] espera-se que a beleza do meio ambiente induza o coração às lágrimas, ao arrependimento e à conversão”⁵³.

No século XIX, a aproximação do homem com a natureza vai ser construída de outra forma, não se trata aqui de uma conscientização da arborização e preservação da natureza, mas, sobretudo, de uma nova forma de encará-la, de outra concepção diante das grandes transformações desse século. São os resultados da Revolução Industrial que irão reverberar no novo planejamento da cidade, seja no aspecto arquitetônico, seja no urbanístico. A cidade industrial, ou a cidade doentia com seus problemas peculiares, cujas características Lewis Mumford associa ao modelo de cidade descrito por Charles Dickens.⁵⁴ Esses problemas que Dickens cita e que Mumford analisa em sua obra – construções apinhadas, desreguladas, poluição, problemas sanitários - são comuns até para cidades distantes do contexto europeu de industrialização como era o Recife de meados do século XIX.

⁵¹ SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins do Brasil*. São Paulo, Stúdio Nobel: FAPESP, 1996. P.23.

⁵² THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. P.232, 290.

⁵³ CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário social*. São Paulo: São Paulo: Companhia das letras, 1989. P. 35, 36, 37.

⁵⁴ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991. p 484.

As áreas verdes vão surgir na malha urbana como incorporação das grandes transformações da cidade, tentando por fim as perturbações do meio urbano. O século XIX intensifica o movimento de reforma nas áreas “doentias” da cidade, valores antes irrelevantes foram reconsiderados e a natureza passou a ser valorizada. Que fique claro que não se está falando numa concepção de conscientização da natureza e a necessidade de protegê-la, mas se trata, sobretudo, de uma reconciliação da natureza com o homem, na qual este traz o verde para um espaço que antes o renegou. O verde passa a ser símbolo de higiene, beleza, purificação e civilização.

A arborização vai, antes de tudo, suceder a ideais que a tornam imprescindível para uma cidade moderna, ideais estes que dão início a práticas de inserção do verde na cidade. Assim a materialização da árvore na construção da paisagem da cidade dá mais visibilidade para a importância de trazer esse elemento para a *Urbe*. É a relação do homem com a “natureza organizada” que se estrutura a partir de ideais que veem na sua presença nos espaços urbanos uma forma de progresso, saúde, civilização e disciplina das classes subalternas.

1.2.1 – O progresso e a civilização

O século XIX foi um século de grandes mudanças, tanto para o continente europeu, quanto para a América, principalmente durante a segunda metade. Esse período viu florescer a indústria e sua expansão vigorosa pelo mundo afora. Presenciou o aperfeiçoamento das máquinas a vapor e o desenvolvimento de outras matérias primas, que possibilitou inúmeras transformações na vida cotidiana das sociedades. A humanidade conhecia rápidas mudanças em curto espaço de tempo, as inovações europeias, ganhavam dimensões mundiais como o vapor, o trem, o telégrafo, o ferro, o aço etc. Tudo isso marcou, sobretudo, uma nova etapa na economia mundial, ultrapassando barreiras espaciais e criando novos mercados em terras além-mar.

As relações sociais eram restabelecidas em função de uma nova perspectiva que se organizava, o trabalho, o tempo e o dinheiro tiveram outras significações. A vida urbana assumia uma lógica racionalista, guiada por valores abstratos como

dinheiro, consumo e tempo regulando as relações sociais.

O fundamento do consumo não se manifestava da mesma forma que entendemos hoje, no século XIX, para a indústria crescer era preciso criar essa necessidade de consumo, criando concomitantemente um mercado consumidor. Esse mercado consumidor só foi possível através da existência das novas tecnologias, acima citadas, que permitiam rápida comunicação entre centros econômicos e demais localidades do mundo. Essas novas relações comerciais que se estabeleciam não significavam apenas imposições econômicas aos países dependentes. Eram feitas, inclusive, imposições culturais, destruindo estruturas sociais alicerçadas, desestruturando toda uma gama de riqueza cultural de muitas sociedades que se viram acudadas frente à enxurrada de modernidade que recebiam dos países europeus.

A influência europeia sobre o Brasil não era algo novo. A abertura dos portos brasileiros, em 1808, alargou a difusão da influência europeia na cidade do Rio de Janeiro, então sede da Corte Portuguesa. A difusão da imprensa no Brasil, o desenvolvimento dos meios de transporte como a navegação a vapor e o trem disseminou em maior escala as mercadorias e revistas vindas das “bandas de lá”. Além de vestimentas, mobiliários, modas e hábitos serão adaptados aos trópicos, e a elite brasileira como um todo se apropriará e importará novos costumes, criando novas demandas sociais, tentando construir nos trópicos uma identidade europeia.

Em Recife, essa elite exigiu que a cidade apresentasse aparatos modernos, consumindo o que era moda lá nos centros do mundo. O desejo por modernidade e progresso das elites se confundia com os seus representantes do Estado. E é nesse desejo de civilizar o Recife que Francisco do Rego Barros, precursor do movimento de modernização da cidade, dá os primeiros passos na reformulação dos espaços urbanos, a qual será tratada de forma mais específica no capítulo dois que trata da relação do Estado e da cidade. Para saciar o desejo de progresso, que consumia a elite, o governo iniciou a estruturação de alguns espaços físicos da cidade. Os governos do Barão da Boa Vista e do Barão de Lucena foram os mais entusiastas, quando se tratava em reformular os espaços públicos da cidade, com a intenção de civilizar a população, de tornar o Recife uma Paris moderna. A invenção desse Recife moderno e civilizado reflete as intenções dos dirigentes em enquadrar a cidade nos padrões urbanísticos mundiais, seguindo o modelo das principais capitais

mundiais ditas civilizadas. Era preciso alargar as ruas, arborizar as praças, tornando-as espaços de sociabilidade, onde a ventilação permitiria a circulação de ar, além de posturas acerca de construções de casas e seus nivelamentos. Buscando inspirações nos planos urbanísticos em voga na Europa, a cidade remodelada, constituía-se num plano urbanístico que buscava organizar e regulamentar sua expansão.

As principais capitais europeias, leia-se Paris e Londres, eram núcleos irradiadores que difundiam sua febre reformadora no intuito de se tornar modelo a ser seguido de civilização e modernidade. As cidades mudavam suas feições, rompendo com modelos de cidades barrocas e medievais. Na sequência, outras cidades europeias seguiam seus ciclos de reformas, mudando radicalmente suas estruturas, alargando avenidas e introduzindo parques e espaços arborizados para a sociabilidade. A cidade de Viena é uma das que melhor segue o exemplo da Paris de Haussman.

Schorske analisa as teias orgânicas e fisiológicas da cidade, de acordo com essas teorias orgânicas do século XIX, a cidade era vista como organismo que deveria funcionar de forma harmônica e, para isso, a cidade deveria ser encarada como o corpo de um ser vivo, que tivesse ossos e musculaturas para sua sustentação, que tivesse pulmões para sua respiração e artérias por onde circulassem. Os ossos que a sustentariam seriam as redes de serviços públicos destinados a abastecer e cuidar da cidade, os pulmões seriam as áreas verdes, parques e praças e as artérias seriam as avenidas por onde a população circularia.⁵⁵ A cidade orgânica era simétrica, funcional que existia para sustentar uma sociedade sem defeitos, onde cada um tinha o seu papel.

A remodelação do Recife pode ser vista como reflexo de pensamentos elitistas que visavam civilizar para modernizar, o que incluía preocupações sobre salubridade, abertura de ruas e avenidas e arborização das ruas. Essas mudanças na estrutura da cidade eram conhecidas como melhoramentos urbanos, sendo isso o mais forte indício da crença das elites de que as mudanças estruturais na cidade levariam Recife ao progresso e à civilização. A busca pelo progresso era uma prioridade não só para os governantes, mas também para a elite.

O governo de Francisco do Rego Barros (1837-1844) foi um período de

⁵⁵ SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*: Política e cultura. P 44-45.

efusivos projetos que tinham como a meta chave os melhoramentos dos meios urbanos, com reformas na infraestrutura da cidade. O seu perfil modernizador, aliado ao seu esforço para dar a província ares de modernidade, levará em consideração, além de um plano civilizacional, questões de interesse econômico. Nesse sentido, observamos a criação da Repartição de Obras Públicas (ROP) - que será trabalhada minuciosamente no capítulo 2 -, em 1835, com o intuito de administrar os recursos e executar as obras estruturais da província.

Os governantes, em meados do século XIX, passam a intervir na cidade, reestruturando-a com o intuito de modernizá-la e civilizá-la. Raimundo Arrais em seu livro *O Pântano e o Riacho* analisa a imagem do Recife na segunda metade do século XIX sendo construída pelas elites em função da noção do progresso, atribuindo às obras públicas um caráter instrutivo e moralizador, uma vez que se pensava a utilização de trabalhadores livres nessas obras, além de estimular hábitos europeus, como os passeios e jardins públicos. Designava-se à cidade, desta forma, uma missão civilizadora.⁵⁶

O viver urbano será remodelado, inspirado nas contribuições europeias acerca da “Civilidade”. Nessas intervenções, se deu a arborização da cidade que será tratada com mais detalhe no capítulo 3, por tempo, serão tratados os motivos que tornaram a arborização algo necessário. Dentre eles está a necessidade de civilizar o país, mais apropriadamente a cidade, pois só assim se alcançaria o progresso. Criou-se o Conselho de salubridade em 1845 e a Sociedade de Medicina de Pernambuco, em 1841, afinal, civilizar também passava próximo do sanear e excluir. Profissionais europeus eram requisitados para fazer os serviços de reformas urbanísticas aqui, contribuindo para a modernização e sofisticação dos espaços públicos, incorporando-se aos modos de viver dos recifenses. A modernidade era sempre oriunda da Europa, pois esta era considerada um referencial de civilização a ser almejado pelos brasileiros nessa época, isso incluía, estética, costumes, moda, cultura, ideal de progresso e desenvolvimento. Não havia outro modelo a ser seguido, para a sociedade da época, que não fosse característico do europeu. Maurício Rocha de Carvalho diz que:

⁵⁶ ARRAIS, R. P. A.. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. 00. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

Los ideales de desarrollo y progreso, que caracterizaron las nacientes sociedades industriales, contaminaron el ambiente de la joven nación, instituyendo internamente el deseo de participar en el “mundo moderno” cuya imagen urbana estaba asociada a los criterios estéticos historicistas.⁵⁷

Os jardins e praças públicas eram espaços de sociabilidade, desejados e recebidos pelas elites com entusiasmo. O espaço ajardinado assume um papel importante e significativo para a sociedade do século XIX, pois representa a natureza domesticada, ordenada, harmônica. É nesse período que o jardim perde a sua dimensão unicamente privada, de lugar de retiro e ostentação, e passa a assumir também um caráter público.⁵⁸

A adesão dos governantes à construção de parques e jardins públicos, em grande parte na Europa do século XIX, deveu-se a um reflexo direto da condensação da população nas áreas urbanas. Esses espaços funcionavam como vias de fuga para a poluição, sujeira e agitação. O jardim público perde a função estética para assumir uma preocupação de caráter utilitarista. De acordo com *Select Committee on public walks and places of exercise*⁵⁹ um dos objetivos de construir espaços verdes nas cidades europeias era propiciar às classes trabalhadoras um espaço de sociabilidade saudável, afastando dos vícios e maus hábitos, como a embriaguez, a gula, as arruaças e as brigas.⁶⁰

A cidade que se remodelava para se tornar mais civilizada mantinha uma relação diferente com a paisagem que a cercava. O saber médico esclarecia sobre os perigos que existiam nas águas paradas e na má circulação dos ventos, era a ciência advertindo o poder público para a necessidade de reorganizar os espaços da cidade, livrando-a da insalubridade, causa de várias doenças. Assim, os médicos exerceram papel fundamental no processo de construção de intervenções urbanas na cidade. Aqui no Recife uma delas era a necessidade de se arborizar os espaços, a qual fazia parte de um projeto urbanístico maior de mudanças, propostas pelos

⁵⁷ CARVALHO, Maurício Rocha. Recife (1890 – 1930) La Transposición de una “Estética Moderna” (un estudio del proceso de asimilación brasileña de la arquitectura europea del siglo XIX). Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 1999.

⁵⁸ CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones de Serbal, 2002. P. 276-299.

⁵⁹ Um órgão público britânico, criado na primeira metade do século XIX.

⁶⁰ CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones de Serbal, 2002. P. 298-299.

médicos e engenheiros sanitaristas. De acordo com Costa, o ideário de reformas urbanas se baseia em três pontos: a higiene, a circulação e a estética.⁶¹ Mais uma poderia ser acrescentada a esses pontos, no caso, a “domesticação” da classe trabalhadora, ou seja, disciplinar a massa.

A medicina nessa época não estava circunscrita apenas aos aspectos clínicos, virava também o seu olhar ao espaço social e ao espaço físico do território em análise. Os engenheiros, os governantes e os médicos compartilhavam os mesmos cuidados, acreditavam que os males da cidade estavam na existência da matéria orgânica em decomposição existente em alagadiços, pântanos e o ar viciado das habitações.

Os médicos salubristas e engenheiros sanitários do século XIX foram os principais formuladores das concepções organicistas da cidade, construindo analogias entre a saúde da cidade e a do corpo humano. A teoria mais aceita e que mais se articulou aos ideais salubristas da cidade no século XIX foi a do miasma, embora a mais legítima e aceita no século XX seja a teoria microbiana de Louis Pasteur.

De acordo com Campos (2002), os objetivos do Estado, médico sanitarista e engenheiros eram assegurar as condições mínimas de vida para uma população em rápido crescimento, normalizar a ocupação e o uso dos espaços e equipamentos e adequar a cidade aos negócios, às instituições e ao poder burguês.⁶²

A circulação e a estética também foram analisadas pelos higienistas, a circulação não era associada apenas ao ar, mas às pessoas e ao escoamento da produção. Tratava-se de melhorar também o acesso dos trabalhadores às suas áreas de trabalho, regular e disciplinar de forma mais concreta a estrutura social e política destacando as diferenças entre as classes sociais. A construção da cidade moderna passa também pelo controle das classes populares e das condições sanitárias em que viviam.

São os centros das principais cidades brasileiras que vão estar ligados aos planos de melhoramento urbano. Existia uma preocupação estética, numa construção direta com o modelo que projetavam para as cidades com inspirações

⁶¹ COSTA, L. A. M. O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: RiMa: Fapesp, 2003.

⁶² CAMPOS, C. São Paulo pela lente da hygiene: as propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos: RiMa Editora, 2002.

européias, ou seja, deveriam ser civilizadas, higiênicas e modernas. Costa sugere que essas características possibilitaram a criação de uma cidade que se “comercializa”, pois era, ao se modernizar, capaz de atrair o olhar internacional para eventuais parcerias e investimentos. Segundo ele, o papel que o Brasil ocupava na divisão internacional do trabalho demandava uma visão mercadológica para o espaço urbano, a cidade é pra ele também uma mercadoria.⁶³ Para Paul Singer a cidade é, via de regra, a sede do poder e, portanto, da classe dominante”.⁶⁴

A ordem urbana é vista como necessária pela elite, cujo novo padrão básico de ordenamento seria instituído pelo Estado, que se voltava cada vez mais para o espaço, com o intuito de criar uma sociedade disciplinada e civilizada em sua vida pública. Esse medo de uma “tragédia social” advinda das classes populares, ditas “classes perigosas”, que, em Roberto da Mata, são associadas a *elementos vulcânicos, cuja violência explosiva poderia destruir a estrutura da sociedade*⁶⁵ esteve presente nas preocupações da elite.

Assim, através da organização da *urbe* instituíam-se também novos padrões de moralidade entre as camadas populares, novos padrões na ordem pública, o que seria uma forma de estabelecer as diferenças sociais e mais de perpetuá-las dentro dessa organização urbana.

Nossa elite sempre se espelhou na elite europeia, nos costumes e, por que não, nos seus medos. Se lá havia um medo de revoltas populares de trabalhadores livres, aqui existia o medo constante de uma rebelião de trabalhadores escravos, que deveriam ser constantemente controladas, segundo Décio Saes, havia ainda a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre⁶⁶, as configurações desses dois novos problemas precisavam também de novas soluções.

Assim as elites vão construir um projeto para o país onde o progresso material e moral caminham juntos, com o intuito também, de combater a marginalidade que “surge” dessa classe de trabalhadores livres e desempregados que abarrotavam o Recife em meados do século XIX. É a ideia de progresso que vai gerir a

⁶³ Idem.

⁶⁴ SINGER, Paul. (1980, p. 12)

⁶⁵ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp.90-102.

⁶⁶Essa questão é mais trabalhada por Décio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil, 1888-1891*.

administração técnica do Estado sobre a cidade. Prevalecendo nessa época de reformas o objetivo de se construir a imagem da cidade moderna e civilizada, através do controle das classes populares e da higienização da cidade.

Ainda dentro das questões civilizacionais existia a finalidade, que dá a essas reformas um caráter especial, da sociabilidade. Nas ruas, passeios, praças e jardins as pessoas vão para ver e serem vistas, para dialogar sobre variados temas que suscitavam no ir e vir do *Flâneur*, de acordo com a visão de Baudelaire. Marshal Berman afirma que *de um lado, a rua age como um cenário para as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas querem ser; de outro, a rua oferece o conhecimento verdadeiro — para os capazes de decodificá-la — daquilo que as pessoas verdadeiramente são.*⁶⁷

1.3 – O progresso e a consciência de arborização no espaço urbano

A modernização da cidade influenciada pelo desejo de progresso futuro do país gerou, de certo modo, uma consciência sobre a arborização dos espaços. Dentro de um projeto maior que foi parte de uma política urbana direcionada por um projeto de modernização de caráter civilizatório, salubrista e estético. A arborização, no âmbito da política urbana, não ganha centralidade face às outras normas dentro das posturas municipais acerca das reformas da cidade, mesmo quando comparada a outras iniciativas como a construção do porto, das estradas e do abastecimento de água do Recife. No entanto, não se pode excluir seu caráter de importância face às mudanças ocorridas para a modernização da cidade.

Durante as transformações no contexto urbano das cidades a natureza ganhou outra roupagem, afinal a própria construção do Brasil se dá amparada na natureza, como diz Maria Angélica Silva

Desde seu nome de árvore, e mais tarde, no seu hino e na sua bandeira, acompanhando os vários ciclos produtivos da economia

⁶⁷BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Companhia das letras, 1997. p. 194.

que se desenvolveram no correr dos séculos, é a natureza e seus atributos que lhe compõem a imagem. Seus símbolos mais fortes e duradouros vinculam a nação a uma natureza exuberante, a um clima ameno, à presença de uma floresta poderosa e diversificada.⁶⁸

No entanto, a paisagem natural nunca foi pensada como um ambiente que se transformasse em jardim. Ainda de acordo com Maria Angélica Silva, a experiência de maior fôlego paisagístico se deu com a presença dos holandeses na América do Sul.

No processo civilizatório brasileiro, a natureza vai ser incorporada à cidade, primeiramente de forma tímida, sem nenhuma preocupação com a estética, e muito menos com a preocupação em relação ao tipo de árvores a serem escolhidas para a arborização. No aspecto cronológico, podemos exemplificar o Passeio Público do Rio de Janeiro como o primeiro espaço a ser construído de forma organizada, onde o homem intervém na natureza e a torna “domesticável”. O século XIX deu início à contestação de que ele deveria exercer seu domínio inconteste sobre a natureza, como se com ela não precisasse se preocupar. Estava-se em vias de abandonar o antropocentrismo diante da própria cultura que se modificava, mudando também seus valores em relação à natureza e aos ambientes próximos a ela.

O campo ganha visibilidade, em comparação a cidade, a qual se mostrava insalubre e poluída. O campo era mais saudável, assim criou-se também todo um romantismo sobre a vida em contato com a natureza afastada das tensões sociais que a cidade mostrava multifacetadas. O ideal a ser buscado seria conciliar as vantagens de se morar numa cidade industrial, mas que contivesse nela elementos mais harmônicos que faziam do campo um ambiente tão agradável. A instalação de uma malha verde na cidade era a antítese da desorganização e sujeira que ocorriam na cidade oitocentista e que impediam a existência de uma vida tranquila e saudável. Segundo Gian Mario Giuliani, consideravam que a natureza deveria ser domesticada, porém não dominada, nem muito menos suprimida.⁶⁹

Assim, a natureza passa a ser considerada local de regeneração, e a árvore se tornará a redentora e será o elemento que traz pra cidade essa harmonia

⁶⁸ SILVA, Maria Angélica. Acolhendo a diversidade: o jardim seiscentista de Maurício de Nassau e a paisagem americana. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Perez (Org.). *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*. Pernambuco. Editora Universitária: UFPE, 2009. p. 17

⁶⁹ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000100005&script=sci_arttext

desejada - no capítulo 3 essa questão será mais aprofundada acerca do papel que a árvore assumiu a partir de meados do século XIX.

Essa transformação do meio urbano também se refletiu, ao trazer a vegetação do interior, por meio da criação de praças, parques e outras áreas verdes. Um dos defensores dos espaços livres foi Camillo Sitte, arquiteto que elaborou sua teoria da cidade ideal, em 1889, na qual priorizava as áreas reservadas aos parques e praças.

Não há dúvidas quanto à importância de tais interrupções na grande massa de edifícios de apartamentos através da manutenção de amplos espaços abertos, essenciais para a saúde, mas não menos importantes para o êxtase do espírito, que encontra repouso nestas paisagens naturais espalhadas em meio à cidade.⁷⁰

A teoria de Sitte surge em um momento em que muitas redefinições estavam sendo feitas em termos urbanísticos, chamando a atenção para a perda dos antigos valores na formação da cidade. Em fins do século XIX, acompanhando essa revisão de valores sociais, mudaram-se os conceitos que orientavam a percepção da cidade. O gosto pela natureza e a defesa da saúde e da salubridade tornaram-se elementos direcionadores das mudanças de mentalidade do urbanismo. No entanto, para as modificações serem postas em prática, foi preciso a ação de um saber técnico, apoiada pelo Estado, para que ele normatizasse novas formas de agir. Leis e regulamentos foram criados, grandes reformas aconteceram. Dessa forma, um novo paradigma urbanístico passou a valorizar e preservar a manutenção do verde na cidade. A arborização e a criação de parques e jardins tornaram-se frequentes durante a segunda metade do século XIX, no qual a percepção da importância da arborização vai se dar aliando estética e higienização, com o intuito de atingir a cidade ideal como Sitte pretendia.

⁷⁰ SITTE, Camillo. A construção das cidades: segundo seus princípios artísticos. 4. ed. São Paulo : Ática, 1992. p. 167.

1.3.1 - Da lama ao cais, do cais à lama, um homem roubado nunca se engana⁷¹: O mangue como alvo de saneamento

Entre todas as finalidades que a reforma urbana representava, seja por estética, civilização ou salubridade, o belo, o harmônico, o limpo, a moral e o equilíbrio sempre foram objetivos almejados através da dominação do homem sobre o ambiente. Esses objetivos tomariam lugar do que era feio, amoral, desarmônico, tudo o que a cidade pretendia esconder, apagar. O homem vai dando novos contornos ao mundo a sua volta, não apenas se adaptando a ele, mas moldando-o as suas conveniências e necessidades. Logo, a transformação do meio é uma alternativa para o homem e que lhe garante, de certo modo, sua sobrevivência em um meio inóspito. Então, para conseguir realizar uma reforma urbana, houve também um processo de transformação seja de uma paisagem já modificada ou de uma a modificar e que demandava energia e um ponto ideal a se alcançar. O Recife já havia passado, no seu meio urbano, por diversas transformações que violentaram a sua natureza original, ela já havia sido domada e dominada permanentemente pela vontade do homem.

A “*ribeira dos Arrecifes dos navios*”, como o donatário Duarte Coelho referiu-se à aldeia de pescadores, no seu Foral de 1537, era uma povoação que cresceu como acessória à Vila de Olinda, antes de ter conquistada sua autonomia. Sua ocupação se deu desde o início por grandes intervenções na natureza, num ambiente repleto de contrastes, terras baixas e alagadas, o litoral não servia para a agricultura, ela então se fez porto. A cidade, no entanto, adentra em sucessivos avanços de terra, alarga-se sobre rios, mar e alagados. Seus bairros centrais foram construídos em três partes: o bairro do Recife; a Ilha de Antônio Vaz, no bairro de Santo Antônio; e na terceira parte, o bairro da Boa Vista.⁷²

O espaço da urbe sofreu diversas transformações ao longo do tempo, principalmente aterros unindo ao continente algumas ilhas fluviais, a cidade e os rios que a cortam construíram relações de interdependência singulares. O Recife se

⁷¹ CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. Do caos à lama. Rio de Janeiro: Sony Music; Chaos, 1994. CD

⁷² ARRAIS, Raimundo. *Op.Cit.*, 2004, p.102.

ergue sobre a água

A cidade assenta nas terras baixas de urna extensa planície aluvional [...] constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e paúis, envolvidos pelos braços dos rios que [...] se espriam remansosos pela planície inundável.⁷³

Ela emerge da água, como diz Bezerra, numa “luta líquida. De água salgada contra água doce e vice-versa. De espasmos da terra ainda verde. De um mundo procurando se ajustar. De se firmar. De se estabilizar”⁷⁴. Resultado da luta do homem por espaço, onde “o que não é água, foi água ou é recordação dela”⁷⁵.

A ocupação das áreas alagadas vai confrontar dois processos, um era a ocupação indiscriminada pela expansão imobiliária do Recife sobre os terrenos alagados em meados do século XIX; e o outro, era a expansão da ocupação desses alagados pela população mais pobre da cidade, que já ocupava os mangues desde o século XVII, fincando lá os alicerces de seus mocambos, confundindo-se com sua vegetação, alimentando-se de sua riqueza, no que Josué de Castro denominou ciclo do caranguejo⁷⁶. De acordo com Maria Angela de Almeida Souza

É nesse terceiro quartel do século XIX, que os mangues do Recife ganham visibilidade. Inicialmente, por confrontar-se com o interesse de uma população mais abastada, que passara a identificar o potencial dos alagados: como via fluvial para indústrias ou comércios instalados às suas margens; como reservas de madeira exploráveis para aproveitamento em fornalhas e curtumes; ou como manancial de peixes a serem cultivados em viveiros. Posteriormente, tal visibilidade se amplia com a emergência do interesse pelos alagados para empreendimentos imobiliários, quando torna-se sistemático aterrar mangues e loteá-los ou, mesmo, loteá-los sem aterrar; construir mocambos e alugá-los ou comprá-los para convertê-los em

⁷³ CASTRO, Josué. *Fatores de localização da cidade do Recife*: um ensaio de Geografia Urbana. Brasil: Imprensa Nacional, 1948, pl6.

⁷⁴ BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1965. P.21.

⁷⁵ OLIVEIRA, W. apud CHACON, Vamireh. *O Capibaribe e o Recife: história social e sentimental de um rio*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959. P. 28.

⁷⁶ CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares. 1960.

fonte de rendimentos - através da cobrança do aluguel do chão - ou em prova de benfeitoria.⁷⁷

O Recife cresce desordenadamente, a partir de meados do século XIX, à custa de aterramento indiscriminado e da destruição dos manguezais. Os latifúndios, chamados pelo Padre Carapuceiro de *Góticos Castelos*, comparando-os a feudos, expulsavam uma grande massa de trabalhadores livres para a cidade em busca de melhorias de vida. Nela buscavam lugares para fincar moradia, só restavam os alagados e os mangues, que serviram, por muito tempo, como espaço de moradia para uma parte da classe mais baixa.

produto do feudalismo agrário que oprimia e explorava, há séculos, toda aquela pobre gente que acabava, um dia, preferindo o fedor dos mangues ao fedor das malocas dos engenhos, das novas senzalas fracionadas em torno das novas casas-grandes.⁷⁸

Nesse contexto, os mangues evoluíram, assumiram outra função, se no período colonial eram fornecedores importantes para o cotidiano da cidade, no século XIX, foram ameaçados pelos discursos científico e social-urbano associados às fontes de doenças epidêmicas. Os mangues foram submetidos a julgamentos negativos por parte de médicos-higienistas e de engenheiros, assim, era preciso eliminar esse ecossistema para limpar a cidade. O entorno ambiental e o meio social influenciavam diretamente o desenvolvimento das enfermidades, pois se acreditava que as doenças eram transmitidas pelo ar poluído. Os higienistas criticavam a falta de salubridade nas cidades, assim como as condições de vida dos trabalhadores e suas moradias, lançando propostas de controle higiênico-social, que pudessem contribuir para a melhoria das condições de salubridade da população. É, ao tratar de problemas relacionados ao espaço urbano, que se preocupou também com espaços insalubres como os cemitérios, os esgotos, os matadouros e para o

⁷⁷ SOUZA, Maria Angela Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. 2002, f.312. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Sociais CFCH – Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco. 2002

⁷⁸ CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967, p99.

manguezal. Aqui, o que interessa é a percepção da sociedade sobre o mangue, e a criação de um mito nocivo sobre ele.

A teoria dos miasmas era baseada na ideia de vapores fétidos emanados pelos ambientes insalubres, considerados doentios. O manguezal estava dentro das áreas consideradas pela teoria dos miasmas como ambiente palustre e que carecia de redobrada atenção do Estado. Segundo Foucault, a medicina social tinha três objetivos: i) analisar os locais ditos insalubres e perigosos que podiam causar doenças; ii) Controlar a circulação de água e de ar; iii) organizar distribuições dos elementos necessários à vida em comum da cidade.⁷⁹

A medicina social se caracteriza por uma forma de controle urbano, por uma vigilância sobre o espaço, lutar contra epidemia não é só uma preocupação médica, mas obedece, sobretudo, um comando político. Um dos dilemas constantes que o Recife enfrentava durante esse período de expansão da medicina urbana era como solucionar os problemas advindos das inúmeras áreas alagadiças. Os discursos eram proferidos através da concepção: manguezal gera miasmas que causa doenças, logo ao se erradicar os manguezais alcançam o saneamento. No entanto, o incoerente era que o mangue, enquanto ecossistema, fazia também parte do meio natural, ao qual o homem havia feito às pazes. É diante disso que a Comissão de Higiene Pública faz uma alerta sobre os mangues do Recife atribuindo-lhe fator de insalubridade para a cidade.

He verdade que, durante a noite, o vento de oeste traz sobre a cidade os miasmas, que durante o dia se desprendem desses pantanos, que ocupam grande parte da superficie, que se estende de Olinda a Rosarinho, e que vai de Afogados á Piranga e lugares adjacentes, miasmas que se accumulam nas altas regiões da atmosphaera; e não se deve desprezar esta consideração, porque muito influe sobre a salubridade publica.⁸⁰

Contudo, num desvario irresistível de uma noção cínica de progresso, era preciso que a cidade destruísse o bioma que, durante muito tempo, contribuiu para o desenvolvimento da cidade que, em meados do século XIX, quer se fazer moderna e

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2003.

⁸⁰ Comissão de Hygiene Pública (1855): Bases para um Plano Geral de Edificações da Cidade. Publicado no Diário de Pernambuco em 28.08.1855, p. 2

enterrar todo o passado que lhe macula. Pádua deixa claro que essa reconciliação do homem novecentista com a natureza, ao defender o ambiente natural, não se expressa com base nos sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético, ou espiritual, pensava-se antes na sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais eram o grande trunfo para conquistar o progresso do futuro do país.⁸¹ Contudo as preocupações com a problemática ambiental estão inseridas na Saúde Pública desde seus primórdios.

O problema é que não se encarava o mangue como um ecossistema importante, havia uma indiferença em relação a sua importância para economia, enquanto equilíbrio de sua existência e abundância de peixes. Durante o reinado da medicina social, o mangue era um ambiente nocivo e que deveria ser destruído.

Dentro das práticas urbanistas que nortearam as reformas, o ideal de cidade bela era almejado também. A cidade deve mostrar o que é belo e que lhe dá orgulho e esconder tudo o que é feio, imoral e sujo. Dentro dessa construção do que é belo na cidade, o mangue, bioma natural do Recife, é designado como feio, sujo, maléfico, e doentio. Logo sua existência dentro da cidade, ou o que ainda restava dele, foi ameaçado.

Na concepção da cidade do século XIX a estética assumia lugar de importância, porque o que era dito belo, poderia ser comercializado. O que a sociedade estava vendendo era também a sua estética civilizada para o resto do mundo, tentando demonstrar que pelos trópicos o belo também poderia ser construído e apreciado. Na sociedade moderna, se é estimulado a consumir o que é mostrado como belo, na promessa de conquistar algo que foi almejado. O ser humano é atraído por determinados padrões que despertam sensações prazerosas e se identifica com a representação do que é bom. Umberto Eco identifica

Belo – junto com “gracioso”, “bonito”, ou “sublime”, “maravilhoso”, “soberbo” e expressões similares – é um adjetivo que usamos frequentemente para indicar algo que nos agrada. Parece que, nesse sentido, aquilo que é belo é igual àquilo que é bom e, de fato, em

⁸¹ PADUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. v. 1. 318p.

diversas épocas históricas criou-se um laço estreito entre o Belo e o Bom.⁸²

Umberto Eco admite que o homem cria o belo à imagem e semelhança da forma como vê e representa a si próprio. Ora, se o homem da época se desejava ver moderno, ele transferia isso para o mundo que o cercava. Estava claro, então, que o mangue estava sendo ameaçado porque passou a ser considerado pouco saudável e emanador de doenças, além de não ter o aspecto de natureza desejada e planejada num modelo de beleza e equilíbrio para estar dentro da cidade.

⁸² ECO. Umberto, *História da Beleza*. Rio Janeiro: Ed: Record, 2007, p.8.

2. A Cidade e o Estado

2.1 - Repartição de Obras Públicas

A Repartição de Obras Públicas (ROP) foi sem dúvidas o agente executor de todos os planos reformistas do governo. A administração pública e a gestão urbana do Recife se alicerçaram nesse órgão para introduzir normas técnicas e científicas para normatizar o espaço. O crescimento desordenado e irregular da zona urbana começava a gerar problemas de circulação e construção, desagradando os novos padrões estéticos que foram instituídos pelas elites da época.

A presença da ROP como órgão do governo vai agir diretamente na reformulação dos espaços urbanos, e dentre essas reformas, a arborização da cidade vai ser tomada a seu cargo, daí a necessidade em se fazer conhecer a sua história. É verificado que nos períodos em que a ROP ganha maior importância dentro da ordem estatal, sua competência se expande e conseqüentemente, ela se torna responsável por grandes reformas no meio urbano. Em questão de arborização, a ROP é responsável pela manutenção do elemento verde na cidade. Se em alguns momentos há o esvaziamento de suas funções e ela deixa de ser o agente principal nesse processo, o órgão ainda assim, assume papel secundário, cabendo a ele toda a manutenção dessas reformas, e isso inclui o tratamento do verde na cidade.

2.1.1 - Sua história

Em 1810, ocorre a formação do primeiro órgão de controle e execução das obras públicas em Pernambuco, foi nomeado para o cargo de Diretor Geral de obras o Sargento-mor Antônio Pereira do Lago. Em 1821, o engenheiro militar Firmino Herculano de Moraes Âncora foi designado para o mesmo cargo, por ordem do Governador da Província de Pernambuco Luiz do Rego Barreto.

Em 25 de novembro de 1822, a Junta do Governo Provisório de Pernambuco, por portaria, criou uma Repartição de Obras comprovada através do ofício de Thomas Antônio Nunes, nomeado por esta, inspetor das Obras Públicas. Evidenciava ser composta por um inspetor, um almoxarife e um escrivão. Cabia a ele *“não só a administração de todas as obras, suas direções, fiscalização de*

compras de gêneros, rever todas as contas da repartição em geral, como todo o mais que lhe é concernente com o bom arranjo e economia para com o tesouro relativamente às ditas obras (...)”

Seu campo de atuação se limitava basicamente a efetuar trabalhos de conservação em edificações, como estradas e pontes, ligadas à administração provincial, em parceria com empreiteiras. Direcionada a esse tipo de expediente, a mesma não se consolidou, deixando escassos materiais sobre suas propostas e atuações.⁸³

De acordo com o ofício de 8 de dezembro de 1825, a atuação da ROP restringia-se, na maioria dos casos, à manutenção e reparo de pontes e edifícios públicos do Recife⁸⁴, cuja execução cabia tanto à própria Repartição como a arrematantes de obras públicas.⁸⁵

O tempo de existência dessa Repartição, no entanto, foi breve, extinta em 1830, como afirma o documento abaixo, por não ter condições de fazer cumprir suas obrigações. Seus serviços, então, passaram para a responsabilidade da Câmara Municipal do Recife, que contratou para dirigir os trabalhos o Major João Bloem.⁸⁶⁸⁷

...A Câmara Municipal convencida, de que não pode desempenhar as atribuições, que lhes são encarregadas pelo 1.º do Artigo 66, e Art. 71 da Carta da Lei de 1 de abril de 1828, sem a intervenção de um empregado entendido, que inspecione, e se incumba zeloso da arquitetura da Cidade, geral, e particularmente, levantando as Plantas necessárias, alinhando as ruas, e edifícios, e estabelecendo a sua regularidade externa, máxime nos novos arruamentos: sem o que só não persistirão as deformidades presentes, mas acrescentarão infinitas no futuro: tem nomeado o Sarg. Mor de Engenheiros João Boloca (sic) para o dito desempenho com a denominação de – Encarregado da Arquitetura da Cidade – e com gratificação anual de 300\$000 reis... Casa da Câmara Municipal do Recife de agosto de 1830.⁸⁸

⁸³ ARRAIS, Isabel C. *Teatro Santa Isabel: Biografia de uma casa de espetáculos*. Mestrado. História, UFPE, Recife, 1995, p. 22.

⁸⁴ Ver: Ofício de 8 de outubro de 1825. APE, Série de Obras Públicas, v. 1, p. 200, manuscrito.

⁸⁵ Ver: Ofício de 12 de maio de 1826. APE, Série de Obras Públicas, v. 1, p. 222, manuscrito.

⁸⁶ ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989, p. 174

⁸⁷ O engenheiro alemão foi contratado por Portugal e veio para o Brasil (Pernambuco), antes da Independência. Naturalizou-se brasileiro e foi trabalhar em Fernando de Noronha. Em 1828 dirigiu a Colônia de Alemães em Cova da Onça, em Catucá. In: *Posturas Imperiais*.

⁸⁸ LIVRO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 1830. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Apud, FREYRE, G., (1940), P.93.

Os serviços, os quais se faziam cumprir, em relação a estruturação do espaço urbano eram heranças de uma administração Portuguesa, a legislação imperial a partir de 1º de outubro de 1828 vem estabelecer mudanças significativas repercutindo na regulamentação das cidades e na autonomia do município.

Com as transformações institucionais decorrentes da Constituição e da Lei de 1º de outubro de 1828, como parte das atribuições da Câmara Municipal, era preciso submeter as posturas municipais à aprovação do Conselho Geral da respectiva província e, posteriormente, à da Assembleia Provincial. Assim, o Recife passou a ser regulamentado por leis gestadas nas instâncias legislativas e administrativas, que se complementavam para arbitrar em relação ao espaço urbano e suas construções. Daí o campo de atuação da ROP ter se restringido ao estabelecimento de regras básicas de construção e de ordenamento dos imóveis.

O aparente “desordenamento urbano” em que se encontrava a província são reminiscências lusitanas, a ausência de normas regulatórias para o “ordenamento racional” e a prática “espontaneística” dos agentes construtores que perdurou todo o período anterior resultou num movimento de resistência por parte da sociedade às regras impostas para a reforma e num retumbante desafio para a administração pública do Recife. A introdução de regras técnicas e científicas para a normatização das construções urbanas constituiu uma grande novidade para a época, prática introduzida no Brasil somente no século XIX. A questão pode ser explicada porque a própria expansão urbana sempre dependeu das iniciativas de agentes privados no tocante à administração municipal.

No Recife, as normas introduzidas pelo Major Bloen também vieram causar problemas sérios, pela resistência com que foram recebidas pelos habitantes da cidade e pela incapacidade política e institucional da Câmara Municipal de implantá-las e fazê-las serem respeitadas. Várias determinações drásticas foram tomadas no intuito de fazer valer as referidas posturas.⁸⁹

O modelo de gestão urbana do Recife se deu através de posturas municipais estabelecidas pela Câmara Municipal do Recife, e a sociedade cumpria (ou deveria cumprir) as normas de ordem pública, sobretudo aquelas ligadas à composição, ao disciplinamento e à estruturação do espaço urbano. Diversas foram as leis que

⁸⁹ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1835.

interferiam no espaço da cidade e na sua gestão municipal, como se faz observar abaixo numa Postura Municipal de 11 de setembro de 1830 que estabelecia padrões a serem seguidos pelas novas construções e punições quando fossem desrespeitadas.

A Câmara Municipal desta cidade do Recife,... faz saber a todos os habitantes desta cidade e ser termo, que nos bairros do Recife, S. Antônio e Boa Vista tiverem casas, terrenos, e alugados, próprios ou foreiros a edificar que da publicação desta em diante lhes fica proibida toda e qualquer construção, e arquitetura arbitrária, devendo de hora em diante edificarem-se todas as casas e ruas pelo plano dado pelo Major Bloen, autorizado e encarregado por esta Câmara para fazer cordear os terrenos e metrificar a arquitetura das frentes dos edifícios de maneira que pelo decurso do tempo se venha a igualar, e tirar esta lindíssima cidade da antiga irregularidade e incômoda tortuosidade com que até o presente tem crescido. O mesmo Sargento Mor engenheiro se acha autorizado para chamar as suas frentes ao alinhamento, e arquitetura do novo plano. Os contraventores, proprietários e seus respectivos obreiros serão punidos com as penas combinadas em as posturas a tal respeito.⁹⁰

Como afirma Zanchetti, a Câmara, apesar do rigor de suas Posturas, carecia de poder de mando de fato, assim as imposições de regras para a implantação das obras públicas e do controle de uso do espaço urbano não saíram do papel. Somente o Governo Provincial possuía, ainda que restrita, a devida capacidade para empreendimento dessa natureza. Outro ponto negativo ainda ressaltado por este autor é a carência de recursos financeiros para destinar às obras públicas, já que o orçamento era decidido pela Assembleia Provincial.⁹¹

Em 4 de novembro de 1834 é restaurada a Repartição de Obras Públicas como parte da Assembleia Provincial no governo do Presidente da província Manoel de Carvalho Paes⁹². Em 10 de junho de 1835, através da Lei Provincial de n. 9, o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque restaura

⁹⁰ Sessão extraordinária da Câmara Municipal do Recife de 11 de setembro de 1830. Documento publicado na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, vol. XXX, n. 143-6.

⁹¹ ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989, p.176.

⁹² Fala do então Presidente da Província Manoel de Carvalho Paes de Andrade: "O Governo da Província viu-se na necessidade de estabelecer e conservar a Repartição de Obras Públicas, que havia sido abolida por decisão legislativa ; porque a câmara não se pode mais encarregar dessa inspeção..." DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 6 de abril de 1835.

legalmente a Repartição das Obras Públicas, encarregando-a, como especifica os artigos 28º e 29º, da construção, conservação e reparo das estradas e obras públicas.

A lei nº 9 trazia os procedimentos a serem seguidos por todas as obras executadas na província. É no seu corpo de lei que é definido os pormenores sobre contratos por arrematação, forma de executar a obra que vai ser utilizada pela ROP durante toda a sua existência, definindo por toda a sua história a dependência que esse órgão ao setor privado. Era de autoridade da ROP definir a largura mínima das estradas, cuidar das devidas desapropriações, da manutenção dos espaços públicos, como jardins, praças e parques, mas essa atribuição só será reivindicada quando esses espaços de sociabilidades ganharem importância dentro das reformas urbanas.

Mas somente em 10 de agosto de 1835 foi aprovado o primeiro regulamento da Repartição de Obras Públicas, no qual especificava suas atividades, sendo designado como seu chefe o engenheiro ten. cel. Firmino de Moraes Âncora e acoplando ao ROP o Gabinete Topográfico e de Desenho e a Escola Elementar de Topografia. Esse primeiro regulamento não trata sobre jardins, nem praças, talvez porque a sua importância dentro da urbe ainda não tenha sido revelada.

As reformas de infraestrutura, como estradas e pontes eram as obras diagnosticadas como de primeira ordem para serem cumpridas, devido às necessidades econômicas de expansão; as segundas seriam as de fundo estéticos, voltadas para o embelezamento e modernização da cidade. Embora se reconhecesse as demandas da sociedade o governo Provincial não elaborou um plano de ação específico para suas atividades. E por essa indefinição os primeiros anos da ROP foram marcados pelas pequenas realizações, o que não a eximiu de receber as primeiras críticas da sociedade recifense.⁹³

Apesar de ter suas funções estabelecidas, a ROP possuía falhas elementares, não tanto por sua má direção, mas porque a própria província vivia momentos atípicos, em que procurava estabelecer a sua própria estrutura organizativa e funcional, assim era preciso que a ROP encontrasse o seu espaço dentro dessa estrutura governamental que estava se remodelando.

⁹³ Diário de Pernambuco 1836.

A ROP não possuía nem autonomia, muito menos corpo técnico para elaborar um rígido plano de ação, era ainda um órgão incipiente, e que contava com a aprovação orçamentária da Assembleia Provincial, o que tornava demasiado sensível a sua dependência frente à conjuntura política do momento. Outro ponto que dificultou a atuação do órgão foi a delimitação de sua área de atuação frente ao setor privado, assim, mais uma vez, cabia ao Estado estabelecer sua frente de ação. E por fim, e igualmente em importância, era preciso lidar com a falta de corpo técnico que permitisse estabelecer “racionalidade técnica” na gerência das obras.⁹⁴

Esses, no entanto, foram sempre os problemas enfrentados pela ROP durante toda a sua existência. Marcadamente dependente de uma atuação mais firme e de boa vontade do Governador da Província e do apoio da Assembleia para dar ímpeto às suas reformas, e, sobretudo, para demarcar a área de atuação do setor público e privado, onde a conjugação desses interesses resultou no esvaziamento das competências do órgão.

O empenho e boa vontade dos presidentes em relação à repartição são sugeridos em três momentos distintos da história urbanística da província, nos quais a ROP integra-se de forma mais pertinente à sua função e conseguinte cumpre as suas competências primeiras. Durante a sua gestão, Francisco Rego Barros, o Barão da Boa Vista, pode ser considerado o precursor, ou antes, o pioneiro na busca pela racionalidade técnica na gestão urbana da capital, conferindo à ROP tarefas que sempre lhe coube, no entanto, logo após seu governo, esse órgão caiu em desuso novamente.

O segundo momento em que a ROP é considerada imprescindível para as transformações urbanas se deu com o Presidente da Província Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos pilares do partido conservador, como enaltece Nabuco: o estadista então de maior vulto no Império e que por isso foi indicado para gerir Pernambuco após a Revolução Praieira. Nomearia para ocupar o cargo de chefia da ROP José Mamede Alves Ferreira, que se revelaria um dos mais brilhantes arquitetos brasileiros do século XIX. Juntos fizeram a ROP alcançar o seu período áureo, não só em relação a construção de grandes obras como a casa de detenção, mas também na preocupação com a utilização de vegetais no espaço público.

⁹⁴ ZANCHETI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989, p.178,179,180.

O terceiro momento em que se vislumbrou uma maior participação da ROP nas reformas urbanas foi durante o governo do Presidente Henrique Pereira de Lucena, o futuro Barão de Lucena, adepto a ideias inovadoras, ele tenta modernizar nos padrões de progresso e civilização que a elite assume como discurso hegemônico. É no seu governo que três dentre as quatro praças relacionadas neste trabalho serão projetadas, duas delas entregue ao público. O seu governo vai se revelar, dentre os estudados, o momento que o Recife no processo de modernização traça seu espaço dando a devida importância a natureza ordenada, e a ROP volta a assumir sua importância. Períodos estes que serão trabalhados mais adiante, no decorrer da pesquisa.

A execução das obras Públicas era decidida pelo Presidente da Província e poderia ser balizada de duas formas: uma primordialmente pela ROP, ou seja, por administração; e a outra forma seria, por arrematação, pela qual os empreiteiros realizariam todo o trabalho, este não foi mais que um modelo de execução de obras públicas herdado do período colonial.

Os arrematantes das obras públicas faziam parte da alta sociedade da província, latifundiários e grande proprietários de escravos, pois era preciso capital e bens para dar de garantia para a execução do empreendimento e grande quantidade de mão de obra para dar andamento aos trabalhos. Assim, somente pessoas que possuíssem grandes capitais é que poderiam se tornar arrematantes. As obras públicas no Recife, no século XIX apresentaram-se como uma alternativa para a aplicação do capital ocioso, principalmente quando se deparar com o fim do tráfico de escravos.

2.2.- Nos tempos do Barão

É curioso ao analisar que o sopro de progresso e modernização aplicado ao ordenamento urbano tenha alcançado picos de desenvolvimento durante o governo do Barão da Boa Vista e do Barão de Lucena, dois grandes entusiastas do projeto civilizador e que deram grande importância a arborização na cidade.

2.2.1 – O Barão da Boa Vista (1837 – 1844)

Francisco Rego Barros, em outubro de 1837, foi nomeado Presidente da Província de Pernambuco. Cumprindo seu mandato até 1841 quando sofre um hiato, retornando, ainda nesse mesmo ano, e governando até junho de 1844. Um dos governos mais longos da província, cumprindo quase sete anos no poder, caso ímpar no Brasil Império.⁹⁵

Sua indicação deu-se num período de reação conservadora no quadro geral da política brasileira, seu nome foi escolhido como medida apaziguadora das facções conservadoras pernambucanas que, desde as lutas da época de Feijó, estavam divididas e como uma forma de barrar a ascensão liberal.⁹⁶

Em Pernambuco, o período do governo do Barão, futuro Conde da Boa vista, até 1848, foi marcado por uma fase de disputa acirrada entre liberais e conservadores que desaguou na Revolução Praieira. No Brasil, quem estava no poder era o Partido Conservador com a Regência de Araújo Lima, em Pernambuco, os liberais ascenderam na legislatura de 1838, constituindo uma oposição cerrada aos conservadores. O Barão da Boa Vista, sendo o principal sustentáculo do Partido na Província, não se eximiu de constituir o principal alvo dos ataques liberais.

Dispondo de um mandato longo, o presidente conseguiu resultados que administrações efêmeras não podiam dar. O aspecto geral do Recife se modificou bastante desde o momento em que iniciou sua gestão urbana. Melhoramentos nas questões urbanísticas eram agora consideradas prioridades no programa de governo porque não só refletiam a necessidade de melhorias nas infraestruturas para solucionar as barreiras ao aumento da exportação do açúcar como aumento de estradas e melhoramento do porto, bem como questões higienistas e, sobretudo, “civilizatórias”.

Boa Vista tinha-se formado em Paris e guardou as maneiras da Restauração até o fim da vida, o mesmo ar e o tom de *grand seigneur*. De França trouxe para a administração planos e ideias europeias. Ele acreditava que fazendo do Recife uma bela cidade, a

⁹⁵ <http://www.sfreinobreza.com/ANB02.HTM>

⁹⁶ ZANCHETI, Silvio Mendes, *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989. P.181.

sociedade pernambucana, os ricos senhores de engenho e seus filhos se afeiçoariam à ideia de viver em sua terra, não se afastariam da província, o que era a causa, em todo o país, do depreciação da vida local.⁹⁷

O Recife do Barão da Boa Vista era uma cidade próspera, que acumulava atribuições, era, ao mesmo tempo, sede do Poder Político do Estado, do poder econômico e do saber tendo, conseqüentemente, grande visibilidade. Koster, já em 1809, apontava a importância econômica de Pernambuco: “gozava o terceiro lugar entre as províncias do Brasil, mas do ponto de vista comercial em relação à Grã-Bretanha, creio não enganar-me dando-o em primeiro plano”.⁹⁸ E, naturalmente, a cidade passava por transformações devido a sua forma “desordenada” de crescimento.

Com a intenção de obter dados mais precisos sobre as características populacionais da província, o Barão da Boa Vista mandou organizar um mapa estatístico em 1838. De acordo com este, o Recife contava com 91.000 habitantes, distribuídos entre nacionais e estrangeiros.⁹⁹ Quantidade relativamente grande se comparada ao Mapa estatístico de 1828, feito por Jeronymo Martiniano Figueira de Melo, dez anos antes, que informava que a população das três freguesias do centro contava com 25.678 pessoas.¹⁰⁰ A questão não toca somente no aumento populacional da urbe, mas, sobretudo, nas infraestruturas urbanas, principalmente nos serviços públicos urbanos que estavam (ou deveriam estar) a serviço dessa população.

Segundo Zanchetti, a província carecia de todas as redes de serviços de tal importância que se pressupõe a cidade, como água, esgoto, iluminação e transporte público. Diante do estado dos acontecimentos, o Recife requeria, antes de tudo, a instalação de infraestruturas necessárias às novas demandas de uma cidade em transformação, que conheceu o seu crescimento antes de seu desenvolvimento urbano, como as tantas outras cidades capitais do século XIX.

⁹⁷ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. P.71

⁹⁸ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 2ª Ed (Coleção Pernambucana) v. XVII, 1978, P. 33.

⁹⁹ RPPPE, 1839, Mapa Estatístico da Província de Pernambuco no Ano de 1838. (UC – Center for Research libraries) Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/654/000068.html> acesso em 19 de abril de 2014.

¹⁰⁰ MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco, Recife: Ed. Univertária da UFPE, 1979. Apud CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 1998, PP. 44-68.

O empenho na regularização do sistema viário e no embelezamento das edificações da cidade antecede as medidas adotadas para o abastecimento d'água, o esgotamento sanitário da cidade, cuja população permanece, até meados do século XIX, sendo abastecida por canoas d'água e despejando seus dejetos nos rios e no mar, através dos "tigres", carregados pelos escravos.¹⁰¹

Recife "aparecia" aos olhos da elite local como uma cidade antiquada, desordenada, ligada a um passado colonial sem atrativos, distante dos padrões urbanos europeus, os ditos "civilizados", enfim, sem características condizentes com o papel que assumia como centro comercial importante do Império.¹⁰²

E, assim mesmo, era a imagem que o Recife passava para os estrangeiros que não deixavam de exprimir seu estranhamento diante de práticas e costumes que se diferenciavam dos deles. Segundo Pereira da Costa, Charles Darwin, naturalista inglês, ao visitar o Recife em 1836, comentou que "Pernambuco é uma cidade de aspecto enfadonho, senão repugnante; as suas ruas são estreitas, mal calçadas e imundas; as casas altas e sombrias".¹⁰³

Não discordando da impressão de Darwin, George Gardner, também botânico, além de zoólogo e médico, enfim, um outro naturalista inglês, também comenta sobre os aspectos da cidade em seus relatos: "A cidade é pouco recomendável a quem não tem negócios a tratar. Os prédios são mais altos do que os do Rio e as ruas, na maior parte, ainda mais estreitas e, por certo, igualmente sujas."¹⁰⁴

Assim, influenciadas também pelas impressões dos estrangeiros sobre o "atraso" da província, as reformas urbanas eram vistas como algo imprescindível rumo ao caminho da civilização. Nesse contexto de modernização e progresso, a cidade figura como espelho da sociedade, revelando a face dos seus cidadãos, afirmando seus novos interesses, suas influências, e suas relações comerciais e se

¹⁰¹ SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Posturas do Recife Imperial. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 86.

¹⁰² ZANCHETTI, Sílvia Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (doutorado em arquitetura) FAU-USP. São Paulo. 1989, p. 182.

¹⁰³ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. Arquivo Público Estadual, 1966, v. 10, PP. 91 -92.

¹⁰⁴ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 -1841*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p.50.

torna palco de (re)organizações urbanísticas. E o Estado, com a intenção de estabelecer sua autoridade, arrogando-se como gestor do bem comum, busca regular o espaço e os indivíduos, segundo afirma Raimundo Arraes, em *O Pântano e o Riacho*¹⁰⁵.

Segundo Ilmar Mattos, a elite senhorial adotou a noção de “organização e ordem” para gerir o país, com o intuito de se construir uma nova nação. Assim os dirigentes que fizeram uso das ideias de progresso e de civilização, arrogaram-se únicos capazes de assumir tal tarefa. Assim, o governo centralizador demonstrava claros interesses em adotar políticas públicas que cuidassem de assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário estabelecendo valores, normas e padrões que elevassem o país ao título de “nação civilizada”¹⁰⁶. As elites políticas e econômicas, ou antes, as classes dominantes, arrogaram-se a tarefa de construir um Estado Moderno, e chamaram para si a administração da vida pública, transformando a realidade material do Brasil, no sentido de torná-la condizente com as atividades econômicas a serem desenvolvidas no país. Isso implicava transformar profundamente o quadro urbano herdado da colônia. A reforma da cidade parecia, então, algo primordial.

Assim, o Recife passou a ser palco de intervenções municipais. Houve diversas criações de Posturas Municipais ligada às questões urbanísticas e salubristas isso porque o programa de governo de Rego Barros pautava-se pelas reformas de infraestrutura da província. Para ele, o Recife deveria perder o quanto antes a aparência de uma cidade atrasada. De acordo com Zanchetti,¹⁰⁷ as metas dessa administração eram: criação de uma rede de estradas ligando a Zona canavieira ao porto do Recife; reformas no porto; normas sobre arruamento; limpeza urbana; iluminação; rede de abastecimento de água; aparelhamento público-cultural como teatro, jardins, passeios públicos e edificações modernas.

As discussões sobre infraestrutura econômica, pela primeira vez, ganharam voz dentro da gestão pública, esse teor se tornou pauta de seus discursos, como demonstra no documento publicado pelo Diário de Pernambuco em 15 de março de 1838:

¹⁰⁵ ARRAYS, R. P. A. . *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. 00. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

¹⁰⁶ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004. P. 141-201.

¹⁰⁷ ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (doutorado em arquitetura) FAU-USP. São Paulo. 1989, p. 182.

Persuadidos, Srs., de quem convém estabelecer em nossa província, meios fáceis de condução de gêneros para o grande mercado desta cidade, abreviar assim as distâncias dos lugares, diminuir os riscos dos viajantes, e evitar o aumento das despesas de produção, foi meu primeiro e principal cuidado procurar uma exata, e circunstanciada informação das Obras Públicas que se estavam fazendo por arrematação, ou por administração, a fim de dar providência que estivesse ao meu alcance. Da notícia que colhi cheguei a conclusão de que entre nós muito pouco se há feito para melhoramento material de nossa terra, único, que por mais sensível às vistas do povo pode afeiçoá-lo ao país e ao governo, em que e sob o qual vive.¹⁰⁸

Estipulado o programa de ações, Rego Barros tratou de levantar dados sobre o andamento das Obras Públicas como bem informa no seu discurso, a partir disso, foi necessário criar condições materiais e humanas mínimas para efetivar essas reformas na prática.

Zanchetti organiza três dessas condições primordiais para se implantar as reformas: o estabelecimento de uma prática de realizações de diagnósticos dos problemas básicos da província e da capital, calcados em dados estatísticos precisos; uma ROP com capacidade técnica e material para a ação imediata; e disponibilidade de recursos financeiros para empreender os programas.

O programa do Barão da Boa Vista, apesar de ter objetivos bem definidos, carecia de todas essas estruturas que dariam alicerce às condições primordiais para se implantar as reformas. O levantamento de dados socioeconômicos pela administração pública era algo inalcançável até para o Estado brasileiro, que só conquistou esse feito com o senso de 1872, apesar dos esforços isolados nas diversas áreas governamentais. Em Pernambuco, se destaca o levantamento estatístico de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello.¹⁰⁹

A ROP, como instituição, não possuía mão de obra especializada. Antes mesmo da formulação da ROP as obras públicas sempre foram calcadas numa organização militar, na qual engenheiros militares arbitravam na organização do território e na formação do espaço urbano das cidades. O corpo de engenheiros do Estado sempre foi vinculado aos oficiais de todas as armas. Não existia no Brasil o ensino da engenharia civil, havia, no entanto, o ensino da engenharia militar como afirma Telles, quando se aprendia a construção de fortes.

¹⁰⁸ Relatório do Presidente da Província à Assembleia Provincial (RPPAP), 1838, in Diário de Pernambuco, 15 de março de 1838.

¹⁰⁹ MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de – Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849. Rio de Janeiro, Typographia do Brazil de J.J.da Rocha, 1850.

(...) destinava-se as oficiais de todas as armas; os oficiais de infantaria e cavalaria faziam apenas os três primeiros anos; o de artilharia os cinco, e os de engenharia o curso completo (...) o 6º ano era consagrado a engenharia civil (embora esse nome ainda não fosse empregado), incluindo-se o estudo do corte de pedras, e das madeiras, orçamento de edifícios, conhecimentos dos materiais que entram nas suas composição, os melhores métodos para a construção de caminhos, calçadas, hidráulica e as demais partes que lhe são análogas, como a arquitetura de pontes, canais, diques e comportas. Eram aceitos também alunos civis.¹¹⁰

Em 1810, a Academia Real Militar ofertava um curso de sete anos e destinava-se ao ensino das Ciências Exatas e da Engenharia em geral, formando não só oficiais de engenharia e de artilharia, mas engenheiros e topógrafos com a utilidade de dirigir a administração de minas, caminhos, portos, canais, pontes e calçadas.

Após a Independência, a escola foi denominada Academia Imperial Militar, e posteriormente foi anexada a ela a Academia da Marinha, que ofertava além do curso Militar, os cursos de Matemática, de Construção Naval e Pontes e Calçadas, este seria a primeira tentativa para se implantar o ensino da Engenharia civil independente da Militar, mas não foi alcançada. Em 1839 é extinto o curso de Ponte e Calçadas, somente em 1842, após outra reformulação, o curso passa a conter as disciplinas de Engenharia civil.¹¹¹

O próprio Barão da Boa Vista reconheceu essa dificuldade para encontrar pessoal qualificado quando num discurso à Assembleia em 20 de março de 1838, afirmando ter grande dificuldade na construção de qualquer obra, tanto pela falta de operários “inteligentes” como por deficiência de engenheiros que dirigissem essas obras, onde tantas delas há e tão poucos engenheiros que aqui existam.

Assegurado pelo artigo 31 da Lei Provincial nº 9 de 10 de junho de 1835, que permitia a criação de companhias de artífices de trabalhadores, nacionais e estrangeiros para trabalhar nas obras públicas. O artigo 6º garantia as intenções de

¹¹⁰ Telles, Pedro da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC livros Técnicos e científicos, 1984. P.68.

¹¹¹ Com a independência o nome da escola foi modificada para Academia Imperial Militar. Mas somente em 1831 a Academia da Marinha foi anexada à escola, que adotou o nome de Academia Militar e de Marinha. In: LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinati. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do Corps des Ponts et Chaussées (1842 -1846), XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vitória, 2010.

Rego Barros de arregimentar técnicos e operários estrangeiros, já que não os encontrava no país.

Na falta de oficiais engenheiros a quem se encarregue a comissão indicada no artigo precedente, fica autorizado o mesmo presidente a empregar quaisquer pessoas nacionais ou estrangeiras que tenham a precisa idoneidade. Não sendo as pessoas oficiais de linha, terão as mesmas, vencimentos correspondentes a segundo tenente de engenheiros em diligência ativa; os oficiais de linha, porém, terão aquele vencimento que corresponderem as suas patentes na forma das leis existentes.

A lei nº 9 assegurava que o poder de aprovação em relação aos trabalhos executados na Província caberia ao Presidente, bem como o controle de pagamentos de obras executadas, e até a direção de uma estrada a ser construída, possuía, então, toda a autoridade para arbitrar quanto a questões pertinentes às reformas urbanas. Assim, Rego Barros possuía autonomia suficiente para fazer vir do estrangeiro, arquitetos que assumissem a direção dos trabalhos da ROP e dessem ares de cidade moderna e “civilizada” à tacanha província de Pernambuco.

Em 1839, foi formada por profissionais alemães a Companhia de Operários, contratada pelo médico Luis de Carvalho Paes de Andrade em nome do Governo de Pernambuco. Era composta por 16 pedreiros, 16 carpinteiros, 8 ferreiros e 160 pioneiros e eram chefiadas pelo arquiteto engenheiro Augusto Kersting e perdurou até 1843. Essa companhia conseguiu dar maior capacidade de atuação a ROP referente às obras públicas que ainda estavam inacabadas e às novas obras.

Em setembro de 1840, o engenheiro francês Louis Léger Vauthier chega a Província de Pernambuco para assumir os trabalhos da ROP com a missão de reorganizá-la. Formado pela *Ecole des Ponts et Chaussées*, em Paris, Vauthier vai reformular a repartição com base nessa instituição. A ele se juntaram mais cinco engenheiros e arquitetos franceses: Boulitreau, Millet, Buessard, Morel e Portier. Deram início a um trabalho de fiscalização das obras que estavam em andamento e das obras que seriam iniciadas. Essa “intromissão” estrangeira nos assuntos que até então eram da alçada do chefe da repartição, o engenheiro cel. Firmino de Moraes Âncora, gerou conflitos relativos à administração da ROP.

Nessa época, a instituição estava dividida em três instâncias de autoridade: a maior dela era a do presidente da província; subsequente a ela, estavam o cargo de Inspetor Geral, ocupado em 1840 pelo engenheiro Cel. Firmino de Moraes Âncora; e

o cargo de Administrador Fiscal, a chefia do Ten. Cel. Amaro. Com a chegada de Vauthier é criada uma nova instância na organização da ROP e que deveria responder diretamente ao presidente da província. Tudo passava pelas mãos de Rego Barros. Qualquer decisão, seja ela em nível de importância ou de insignificância, deveria passar pelo seu crivo, imperando na organização da ROP uma hierarquização e um controle rígido sobre o planejamento, os projetos, a fiscalização, o orçamento e a execução das obras durante todo o seu governo.

A maioria das obras públicas era destinada ao gabinete de Vauthier esvaziando as competências do gabinete do Cel. Firmino, desagradando-o a preferência dispensada por Rego Barros a Vauthier. Além disso, as relações conflituosas entre os engenheiros surgiram devido às divergências relacionadas às posturas técnicas para a execução da obra. Conflitos que chegaram às páginas dos jornais da época.¹¹²

Com a aprovação da nova regulamentação da Repartição de Obras Públicas em 25 de março de 1842, assim, foi afastado de suas funções o Cel. Firmino e o engenheiro Vauthier assumiu toda a direção, como engenheiro chefe da ROP. Segundo anotações do francês, essa substituição já havia sido pensada por Rego Barros, desde o momento em que lhe foi solicitado o desenvolvimento de um projeto de reformulação para a ROP¹¹³. Sua mudança de posição era imprescindível para a elaboração e agilização dos projetos visados pelo Governo Provincial.

Vauthier empreende um ritmo bastante diferenciado nos trabalhos da ROP. Sua gestão foi marcada por duas características importantes: pela “racionalização” dos processos administrativos e pela realização de obras de vulto [...] A racionalização dos trabalhos da Repartição era um objetivo buscado pelo presidente há bastante tempo. A formação científica de Vauthier e sua prática de trabalho calcada nos padrões da Escola Politécnica de Paris levaram-no a propor um programa de ação baseado num diagnóstico da realidade material da província. Em seu primeiro relatório como chefe da ROP apresenta um programa que estabelece como prioridade a construção de estradas que ligassem o Recife às áreas produtoras do açúcar da Zona da Mata.¹¹⁴

¹¹² FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil: aspectos da influencia britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977 P.99, 116 .

¹¹³ VAUTHIER, Louis Léger. *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier: 1840-1846*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1940.1940, p. 32).

¹¹⁴ ZANCHETI, Silvio Mendes. *Op. Cit.* P. 189.

Vauthier apresenta condições para levar a termo os seus projetos, como clareza nos objetivos, orçamento disponível para as construções das obras, corpo técnico qualificado para dirigir projetos e fiscalizá-los e que o governo agisse com autonomia para arbitrar nos obstáculos lançados pelos interesses privados a realização da obra.¹¹⁵ Os problemas, contudo, sempre estiveram claros, para qualquer um que analisasse mais detidamente a situação da província, e não seria diferente a percepção do engenheiro. A questão é como seriam feitas essas reformas, e qual seria as alternativas dadas aos problemas que sempre persistiram como entraves para essa concretização dos projetos. Pois, desde sempre Pernambuco teve de lidar com esses problemas descritos por Vauthier, que nunca encontraram de fato, soluções viáveis para saná-los. Nem seriam solucionados no período que esteve aqui e nem depois, porque as ações governamentais relacionadas a reformas públicas sempre se chocavam com problemas enraizados e difíceis de solucionar.

Os objetivos públicos e privados sempre estiveram imbricados, na verdade, o privado estava encastelado no público, daí a dificuldade de se levar a cabo os projetos tão bem elaborados no papel. Decidir sobre uma obra pública era entrar num processo de acordo com as instâncias privadas e isso dependeria também, da relação do presidente com esses particulares.

A discussão sobre os recursos financeiros era outro ponto delicado também. Cabia ao Estado brasileiro os impostos sobre importação e exportação, e de competência Provincial eram, basicamente, os impostos que taxavam as atividades internas. A província possuía autonomia para arrecadar tributos por eles criados e, com os rendimentos obtidos, investir nos itens que considerassem prioritários. No entanto, a identificação desses detentores de poder econômico com Estado, impedia que políticas fiscais mais eficazes fossem implementadas.

Outro ponto que gerava conflitos dentro da ROP era relativo à utilização de terras privadas para a expansão das obras públicas. Não havia a Lei de Terras que legislava sobre sua venda, ou seja, as terras não eram vendíveis por valor monetário, elas eram repassadas por doações, portanto, não é de causar estranhamento para os brasileiros esses conflitos, caso que não sucedia com os

¹¹⁵ Ibidem. P. 189, 190.

estrangeiros que não estavam acostumados com a relação imbricada de agentes públicos e privados.

A direção da Repartição de Obras Públicas toma outro formato sob a direção de Vauthier, que modifica toda a sua estrutura administrativa. Delegando tarefas a órgãos recentemente criados por ele como lhe foi sugerido pelo Presidente.

Durante o espaço de tempo que tenho de considerar, tem havido no pessoal, e até na organização da Repartição das Obras Públicas, mudanças que convém, para a clareza do que me fica a expender, resumir em poucas palavras. No princípio de 1842 a direção das obras dependentes desta Repartição achava-se dividida entre três pessoas independentes umas das outras: o Inspetor Geral das Obras Públicas tinha em suas mãos a maior parte das obras; o engenheiro Koersting dirigia as da estrada de Santo Antônio e eu mesmo tinha a meu cargo algumas obras, a principal das quais, a do Teatro. As coisas ficaram neste estado até a data de 3 de fevereiro em que serviu-se V. Ex.^a a encarregar-me da direção de todas as estradas da Província, passando assim o Engenheiro Koersting a ficar debaixo das minhas ordens e conservando somente o Inspetor Geral sob sua administração, as obras que se executavam dentro desta Capital, e algumas mais nos seus arredores. Permaneceram assim as coisas até o dia 26 de março em que, por se achar dispensado o Inspetor Geral da direção dos trabalhos das Obras Públicas, passei a tomar conta de todas elas, que ficaram nas minhas mãos, apesar da nomeação de um Inspetor Geral Interino, até se organizar enfim, no dia 1º de julho sobre novas bases, a Repartição das Obras Públicas em conformidade do novo regulamento de 25 de maio antecedente.¹¹⁶

Desde que assumiu o cargo de engenheiro chefe, as obras públicas da Província eram responsabilidade da ROP, exceto as de responsabilidade do Governo Central, como o caso do Porto e do Cais. Assim, ficou sob sua responsabilidade a construção de estradas, cadeias, igrejas, pontes nas cidades interioranas e, na Capital, era de sua responsabilidade a cadeia, hospital, cemitério, o Liceu, o prédio da alfândega, os aterros e arruamento.¹¹⁷ Todas as obras deveriam ser planejadas e aprovadas pelo engenheiro chefe, pelo Presidente da Província e pela Assembleia Provincial, e seu orçamento seria aprovado pela Assembleia provincial, num orçamento anual. Assim, essa forma de gerir a obra pública assegurava o controle de todas as informações por parte do chefe da ROP.

¹¹⁶ Vauthier, Louis Léger. Op. Cit. P.144.

¹¹⁷ Regulamentação sobre a ROP de 25 de março de 1842. Ver com detalhes.

Outros serviços foram inaugurados por Vauthier com o intuito de auxiliar na manutenção das obras públicas, como a criação do Corpo de Conservadores, equipe que mantinha em bom estado as estradas concluídas, bem como a Companhia dos Ribeirinhos, consistia na formação de uma equipe para manter limpas as beiras dos rios e as ruas do Recife a fim de evitar enchentes e por fim, a Brigada de Incêndio.¹¹⁸

A partir de 1842, o Barão enfrentou uma oposição política ferrenha a seu governo devido ao protecionismo por parte do Presidente a grupos aliados, favorecendo-os com cargos políticos e administrativos, além de relaxar a ação policial do governo provincial afrouxando a repressão.

O problema não estava em proteger-se dentro do *gótico castelo Rego Barros-Cavalcanti*, mas sim em ser excluído dele. Ao ser aliado pelo Barão do jogo político do momento, essa fração da elite econômica que se viu excluída da administração logo tratou de criar embates com o presidente, atacando-o através do programa principal do seu governo: as obras públicas.

As críticas surgiam de todos os lados e a imprensa¹¹⁹ era o canal político mais utilizado na Província para esses debates, pois era naquele momento o maior difusor de ideias e arregimentador de correligionários. A polêmica jornalística que se travava tumultuosamente, não admitia freios, nem travos na linguagem. Nem restrição de espécie alguma.¹²⁰

Criticavam em principal as obras públicas, e sobre a atuação dos outros técnicos estrangeiros contratados pelo governo e, sobretudo, criticavam a pertinência das obras. O que mais afligia a população era que havia uma massa de

¹¹⁸ LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinati. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do Corps des Ponts et Chaussées (1842 -1846), XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vitória, 2010.

¹¹⁹ O principal embate jornalístico no momento da crise política do Governo de Rego Barros era entre o Diário de Pernambuco a qual participava o grupo da situação e o Diário Novo criado pelo grupo oposicionista. Sem contar os pequenos jornais e periódicos que participaram dessa campanha. In: NASCIMENTO, L. *História da imprensa em Pernambuco*. V.5, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

¹²⁰ Nada se procurava poupar ou respeitar. Nem a autoridade do poder constituído. Nem a honra pessoal. Nem a dignidade do clero. Nem as glórias da nobreza. Entrar na luta era ficar de corpo aberto a toda a sorte de ofensas. Era ver a lavagem de trapos sujos em praças públicas. Estadista, parlamentares, sacerdotes, comerciantes, advogados, médicos. Muito deles, homens bem intencionados, agindo de boa fé, limpos na vida pública, como na particular, eram emporcalhados, de mistura com cafajestes. In: VALENTE, Waldemar. *O padre Carapuço: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

mão de obra livre na capital da província e ela não era utilizada, pois eram sempre preferíveis estrangeiros a nacionais, já que estes não possuíam conhecimento técnico para assumir tais tarefas.

A defesa dessas acusações segundo afirma Zanchetti eram sustentadas nos feitos do governo provincial durante o período. Enalteciam o sistema viário provincial, que a todos favoreceu, apesar de ainda conter críticas em relação a esse tema no Diário Novo de 1843, afirmando que ainda essas estradas não estavam completamente construídas e a qualidade era duvidosa.¹²¹

Além dos ataques as obras viárias e a construção e revitalização de pontes, criticaram, ainda, a reforma no porto e a tramitação relacionada com o projeto para um sistema de captação e distribuição de água através da formação da Companhia do Beberibe.

No entanto, mesmo diante das críticas foi no governo do Barão da Boa Vista que mais se construiu na província, alicerçando os projetos urbanos no tripé modernização-progresso-civilização. Enquanto estava no poder, a ROP foi administrada segundo as diretrizes do novo regulamento e dos planos traçados por Vauthier. No momento em que Rego Barros deixa o governo, a ROP sofre sanções e cai no ostracismo de onde poucas vezes saiu. Diminuiu-se o corpo técnico e, apesar das solicitações de Vauthier ao novo presidente para rever essa situação, a lei dos orçamentos destinados às obras públicas também foi alterado, ocasionando uma interrupção no ritmo das obras. Durante o governo de Rego Barros, a dotação orçamentária para esse fim era de 200 contos de réis, em 1845/46 essa dotação foi reduzida para 167 contos de réis. Além da supressão dos serviços de conservação de estradas. Vauthier não teve seu contrato renovado e desligou-se da ROP em outubro de 1846. As atribuições da ROP haviam regredido com a saída do Barão, e o processo de modernização da Província se encerrou na sua administração.

2.2.2 – Um arquiteto do século XIX: José Mamede Alves Ferreira

O segundo momento de revitalização da ROP se deu sob o Governo de Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos mais importantes estadistas do Império,

¹²¹ Diário Novo, 6 de fevereiro de 1843, p. 1.

pilar do partido Conservador indicado para assumir a província de Pernambuco após a revolta da Praia, conferindo a ela um alto grau de importância no cenário do país. O cenário nacional assistia à implantação da política de “Conciliação” entre conservadores e liberais que perduraria por mais dez anos ainda. No novo cargo, Honório tinha o objetivo de selar a paz na província, depois da repressão imposta pelo presidente Manuel Vieira Tosta. Apesar de assumir por um tempo, relativamente curto, à presidência, de 1848 a 1850, sua gerência em questões urbanas foi bastante expressiva e foi suficiente para pacificar a província e restaurar uma nova fase de desenvolvimento.

A Conciliação foi um plano político de pretensioso alcance, conduzida por políticos alicerçados nos interesses econômicos da corte, com o apoio do imperador que distribuiu cargos da administração pública para cooptar apoio, e criar um ambiente harmonioso de aparente normalidade política, onde as forças econômicas se sobressaíssem e o desenvolvimento e o progresso do país florescessem.

Apesar do caos e o desarranjo em que se encontrava o Recife, os liberais assumiam uma postura mais moderada, não representando nenhuma resistência às pretensões do Presidente da Província. O primeiro esforço de Honório Hermeto Carneiro Leão foi de realizar uma política de aproximação com as forças locais, tentando restabelecer a harmonização de interesses entre elites e o Estado. Tomou primeiramente, algumas decisões que favoreciam aos Praieiros, libertando alguns presos do Recife e de Fernando de Noronha, suspendeu o recrutamento militar e concedeu permissão de funcionamento a alguns jornais.¹²² Com essa atitude, Hermeto mostrou-se um grandíssimo estrategista, pois sua atitude visava às eleições programadas para o mês de agosto. Assim, poderia ao menos contar com a simpatia dos praieiros e tornar seu governo mais tranquilo, como bem afirmou a uma carta enviada a seu amigo Eusébio de Queiros:

Assim mesmo creio poder dizer a V. Exa. Que os praieiros estão esmagados sob o peso dos meus benefícios. Se outra fosse a minha conduta eles chegariam às urnas, e provável é que tanto nesta cidade, como fora, a Polícia prendesse aqueles que se tornassem mais célebres em eleição, ou fora, influencias delas, e em tal caso,

¹²² Cf. J. Mosher. *Political Struggle*; p.245.

eles gritariam com razão contra as violências; e a eleição ficaria de todo desmoralizada. Que isto aconteceria é de evidência incontestável, pois tal era a disposição dos ânimos, e não pouco me tem custado contê-los, e não sei o que acontecerá por fora.¹²³

A carta enviada em setembro para Eusébio de Queiros demonstra a satisfação de Honório diante do sucesso de sua estratégia, embora tenha ela exigido grandes esforços do presidente da província, levando-o a adoecer.¹²⁴

Nos primeiros meses de seu governo, a segurança pública absorveu toda a sua atenção, acompanhando a movimentação quer da Guarda Nacional, quer da primeira linha para fazer abafar a Revolta Praieira, de tal sorte que pouco tempo lhe sobrou para estudar os outros ramos da administração da província e dar-lhe o desenvolvimento que merecia, como bem afirmou no relatório que a Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou à sessão ordinária de 1850. É somente depois de apaziguar os ímpetus revolucionários da província que vai ser retomando as obras urbanas e a revitalização da ROP.

É também destaque no seu relatório o surto de febre amarela, manifestando-se primeiramente nos navios ancorados no porto, e depois no bairro da Boa Vista pois lá existia uma casa de saúde. A doença espalhou-se por outras províncias, invadindo a província do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que invadiu a de Pernambuco e a do Rio Grande do Norte. O número de mortes foi extenso, atingindo todos os grupos sociais, coube, pois, ao Estado todas as despesas relativas a médicos e a medicamentos necessários ao tratamento desses enfermos. As condições sanitárias da cidade eram precárias e era difícil controlar a moléstia, ainda que o Conselho de Salubridade Pública estivesse funcionando regularmente, e por seu intermédio propagou-se a vacina de forma satisfatória, segundo afirma Hermeto Carneiro Leão, reiterando a necessidade de conservação da instituição. Assim, ainda no corrente ano de 1850, ele instituía a implantação de um Lazareto na Ilha de Nogueira.

A pedra fundamental para as transformações urbanas em seu governo é a demolição do Arco da Rua da Cruz, no Bairro do Recife. Segundo Zanchetti esta

¹²³ Carta de Honório a Eusébio de Queirós, 6/8/1849.IHGB –Lata 748, pasta 26. 22/9/1849 .IHGB – Lata 748, pasta 26.

¹²⁴ Carta de Honório a Eusébio de Queirós, 22/9/1849 .IHGB –Lata 748, pasta 26.

reforma já estava esboçada no tempo de Rego Barros¹²⁵, e representava um salto de modernização para o desenvolvimento da cidade. O próprio Honório, em seu relatório justifica sua demolição como início do processo de transformação do uso econômico do Bairro.

O arco que se acha colocado na extremidade da rua da Cruz do bairro do Recife, não é hoje uma porta da cidade visto que ela se prolonga além do dito arco, que não serve senão para obstruir a mencionada rua da Cruz impedindo o seu aformoseamento, e livre comunicação com a rua do Pilar.¹²⁶

O bairro do Recife, a rigor não possuía espaço livre para expandir suas atividades econômicas, sendo cidade capital, era nela que se encontravam o comércio, o centro de exportação e importação e as nascentes indústrias. O crescimento populacional desse bairro foi vertiginoso nas últimas décadas do século XIX, acompanhando o próprio aglomerado de atividades instaladas nessa área. A derrubada do Arco deve ser entendida muito mais do que pôr a baixo um patrimônio histórico, mas sim como uma ação imprescindível do governo para viabilizar a expansão nos poucos espaços livres que restavam.

A derrubada do Arco da Rua da Cruz deve ser entendida no contexto da “necessidade” de se abrir uma área de expansão do bairro do Recife que, praticamente desde o final do século XVIII, não tinha mais espaço para novas edificações. A única área disponível, estava além do arco, no caminho de Olinda que, para ser viabilizada empresarialmente, deveria estar integrada ao sistema viário do bairro.¹²⁷

Essa necessidade de expansão para áreas livres é acompanhada de um processo de conflitos sobre a posse de terras urbanas, desencadeada pela votação da Lei de Terras, que estabelecia a compra como único meio de acesso à posse das terras devolutas, monetizando o mercado fundiário do país. Esses conflitos tomam

¹²⁵ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. P.204.

¹²⁶ Relatório do Presidente da Província à Assembleia Provincial (RPPAP), 1850. P.38.

¹²⁷ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. P.205.

uma dimensão que alcançava as esferas governamentais, Hermeto no seu relatório em 1850 já revela os problemas relativos a propriedade territorial que se desdobravam na cidade após a promulgação da lei.

Várias povoações da província estão colocadas em terrenos pertencentes a particulares, e infelizmente a posse que nesses terrenos tem os arrendatários que nelas edificam é precária, em razão do arbítrio, contra a legislação vigente, de lançarem os proprietários fora de suas terras a tais arrendatários, sem recorrerem à justiça e sem procederem a justa avaliação e indenização.¹²⁸

Durante seu governo foi entregue à população o teatro Santa Isabel símbolo da *Era Boavistiana* representando, pois, uma nova fase na província, em que a economia tomava novos ares, expandindo-se através do aumento da produção e exportação do açúcar. As transformações na base econômica teceram uma nova formatação da economia urbana da capital, exigindo dela modernização de suas infraestruturas e adaptação da cidade aos novos agentes econômicos.

O projeto de modernização, cuja implantação havia sido tentada por Rego Barros, será realizada agora, com uma nova feição, por ser fruto de um projeto mais amplo, que incluía várias porções das elites econômicas provinciais [...] Assim, durante a década de 50 serão estabelecidas as bases de implantação dos serviços públicos urbanos, de ocupação e uso do solo e do papel a ser desempenhado pelo estado no provimento destes serviços durante todo o restante do período imperial. Logo, ficaram definidas as competências e as estratégias da ROP.¹²⁹

O Governo de Hermeto pode ser considerado uma continuação das pretensões modernizadoras do Governo de Boa Vista, e embora o do Barão tenha sido mais conhecido, é o de Hermeto que irá fazer jus ao progresso e modernização da província. Talvez o “esquecimento” dos tempos do futuro Marquês de Paraná em Pernambuco seja reflexo da conjuntura política do momento, como bem afirma Suzana Cavani, no período entre 1850 e 1853,

Indubitavelmente, os presidentes de Pernambuco de comum e próximo aos guabirus só tinham a filiação partidária, pois suas administrações foram condenadas e hostilizadas implacavelmente por essa facção conservadora na Assembleia Provincial, no Parlamento Imperial, na imprensa recifense e até mesmo dentro dos próprios aparelhos de Estado da província. Assim, num curto espaço

¹²⁸ RPPAP, 1850, pp. 38-40.

¹²⁹ ZANCHETI, Silvio Mendes. Op. Cit. P.206-207.

de tempo, as relações do ministério e do seu delegado na presidência de Pernambuco começaram por esgarçarem-se e tornaram-se insustentáveis, tanto na Corte como na província.¹³⁰

A conciliação em Pernambuco, apesar disso, conseguiu pôr fim a instabilidade administrativa do governo e incentivar as atividades estatais na infraestrutura material da província, especialmente, a do Recife. A ROP saía novamente do limbo em que lhe foi imposta desde o retorno de Vauthier à França, encontrando espaço na máquina administrativa e utilidade para a economia local.

Honório Hermeto nomeou para chefe da ROP José Mamede Alves Ferreira, um dos mais renomados arquitetos do século XIX e que daria novos rumos a ROP, assinando diversos prédios públicos, entre eles, a Casa de Detenção, o Cemitério Público do Recife¹³¹, o Ginásio Pernambucano, o Hospital Pedro II, entre outros. O presidente Honório sistematizando a ordem do serviço e centralizando a administração e fiscalização nomeia Mamede para a direção Geral, quando antes se achava a administração da ROP dividida a cargo de três pessoas: este encarregado da organização do projeto da casa de detenção; o engenheiro Henrique Augusto Milet, responsável pela obra de das estradas de Pau-d'alho e de Vitória; por fim o engenheiro José Luiz Lieutier, com os demais trabalhos.

Sua nomeação se deu no momento em que a epidemia de febre amarela havia assolado a província, logo, se tornou premente a construção de um cemitério público. Diante do apelo da população e dos médicos sanitaristas, Honório Hermeto quis analisar o projeto de 1842, idealizado por Vauthier, mas ninguém conseguiu encontrá-lo; nem nos arquivos da Secretaria do Governo, da câmara Municipal do Recife ou da Repartição de Obras Públicas.¹³² Devido ao ocorrido, o presidente da província nomeia José Mamede Alves para substituir Vauthier, que não mais

¹³⁰ ROSAS, Suzana Cavanni. "Pernambuco e as origens do Partido Parlamentar de 1853". In: Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2002; p. 242.

¹³¹ Existem divergências na historiografia pernambucana sobre qual engenheiro desenvolveu o projeto do Cemitério Público do Recife. Gilberto Freyre atribuiu o projeto ao engenheiro Vauthier, enquanto Cleonir Xavier e Vera Lúcia Alcioli, biografias de José Mamede Aves Ferreira, afirmam como sendo dele a autoria do projeto.

¹³² RPPPE, 1850, p.31. disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/665/000031.html>. Acesso em: 05 de jun. de 2014. [O memorial descritivo do projeto cemitério elaborado pela primeira comissão em 1843 foi localizado em fevereiro pela pesquisadora Carolina Cahu, na coleção dos ofícios que a Repartição de Obras Públicas enviava à Presidência da Província de Pernambuco. Infelizmente a sua planta não estava em anexo. Fonte: OP, código 15, 1843. Fls 87-93 (APEJE – Divisão de Manuscritos). A referência anterior ao projeto foi feita no século XX por Gilberto Freyre. Ver FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, pp. 164-166.]

prestava serviços à província. Como engenheiro chefe da Repartição de Obras Públicas na época, no que se refere à propriedade intelectual, todos os projetos em andamento passaram automaticamente a ser de sua competência técnica. Difícil, pois, saber se houve por Mamede o intuito de tomar para si a autoria da obra, pois, “a constituição de 1824, no título de VIII, artigo 179, parágrafo 26, versava mais especificamente sobre o direito de patentes sobre invenções ou descobertas, não estando clara a questão da propriedade intelectual”.¹³³

Natural, no entanto, que houvesse de fato uma rivalidade por parte dos profissionais brasileiros em relação ao prestígio que os construtores estrangeiros sempre tiveram aqui, sobretudo, no período de Rego Barros. Segundo Izabel Marson as diferenças entre suas gestões estavam ligadas à organização e ao funcionamento das obras públicas empreendidas na gestão de Vauthier. Hierarquia, centralização e unidade eram requisitos que Vauthier empregava. Além disso, o sistema politécnico francês representou na prática a imposição da autoridade do engenheiro civil sobre o militar e a subordinação do saber prático dos mestres-artesãos, o que findava com a tradição da engenharia militar portuguesa. Acrescente-se a isso, as inúmeras demissões de brasileiros para a contratação de estrangeiros nos postos de trabalho, o que demonstra que as rivalidades não eram apenas de caráter xenofóbico, mas porque havia também uma perda real, já que as demissões desalojaram antigos funcionários ligados à obra pública.¹³⁴

A ROP passa por novas reformas, e sua reformulação se dá através da lei. 286 de 17 de maio de 1851 que regulamentará exatamente as funções da ROP, suas atribuições como órgão normativo e executivo se tornam mais claras. Era de autoridade da ROP estabelecer quais as obras a serem realizadas, executar os serviços de projeto básico e de fazer os orçamentos. As obras seriam executadas pelo arremate, contando com a supervisão dos engenheiros da ROP. Se fosse o caso de execução direta ficaria a cargo da Repartição, decidido, porém, em última instância pelo presidente da província, segundo sugestão do Conselho da ROP.

Em 1850, ocorreu o crescimento do número de núcleos urbanos, além do aumento demográfico, tudo isso gerou uma demanda por ações do governo para

¹³³ CASTRO, Vanessa de. *Das Igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2007. P. 133.

¹³⁴ MARSON, Izabel Andrade. “O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso”. In: *Imagens da cidade*. Séculos XIX e XIX. BRESCIANI, Stella (Org.). São Paulo: Anpuh-SP. Marco –Zero. Fapesp, 1994, p.50-52.

solucionar problemas na estrutura urbana da província. Segundo Zanchetti, entre 1822 e 1850 foram criadas noventa cidades no nordeste e doze em Pernambuco, entre 1851 e 1889, estes números passaram para 237 e 35, respectivamente. A explicação dada para esse aumento está fundada na ocorrência de dois processos políticos: a subdivisão dos municípios pra responder a interesses políticos divergentes de grupos econômicos locais; e o apoio dado pelo Estado ao estabelecimento de estruturas administrativas governamentais por todo o território nacional.¹³⁵ Assim, a exigência desses novos municípios era a construção de cadeias, câmaras municipais, fóruns e igrejas, cabia às Câmaras Municipais através da ROP responder a essas demandas.

Por esses motivos, além de responder ao expansionismo econômico da província, foi requisitado um esforço maior da ROP do que em todos os tempos de sua existência para implantar todo esse processo. José Mamede permaneceu no cargo de 1850 a 1856 e foi o condutor de toda essa ação de transição.

Mamede Ferreira era formado na Escola de Pontes e Calçadas de Paris, a mesma de Vauthier, como engenheiro de obras públicas defendeu vigorosamente as direções científicas de projetos. Divergia da formação da maioria dos engenheiros no Brasil, que ainda continuavam sob a égide de um ensino de engenharia militar. A preocupação do país era manter unificado seu território, a modernização da engenharia aplicada no país não absorvia grandes atenções. Assim as técnicas se repetiam e os erros também.

Enquanto isso na Europa, as teorias evidenciavam a necessidade de grandes redes de comunicação, que uniam os rios e as estradas, com o intuito de criar uma teia interligando as cidades capitas a seus interiores, gerando o progresso. O Estado e os engenheiros entravam num consenso, a solução para a expansão econômica seria através de melhoramento nas infraestruturas do país, e as estradas eram o meio mais eficaz para a circulação desses bens.

O período de Mamede em termos de realizações foi mais frutífero do que o de Vauthier, embora o deste seja mais conhecida, a obra do engenheiro brasileiro ainda não foi merecidamente estudada com profundidade. Também a sua atuação frente a ROP não gerou protestos como durante a direção do engenheiro francês, primeiro

¹³⁵ ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989. P.209.

porque seu papel e suas atribuições estavam bem definidos no interior da administração; segundo porque havia uma relação harmoniosa entre o Estado e a iniciativa privada, dando lugar a cada um de agir no seu âmbito para as concretizações dos serviços públicos e da construção do espaço urbano. Com Vauthier não havia essa definição do espaço de atuação da ROP, o que dificultou seu desempenho.

Segundo Zanchetti, a definição política dos níveis de atuação dos diversos agentes construtores do espaço urbano, incluindo o Estado, permitiu que um processo “racionalizado” pudesse ser implantado na programação da ROP.

A atuação de Mamede na ROP vai centrar nas reformas sanitárias do Recife, seja pela influência da sua formação na Escola de Pontes e Calçadas de Paris, que se pautava desde o abastecimento de água na cidade até seu saneamento. A legislação sanitária inicia-se na Inglaterra, e se propaga para os demais países, regulamentando as edificações e visando proporcionar melhores condições de vida para a população urbana. Adensamento populacional, atmosfera insalubre e propagação de doenças forma alguns males que marcaram esse período, despertando a atenção de médicos higienistas e autoridades. A preocupação com a saúde pública e a higiene se tornou o alvo a ser tratado, requisitando intervenção estatal na manutenção e construção dos serviços públicos. A província, nos tempos de Mamede, estava afinada com as tendências europeias de reformas urbanas para curar o “mal patológico” chamado cidade, e para descongestioná-la credita nas árvores a redenção.

Essas preocupações vieram se agravar com o surto de febre amarela e posteriormente de cólera-morbo que assolou a cidade durante o período da administração de Mamede. Foram grandes as baixas populacionais durante esses surtos, a questão, como afirmou o Doutor Joaquim Aquino Fonseca, é que ela atingia todas as classes sociais invariavelmente, assim, as elites locais pressionaram o governo para solucionar tal problema. Se a febre reinante parece nem ter poupado sequer um membro da família real¹³⁶, obviamente não escolheria só a massa da população para afetar, por isso era pertinente que as políticas de saúde pública tomassem novo fôlego.

¹³⁶ Segundo o Diário de Pernambuco, a morte de Sua Alteza Real D. Pedro Affonso, de 17 meses, e segundo descrição dos boletins médicos de Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, a criança veio a falecer por moléstia epidêmica. DP, 28/01/1850 (AEL – microfilme).

O Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, higienista e estudioso da medicina e cirurgia pernambucanas, de formação francesa, acreditava nas reformas sanitárias como forma de sanar as cidades doentias e evitar a propagação de doenças epidêmicas e contagiosas. Presidente do Conselho de Salubridade Pública entre 1845 e 1856 iniciou um intenso programa de combate às doenças baseadas na prevenção a partir das reformas sanitárias, bem como limpeza da cidade, e melhorias nas condições higiênicas das habitações e espaços públicos. Suas ideias e sua atividade pedagógica foram importantes para a fixação da ideia de que a urbanização racional constituía o caminho para livrar a cidade do temor da peste.¹³⁷

Em 1855, num relatório dirigido a Câmara Municipal do Recife, Aquino indica as bases para a edificação de uma cidade salubre. Neste trabalho expõem os princípios higienistas de planificação e reforma urbana, típico do pensamento europeu. Neste relatório são propostas transformações profundas do traçado urbano, das normas de construção de edifícios públicos e residenciais, métodos de coletas do esgoto urbanos e ordenamento das edificações, era uma cartilha com os modelos corretos a serem assumidos numa reforma sanitária no Recife, calcada nos princípios urbanísticos racionais.¹³⁸

As áreas de focos dessas propagações de epidemias são logo identificadas e se concentram nos bairros mais antigos da cidade, por abrigarem construções mais antigas e que não respeitavam a racionalidade urbanística pregada por Aquino. Essas áreas também concentravam altas taxas de densidade populacional, onde predominava pessoas de baixa renda, vivendo em situações sanitárias precárias. Seria, pois então, esses bairros o alvo do Dr. Aquino e da ROP, o médico propõe a abertura de áreas livres no interior das quadras, bem como a abertura de ruas e viabilização da arborização, tornando-as mais amplas e arejadas.

Aquino em nenhum momento de seu relatório adota o pensamento de erradicação de áreas pobres e congestionadas na cidade como ocorreu no modelo proposto por médicos higienistas do Rio de Janeiro, que se utilizava de instrumentos como o controle social urbano. Aquino não identificava a solução do problema urbano na eliminação de áreas insalubres, correlacionando-a com as áreas pobres.

¹³⁷ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. P. 211.

¹³⁸ Coleção de trabalhos do Conselho Geral de Salubridade da Província de Pernambuco (APEJE) – PE. Pernambuco, Typ. Imp. Por S. Carminha. 1845-1849.

Muitas das ações indicadas por Aquino não foram realizadas de fato, ou como ele propunha inicialmente em seu relatório, devido à falta de articulação do poder político e econômico para poder implementá-la, outro ponto que dificultou uma ação de maior magnitude foi a própria incapacidade da administração pública.

As construções de Mamede, mesmo não privilegiando a maioria das indicações do compêndio de Aquino, foram construídas sob os princípios das medidas higienistas para combater a propagação de epidemias.

Mesmo a planta da cidade do Recife reflete esta preocupação no momento em que não era uma simples representação do traçado viário, mas também, de um plano de expansão da área urbana. Novos arruamentos, formando bairros, traçados segundo os modelos racionais higienistas e estavam na carta.¹³⁹

A construção de estradas foi durante a chefia de Mamede tão intensa quanto a de Vauthier, mas apesar deste ter aberto algumas estradas bastante importantes em sua administração, representando grandes investimentos por parte do Estado, não contemplou de forma ampla as necessidades existentes. Além da carência de benfeitorias que atendessem o trânsito de bens e mercadorias e pessoas na cidade, a urbe ainda evidenciava limitações imposta pela falta de comunicação com o interior e arredores, o que dificultava levar o progresso da cidade capital para suas cercanias. Como resposta a essa carência a ação da ROP intensificou-se, no interior, com o intuito de construir estradas.

Em 1851, Mamede insistia em seus relatórios, em consonância com os argumentos de Vauthier, a necessidade das construções de estradas em detrimento das ferrovias, como afirmava em seu relatório:

As circunstâncias atuais desta província, a sua pequena população, o estado atual da propriedade territorial própria a agricultura, indicam, que por hora não nos devemos lembrar dos canais, nem dos caminhos de ferro, pois além de exigirem tais obras despesas imensas, a quantidade do transporte, que teriam de fazer, é tão pequena, eu certamente não chegaria para conservar as ditas obras.¹⁴⁰

¹³⁹ ZANCHETI, Silvio Mendes. Op. Cit. P.212.

¹⁴⁰ RECROP, 26 de janeiro, 1851, p. 31.

Apesar de demonstrar claramente uma certa aversão a tal modernidade, desconsiderava o aumento populacional da província, bem como a importância do crescimento da exportação do açúcar que se deu nos anos de sua administração. Mas deixava claro, a seu ver, que Pernambuco não comportava uma economia que sustentasse os custos de uma ferrovia.

Mamede, ao avaliar as dificuldades de implementação de navegação dos rios e da criação de uma linha férrea, ajuíza em relação aos meios de comunicação, só restando cuidar da expansão das estradas, que recebeu grande impulso durante seu tempo de ROP. O complexo de estradas era para ele, em vez de algo arbitrário, um projeto de viabilização para a expansão da economia da região. Assim para facilitar o transporte dos produtos era preciso que se investisse em estradas, pois era o sistema mais apropriado aos interesses de produtores, industriais e comerciais, e sobretudo político e administrativo.

Mamede estendia também essa incapacidade do Estado em arcar com todos os custos a implantação das empresas de serviço público, atribuindo os problemas de finanças a fraca capacidade de arrecadação da província. E reconhecia a necessidade de capitais privados para investir nos serviços públicos.

A falta de capitais nessa província, o excesso de juros, que eles produzem, a incerteza dos lucros de uma empresa, enfim o pouco espírito de associação, que entre nós ainda existe para tais fins, são obstáculos, que se apresentam, e embaraçam o desenvolvimento para a formação de companhias. Mas todas estas dificuldades desaparecem, se com o apoio e garantia do Governo contratar com companhias a execução de obras, mediante certas condições, seria de grande conveniência, e talvez fizesse atrair para esta Província alguns capitais estrangeiros.¹⁴¹

Muito a contragosto, Mamede cedeu apoio às empresas privadas para a execução e prestação de serviços públicos no provimento das reformas urbanas da província. Em todos os seus relatórios enviados anualmente ao presidente da província consta críticas dele em relação à concessão do Estado aos arrematantes à execução da maioria das obras públicas. Em coro com Mamede, Vauthier também lançou críticas em seus relatórios sobre o sistema de arremate, e, sobretudo, sobre os arrematantes pelos trabalhos mal feitos e pelo alto custo das obras. O engenheiro francês relata ainda as vantagens de uma obra feita pelo governo, nesse caso seria

¹⁴¹ RECROP, 1851, p.31.

toda a nação que lucrava, enquanto que nos casos de arremate, os lucros são somente da empresa.¹⁴² Foram críticas veladas as suas, já que a maioria das empresas arrematantes era de senhores de engenhos que colaboravam com a permanência de Rego Barros no poder, demonstrando que tudo não passava senão de jogo político.

O sistema de arrematação, segundo Mamede, parece, à primeira vista, não só o mais simples como o mais econômico, mas numa análise mais aprofundada deles surgiram inconvenientes, resultando que este sistema é, em grande parte dos casos, não só deficiente quanto custoso. Também criticava em seus relatórios a baixa qualidade dos serviços realizados pelas empresas arrematantes, pois em sua maioria não possuíam conhecimentos teóricos da arte de construção, eram movidos por lucro, reduzindo todas as despesas, e executando mal as obras.

Os empreiteiros configuravam um sério problema na esfera governamental, implicando conflitos entre a esfera privada e pública. Cabia a ROP fiscalizar essas obras, mas isso esbarrava na força política dos próprios arrematantes, esvaziando as funções do órgão.

A crítica de Mamede se detém também na utilização por parte das empresas arrematantes do emprego de escravos como mão de obra, já que era proibido o seu uso nas obras públicas, pois os orçamentos eram elaborados pela ROP, com base no emprego de mão de obra livre. No relatório do ano seguinte são recorrentes as mesmas queixas:

Insistindo ainda na opinião emitida em meu relatório do ano passado, de que em geral o sistema das arrematações para a execução das obras públicas não é o mais apropriado ao nosso país [...] é geralmente sabido que todos os arrematantes trabalham com operários pela maior parte escravos.¹⁴³

Mamede defendia a mão de obra livre no emprego de obras públicas como forma de utilizar a grande parcela de braços livres que ficavam sem oportunidade de trabalho. Ainda fazia uma crítica em forma de apelo ao próprio Estado:

Ora em um país como o nosso, em que o Governo emprega todos os meios para acabar com a escravatura, já proibindo sua introdução, já privando de lhes dar empregos nos trabalhos públicos, não parece

¹⁴² RECROP, 1845, P.35.

¹⁴³ RECROP, 1852, p. 3-5.

conveniente a conservação de um tal sistema de execução de obras, por isso que vai em oposição ao sistema de administração adotado principalmente quando há abundância de operários livres.¹⁴⁴

Em todos os seus relatórios, Mamede ressalta sua preferência pelo sistema de execução de obras públicas por administração, mas reconhecia a impossibilidade dos cofres públicos provinciais de bancar tais custos. Durante o tempo em que ficou a frente da ROP as obras públicas se deram, em sua maioria, através do sistema de administração.

Demais as obras feitas por administração têm grande vantagem não só de serem concluídas com mais rapidez, por isso o governo tem mais meios à sua disposição, de que qualquer arrematante, como também tem grande vantagem em empregar muitos braços livres, moralizá-los por meio do trabalho, dando-lhes um meio honesto de subsistência, os quais certamente, estando ociosos, tornar-se-iam prejudiciais à sociedade.¹⁴⁵

Apesar de todo o seu apelo, os investimentos em empresas de arrematação de serviços públicos se tornaram uma opção atraente para investir o capital ocioso, formando empresas fortes e em números pequenos, chegando a quase ter domínio total da execução de obras da ROP, na década de 70. E representou a consolidação do setor privado de construção de obras públicas, o ramo da construção civil estava conhecendo seu auge, pois a demanda e pressões das elites sobre o Estado por infraestrutura e serviços só aumentavam, e o governo por si só não respondia a essas solicitações, recorrendo, constantemente, ao setor privado para delegar as obras públicas.

O período de Mamede foi o tempo áureo da ROP no processo de construções públicas na realidade de reformas da infraestrutura urbana. Esse período é considerado o seu apogeu, e marca a transição de gestão pública para a gestão partilhada com a privada.

¹⁴⁴ RECROP, 1851, p. 4.

¹⁴⁵ RECROP, 31 de janeiro de 1851, p. 13 – 14.

2.2.3 – O Barão de Lucena

A política de conciliação iniciada em Pernambuco com Hermeto Carneiro Leão redirecionou o papel do Estado, determinando transformações seja na distribuição de gastos públicos, seja na preocupação em relação à formação de infraestruturas produtivas e nos melhoramentos urbanos.

A economia urbana tomou novos rumos não só na província, mas também assumia uma característica quase universal nas demais regiões. São as estruturas econômicas da cidade e não a agricultura agroexportadora que comandará o processo de expansão capitalista, é o setor comercial e financeiro em ascensão que traçam o rumo ao progresso e ao desenvolvimento do país.

Recife inicia, na década de 1850, um processo de crescimento econômico, populacional e físico inusitado, calcado, fundamentalmente, na sua posição de centro da economia urbana que dominará o complexo açucareiro da região. Graziera identifica a autonomia da economia urbana pelo: reflexo do desenvolvimento bancário, a partir de sua reforma em 1853 e do sistema de liberdade de emissão monetária em 1858; assentamento urbano dos capitais do tráfico de escravos; mecanismo de transferência do excedente monetizado ao sistema bancário e comerciante; e por fim, pelas condições favoráveis ao aumento dos gastos públicos urbanos.¹⁴⁶

Em resposta à expansão das economias urbanas dá-se o processo de modernização das cidades, aparelhando sua infraestrutura para comportar o progresso técnico e social. Os melhoramentos urbanos serão o carro chefe das elites urbanas a partir da década de 1850. Nesse momento, as políticas públicas de urbanização serão a tônica das discussões nas assembleias e câmaras provinciais, buscando empreender o seu desenvolvimento material.

Em Pernambuco, pontes e estradas estavam também entre as principais preocupações dos deputados provinciais. Os cofres provinciais financiaram a expansão da infraestrutura demandada por sua produção, o que continuou acontecendo mesmo após a revisão conservadora, prioridade que era compartilhada pelos sucessivos

¹⁴⁶ GRANZIEIRA, E. G. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. Huciter/UNICAMP, São Paulo, 1979.

presidentes de Pernambuco. [...] as estradas eram fundamentais para agilizar o escoamento do algodão e do açúcar para o porto do Recife.¹⁴⁷

Nos orçamentos parte considerável das verbas da província era designada para custear construções de pontes e de estradas que serviam para ligar os locais produtivos ao Recife e, sobretudo, reformas estruturais no porto. O investimento em estradas que permitissem o transporte mais rápido dos produtos significava retorno aos cofres públicos.

O crescente fluxo comercial com o exterior, bem como a expansão das relações sociais e contatos com o estrangeiro resultava num processo de intercâmbio também cultural. As idas ao exterior, as vindas de mão de obra para a província fazia crescer sobremaneira essa troca, e era nelas que as realidades urbanas eram partilhadas, o que contribuiu para que opiniões sobre a caracterização da cidade fossem modificadas, e, diante desse novo arcabouço, as demandas sociais em relação à estrutura da urbe se modificam. Questões sanitaristas e higienistas eram pensadas não mais só por médicos, mas toda a sociedade compartilhava da mesma opinião. A partir disso, preocupações ambientais, de urbanização das cidades, da criação de espaços de sociabilidade eram a tônica de discursos embasados no desejo de “civilizar-se”. Partilhar da civilização e da cultura europeia passava a exigir toda uma modificação estrutural da cidade, onde se educasse os costumes e refinassem o gosto.

Daí a importância de se reformar o porto, os transportes, o abastecimento de água, o saneamento, drenagem de ruas e urbanização com plantio de árvores tudo que tinha ligação direta com as estruturas urbanas existentes e necessárias para a melhoria das condições de salubridade da cidade.

Segundo afirma Zanchetti, a melhoria do porto era a obra mais importante e almejada da província e pela ROP¹⁴⁸. Era reivindicada principalmente pelas elites econômicas locais, a Associação Comercial de Pernambuco era, durante esse período, a porta voz da reforma do porto, pois era ela a mais prejudicada com as estruturas obsoletas dos serviços portuários. Era preciso solucionar os problemas de circulação das mercadorias fora e dentro do porto, de armazenagem e de

¹⁴⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo, Globo. 2005. P. 175.

¹⁴⁸ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. p.222.

desembarque que eram dificultados pela posição do porto, e pela completa ocupação territorial do bairro do Recife. Assim o melhoramento do porto de Pernambuco estava também dentro do contexto de uma reforma urbana ampla.

O crescimento populacional das cidades capitais brasileiras alcançou tal nível de inchaço que as infraestruturas urbanas existentes se tornaram obsoletas e não comportavam essa expansão. Havia problemas em todas as estruturas da urbe considerados como calamidade pública, e os melhoramentos eram necessários no transporte urbano, no saneamento, nos abastecimentos de água e na iluminação pública.

A gestão do Estado depois de Mamede foi redefinida e, conseqüentemente, a função da ROP também. Cabia ao Estado à responsabilidade de fiscalizar as obras executadas pelas empresas privadas, e prezar pela sua manutenção. Em 1852 foi aprovada uma lei que estabelecia o sistema de concessão que garantia a empresa concessionária obter um retorno sobre o capital investido, pago pelo Estado. Essa lei foi promulgada com o intuito de viabilizar a implantação de estradas de ferro pelo país.

Segundo Zancheti, Pernambuco fez valer essa lei ainda em 1853, quando aprovou a concessão com a empresa londrina *Recife and São Francisco Railway Company*. A partir desse primeiro contrato iniciou-se a implementação de empresas de serviços urbanos. A partir dessa lei a implementação de serviços mais importantes eram de concessão para empresas privadas. Em 1857 a *Fielden Brothers* ficou responsável pela implantação de rede de iluminação pública em substituição dos lampiões de azeite.

A 26 de maio de 1859 realizou-se a inauguração do primeiro trecho da cidade iluminado a gás carbônico. Compreendia a Rua Nova e suas proximidades. Anunciara-se o início do serviço para 25 de fevereiro, mas tivera de ser adiado por faltar uma peça no maquinismo que somente poderia vir da Europa.¹⁴⁹

Em 1858, o governo provincial assina a concessão para o engenheiro francês Charles L. Cambronne para instalar um sistema de esgotamento sanitário. À medida

¹⁴⁹ SETTE, Mario. *Arruar*, história pitoresca do Recife antigo. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura. Recife, 1978. P. 283.

que a cidade crescia, em termos populacionais, o trânsito de tigres¹⁵⁰ aumentava, as condições higiênicas refletiam, conseqüentemente, as dificuldades de eliminação das fezes e das águas sujas. Críticas a esse “primitivo” sistema de eliminação surgiam por todos os lados, mas entre 1856 e 1859 no surto de Cólera-morbo acometeu o Recife, assim, a criação de um sistema de esgotamento sanitário se tornou urgente.

Em 1854, em um relatório do Conselho de Salubridade Pública apresentado à Presidência da província, referente à saúde pública, ressaltava o inconveniente do transporte de excrementos em barris e pede urgência na adoção de outros métodos de eliminação. O surto de cólera foi tremendo, espalhando o medo por toda a parte, verificando-se mais de 3.300 óbitos no Recife¹⁵¹.

Esse contrato cogitava de um serviço de escoamento das águas servidas para o rio, por meio de canos de ferro ou de grés. Quanto às “matérias sólidas”, seriam depositadas em caixas de madeira revestidas de metal, hermeticamente fechadas, que a empresa forneceria a cada domicílio, com capacidade para dez pessoas, em 15 dias. Eram as “latrinas inodoras”. De quinzena em quinzena esses depósitos seriam transportados ao despejo, em local próprio, por carros especiais.¹⁵²

Apesar de toda a estrutura, a empresa Cambronne não foi evoluída devido as muitas queixas da população contra a precariedade do sistema. Somente em 1871 é que a *Recife Drainage* recebe concessão para implantação de um sistema de esgoto completo.

Durante o período inicial de implantação dessa gestão partilhada, dando às empresas privadas a tarefa de viabilizar os serviços públicos urbanos, enquanto cabia ao Estado à função normatizadora, assumindo um papel intermediário entre as empresas privadas e a demanda da sociedade, através da sua estrutura administrativa: a ROP. As decisões cabiam ao órgão público, mas a execução cabia

¹⁵⁰ “Tigre” era denominação dada as barricas e tonéis de madeira que acumulavam matérias fecais no interior das edificações. Quando atingiam o volume máximo, tais depósitos eram carregados por escravos que, se encarregavam de despejar o infecto conteúdo fora, nas praias, mangues, rios e quintais. Existiam duas modalidades de tigres: os com chapéu e os sem chapéu, ou seja, com tampa e sem tampa. In: Santos, Manuela Arruda. Nos tempos dos tigres: o indesejável transporte dos dejetos no Recife oitocentista. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

¹⁵¹ SETTE, Mario. Op. Cit. p. 249.

¹⁵² SETTE, Mario. Op. Cit. p. 249.

às empresas privadas e aos arrematantes. A fiscalização desses serviços, o controle urbanístico, a supervisão da saúde pública; a construção do sistema viário e dos edifícios públicos, ou seja, ficavam sob seu crivo as áreas que não eram atrativas ao setor privado.

A ROP durante esse período assume outra importância, determinando o seu próprio papel dentro dos interesses da esfera pública e privada. A transferência da responsabilidade de transformar a infraestrutura de serviços urbanos para as empresas privadas desafogava o Estado de atuar nessa área. Mas exigiu dele, talvez esforço maior, ao transferir sua administração para as reformas no interior da província. Alocando parcelas de seus recursos para investir em infraestrutura no interior, sobrecarregando a ROP, pressionada para construir prédios públicos e infraestruturas urbanas nas cidades mais afastadas do Recife, principalmente no agreste e no sertão. Apesar dessa atribuição não ser nova, somente agora com essa remodelação da gestão na reforma do espaço urbano é que para a ROP se torna atividade complementar. Existe uma crescente demanda por cadeias, câmaras municipais, tribunais e repartições públicas nesse período de crescimento das cidades e do aumento populacional, mas que cabia ao Estado viabilizar recursos e dar respostas a essa procura.¹⁵³

Essas novas construções faziam parte do prolongamento da burocracia estatal criando núcleos interioranos que formavam teias se conectando com a capital, o polo difusor do progresso. Soma-se a isso, o constante fluxo econômico entre as zonas interioranas e a capital, resultando em pressões na construção de estradas. Todas as responsabilidades caíam sobre a ROP, em relação aos trabalhos técnicos e sobre a Assembleia provincial, que possuía baixa capacidade financeira para implementar tais obras, era impossível transformar esses serviços públicos em mercadoria, porque não havia interesse das empresas privadas em efetuar melhorias nos interiores. Zanchetti afirma que apesar de assumir essa atribuição, a ROP continuou a existir como mais um órgão burocrático do Estado, com funções definidas, mas que se permeava de falhas incorrigíveis. A composição técnica da ROP sempre fora uma questão constante nas suas diversas direções e reformas, o quadro técnico especializado sempre fora deficiente, e sua própria legislação impedia a expansão de pessoal técnico.

¹⁵³ RECROP, 1877, p. 22.

O recurso à contratação de técnicos estrangeiros para dirigir o órgão mostrou-se ineficiente em dois momentos: de 1858 a 1862, com William Martineau e de, 1874 a 1876, com Vitor Fournier. A experiência de Vauthier foi única, fruto de um específico momento político, e do projeto de Rego Barros de transformar os melhoramentos materiais no centro de sua proposta política. Nos novos tempos isto não ocorria. Os estrangeiros não tinham o respaldo, indispensável, do presidente da província, para atuarem como o mínimo de autonomia como foi o caso de Vauthier. Enquadrá-los dentro das rotinas burocratizadas da ROP gerava mais problemas que soluções. Os conflitos entre esses técnicos e os funcionários tradicionais do órgão se multiplicavam agravando mais o quadro existente.¹⁵⁴

Fonte utilizada por Zanchetti faz referência aos relatórios de Martineau que fazia uma crítica feroz ao sistema de funcionamento da ROP, à falta de autonomia dos engenheiros, à falta de recurso disponível para o órgão, afirma, assim, ser necessário separar a parte administrativa da técnica que se confundiam nas suas funções. Sem contar as arrematações das obras que se faziam por favores políticos, com as quais os donos das empresas concessionárias eram os grandes beneficiados, contribuindo para o esvaziamento das funções da ROP e consequentemente seu enfraquecimento.

A partir da década de 1870 a ROP muda de perspectiva, e se torna o agente construtor, o executor das obras por administração. No entanto, suas obras não são mais de infraestruturas, mas sim voltadas para a renovação urbanística e ambiental da cidade. A preocupação da ROP voltava-se para embelezamento de ruas, seu calçamento e formação de praças e reformas das antigas, num processo de enobrecimento e ajardinamento delas.

O calçamento das ruas, suas drenagens e plantio de árvores tornam-se causas prementes, por ser um melhoramento urbano muito solicitado pela população, seja por causa da melhoria do tráfego ou pela aparência primitiva que as ruas descalças demonstravam. E também porque o Recife assumindo a importância econômica, política e social precisava de ruas pavimentadas que espelhassem a importância de cidade capital que ela estava se tomando.

Em 1863, a ROP faz contrato com o Barão de Livramento para o calçamento das ruas mais centrais e de maior trânsito, como é afirmado no relatório de 1863 da

¹⁵⁴ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. p. 233.

RPPAP. Era um contrato longo, que abarcava alguns anos, mas que findava de vez com os problemas da província e fez calar muitas reivindicações da população. O empreendimento levou quase vinte anos, com constantes pedidos de prorrogação dos prazos de conclusão, moroso no serviço e cumprindo-os com qualidade de préstimo duvidosa.¹⁵⁵

Em 1871 havia uma preocupação maior em se construir um novo passeio público, enobrecido e seguindo os padrões europeus de elegância, como bem se afirma neste documento enviado pelo presidente da província à Assembleia Pública.

Passeio Público - Continua a população desta capital na carência deste melhoramento, reclamando até pela higiene. Ainda não recebi a planta e orçamento que exige para a sua construção no local designado pela municipalidade, embora reconheça que não oferece as proporções desejáveis. A ideia adotada por um dos meus antecessores de coloca-lo no Campo das Princesas, sendo removido o teatro Santa Isabel, não me pareceu aceitável [...] o campo deve ser ajardinado, e oferecerá mais um ponto de reunião e recreio; mas não se presta a um passeio público.¹⁵⁶

Já existia um passeio público, localizado no pátio do colégio, ele, segundo Pereira da Costa, foi um dos primeiros locais a se arborizar no Recife sob os moldes europeus de uso ordenado do verde, mas apesar dessa primeira iniciativa, esse passeio não era considerado de *bom tom*. O local do passeio a que se refere o Presidente da província Francisco de Faria Lemos é onde está hoje localizado o Parque 13 de maio. Como bem afirma o relatório do Barão de Lucena, no ano seguinte:

No intuito de satisfazer a necessidade que tem esta capital de um jardim e passeio público, encarreguei o chefe da repartição das obras públicas de se entender com os proprietários dos terrenos que ocupam o espaço entre o ginásio e o canal contiguo à fundição Star, a rua da Aurora e até a do Hospício, a fim de informar-me sobre o preço por que dispunham a vende-los, e poder resolver sobre a aquisição.¹⁵⁷

As pressões sociais cresceram nessa nova fase por reformas urbanas, sejam elas tanto de teor salubristas, quanto civilizatórios, coube, pois, ao Estado se responsabilizar pelas reformas que determinavam qualidades ambientais, civilizatórias e estéticas da cidade. Desta fase em diante, é o Estado que se

¹⁵⁵ ZANCHETI, Silvio Mendes. Op. Cit. p.245.

¹⁵⁶ RPPAP, 1871. P.26.

¹⁵⁷ RPPAP, 1872, p. 30.

responsabiliza pela drenagem e calçamento de ruas, aterramentos e reformas para a implantação de áreas livres com plantio sistemático de árvores, como passeios públicos e praças.

Nesse período, algumas áreas ribeirinhas foram reformadas e receberam vegetações, bem como nas reformas de alguns Cais foram implantadas figueiras e gameleiras.¹⁵⁸ De acordo com Sette, houve uma transformação das ruas, numa animação de melhoramentos, eram oferecidos ensejos para se arborizar certos trechos urbanos como o Largo do Colégio, a Ribeira, o Pátio da Santa Cruz, o Aterro dos Afogados, as ruas do Sol, da Aurora, da Cadeia. As plantas indicadas para o plantio eram aroeiras, gameleiras brancas e vermelhas, espinho de judeu, trapiá, visgueiro, caneleira ou mangueira.¹⁵⁹

A preocupação com as questões arbóreas da cidade se tornaram mais constantes nesse período, antes o que se via eram reformas que acomodassem os estabelecimentos comerciais, e facilitassem a entrada e saída de mercadorias.

Antigas praças eram, a partir dessa nova fase que o Estado assume, reformadas, embelezadas e ajardinadas, como pedia o bom gosto e a “civilização”, mais voltados para bem viver da sociedade. A reestruturação das antigas praças estava sob essa nova forma de se repensar a cidade e criar espaços de sociabilidades.

Entre as reformas que permitem ser tratadas no decorrer do trabalho, figuram as reformas da Praça Dezesete, Praça da República, Praça Maciel Pinheiro, e a Praça Visconde de Mauá. Todas elas reformadas sob a égide da gestão partilhada entre o Estado e as empresas de concessão, representando a resposta às pressões sociais por reformas urbanas que determinassem qualidades ambientais, civilizatórias e de sociabilidades. Segundo o artigo intitulado *Origens de algumas praças e ruas do Recife*¹⁶⁰, essas praças já existiam, mas foram reformadas conforme as circunstâncias do momento. As praças que, em sua maioria, serviam para incorporar fontes para o abastecimento de água à cidade perdem esta função,

¹⁵⁸ MESQUITA, Liana de Barros. Fribvrgum: o parque de Nassau no Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2002, Recife. Anais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. 1 CD-ROM.

¹⁵⁹ SETTE, Mario. Op. Cit. p. 45-46.

¹⁶⁰ PREREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Origens de algumas praças e ruas do Recife*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 22, n. 107-110, p. 12-37, 1920.

quando se procede a reforma com ajardinamento da praça, no lugar do chafariz, é colocado coretos para embelezá-las, diante disso o que se observa é uma mudança inclusive na própria função das praças.

A ROP voltou a ter entusiasmos novamente durante o governo do Barão de Lucena, atravessando mais uma nova fase de renovação e de modernização de suas atividades. Um novo regulamento da ROP foi instituído para que essa reforma se tornasse possível, aprovado em 1873, mas só posto em uso um ano depois. Estipulava a divisão do órgão em setor administrativo e técnico, a província em cinco distritos e para cada, um engenheiro responsável, e o aumento do quadro técnico¹⁶¹ cobrado durante todo o tempo da existência da ROP. Durante esse período, o engenheiro chefe designado foi Victor Fournier.

Nesse período, a ROP se lança num trabalho cartográfico da província, sobretudo, do Recife e de seus arredores. Em que se destacam nesse trabalho Emile Béringer e Victor Fournier, engenheiros franceses da ROP, sobre um estudo sobre o Porto do Recife. Suas observações são de grande interesse para o conhecimento urbano do Recife e sua evolução. Tais análises fazem perceber o crescimento urbano do Recife, quadra a quadra, traçados de ruas e indicações de edifícios.¹⁶²

No entanto, a ROP enfrentava ordinariamente, os mesmos problemas de sempre, processos de licitações das obras públicas viciados, ineficiência da própria instituição, burocratização e, sobretudo, resistência por parte dos funcionários nacionais às ações modernizadoras administrativas, como ocorreu no tempo de Vauthier. Apesar da boa vontade do governo, após a saída do Barão de Lucena da presidência da Província em 1876, o órgão retorna a sua habitual apatia.

¹⁶¹ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit. p.246.

¹⁶² BORBOREMA. Ana Cláudia Bezerra de Albuquerque. Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia Holandesa e Portuguesa. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011.

3. UMA CIDADE QUE SE INVENTA SE REINVENTA

No ponto onde o mar se extingue
 e as areias se levantam
 cavaram seus alicerces
 Na surda sombra da terra
 levantaram seus muros
 do frio sono das pedras
 Depois armaram seus flancos
 trinta bandeiras azuis
 plantadas no litoral
 Hoje, serena, flutua,
 metade roubada ao mar,
 metade à imaginação
 pois é dos sonhos dos homens
 que uma cidade se inventa...¹⁶³

A cidade, como espaço não é uma matéria inerte, mas uma confluência de dinâmicas demográficas, econômicas, políticas, sociais, culturais e simbólicas, como afirma Rolnik¹⁶⁴, é a materialização de sua própria história, especialmente quando assimilado ao ideário de progresso, e tomada como lugar de implantação e arranjos interventores movidos pelo ideal de civilização. As leituras que nos deixaram os inúmeros viajantes¹⁶⁵ que quedaram por Pernambuco, ainda na primeira metade do século XIX, nos descrevem um Recife acanhado, sujo e atrasado, mas com indícios de prosperidade. Afinal, Recife sempre fora uma cidade marítima e comercial, populosa e aberta a influências culturais que viriam a torná-la “moderna”.

A cidade é cortada pelos rios Capibaribe e Beberibe, e possui um porto natural formado originalmente por uma muralha de arrecifes. A utilização dos rios facilitou o acesso às áreas vizinhas nas épocas de estiagem, quando o Capibaribe apresentava suas melhores condições de navegação. Seguindo curso do Beberibe, os canoeiros iam buscar água potável no varadouro, em Olinda. Era pelos rios que se dava o transporte, do interior para o litoral, das caixas de açúcar dos engenhos

¹⁶³COUTINHO, Edilberto. (org.). Os Melhores Poemas de Carlos Pena Filho. / seleção de Edilberto Coutinho. São Paulo: Global, 1983.

¹⁶⁴ROLNIK, Raquel. História Urbana: História na cidade? *Cidade & História*, p. 28.

¹⁶⁵Ver Maria Graham, que esteve por três vezes no país e escreveu o Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823 (título em português), publicado na Série Brasileira, v. 8, em 1956. George Gardner, *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Charles Darwin também faz comentários sobre a cidade do Recife, que foram publicadas nos Anais pernambucanos, por Pereira da Costa.

para o porto do Recife; e do litoral para o interior, seguiam os materiais de construções. Enquanto a rota do Atlântico trazia para a província os artigos de luxo vindos da Europa, assim, em toda a paisagem urbana pernambucana um dos mais comuns itens eram as embarcações. Cumprindo sua função de núcleo urbano portuário.

A igreja contribuiu para o surgimento de vilas e povoações, pois era o principal edifício da cidade, - o segundo era a cadeia -, a partir da construção da igreja erigiam-se habitações no seu largo. Ruas desorganizadas e tortuosas, sobretudo, estreitas, foi resultado do desejo da população crente em manter-se perto das igrejas, que exerciam forte controle sobre seu rebanho. Essa disposição espacial constituiu as freguesias do Recife. Cada igreja norteou a ocupação dos espaços na cidade, onde a vida social e os costumes estavam intimamente ligados às atividades religiosas. Segundo Viviane Galvão¹⁶⁶, havia uma estreita relação desse modelo com o sistema de Padroado Régio em vigor no século XVI, em Portugal. Essa influência urbanística lusitana é explicada por Nestor Goulart Reis¹⁶⁷ como um mecanismo político de controle da administração da metrópole sobre a colônia, para assegurar os interesses mercantilistas dos senhores da metrópole.

Assim, os padrões civilizatórios defendidos pela igreja eram o de “cristianizar a paisagem” sob o trinômio da religião, administração e urbanização. De acordo com Murilo Marx¹⁶⁸, a igreja agiu como Estado na formação do espaço urbano brasileiro, pois eram dela as normas para a organização deste. Somente no século XIX, surgiu a preocupação em pôr fim, por parte do Estado gestor das reformas urbanas, aos padrões da engenharia militar portuguesa, dotando-a de novos padrões, mais “modernos”, condizentes com modelos franceses de urbanização. Processo que se inicia em 1808 com a chegada da família real ao Brasil e com a abertura dos portos às nações amigas, marcando uma nova forma de administração urbana. Desenvolvendo-se uma maior preocupação com os espaços públicos, sendo palco de intervenção do Estado através da participação da Câmara Municipal e de seu aparelhamento, no caso de Pernambuco, a ROP é o órgão atrelado ao Estado que viabilizará a construção e manutenção desses espaços.

¹⁶⁶ GALVÃO, Viviane. *Religiosidade e morte: instrumentos do projeto colonial português*. Columbia, S.C. USA: Stanley South, 1995, p.1.

¹⁶⁷ REIS, Nestor Goulart. *As primeiras cidades e vilas do Brasil – importância na vida urbana colonial*. In: Oceanos. Lisboa: CNCDP, nº .41 (jan/mar), 2000, p. 61-67.

¹⁶⁸ MARX, Murilo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

A chegada da corte portuguesa ao Brasil impulsiona várias modificações estruturais na colônia, firmando-se no país uma proposta civilizatória dentro de um programa modernizador calcado no modelo europeu de se viver. Era preciso remodelar e encobrir as velhas tradições coloniais, iluminar as salas apagadas sob as luzes mortíferas dos candeeiros, era preciso revestir de sedas e delicadezas o “bom viver”, perfumar, polir e assear, civilizar o cotidiano, e para isso era preciso impor uma ordem para regular, normatizar todas as esferas da sociedade, forjando um processo civilizatório.

E a cidade era palco para essas transformações, pois era encarada como modelo de civilidade e modernidade, ela era o contrário do campo, que representava atraso. Era preciso, antes de tudo, demolir suas velhas estruturas, por abaixo os entraves que dificultavam o caminho ao progresso. Era preciso urbanizar-se e para isso deveria seguir novas regras e normas. A cidade colonial entrava em desuso, sua aparência se modificou, suas funções eram distintas da cidade do século XIX, que assumia outros papéis para responder as novas demandas da sociedade. O Recife precisava deixar de ser apenas uma cidade portuária e comercial, era preciso assumir sua importância econômica, política e cultural. E, para tanto, precisava ser *Menos vila e mais Recife*¹⁶⁹.

O Recife, como centro portuário, passou a ser difusor dessas ideias, com a abertura dos portos, passa a ser parada obrigatória para viajantes e pesquisadores, que traziam o ar “civilizado” do ocidente por ser a testa do Brasil, ponto mais aproximado com a Europa. Assim, além de bens manufaturados, adentravam-se ideias, através de livros, jornais e panfletos, mas, sobretudo, costumes europeus. Era uma nova realidade que se abria ao cenário urbano do Recife no século XIX.

Esse processo de civilização e progresso aos moldes ocidentais começou a ter maior impulso no Recife, na segunda metade do século XIX, sob o governo de Francisco do Rego Barros, quando este assumiu o cargo de presidente da província de Pernambuco, entre 1837 a 1844. Sua proposta de governo se alicerçava no ideal de progresso e modernização da província.

O Recife aparecia aos olhos da elite local como uma cidade antiquada,

¹⁶⁹SANTOS, Manuela de Arruda. *Recife: Entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco (DLCH). Recife 2009, p.38.

desordenada, ligada a um passado colonial sem atrativos, distante dos padrões urbanos europeus, sem características condizentes com seu papel de importante centro comercial do Império. Era preciso corrigir os modos rudes que causavam espanto aos estrangeiros e viajantes que aportavam na província, era preciso não só reformar a cidade insalubre, mas também o seu cotidiano insalubre.

A cidade passa a ser palco das intervenções municipais. Durante o governo de Rego Barros, houve diversas criações de posturas municipais ligadas às questões urbanísticas, isso porque seu programa de governo pautava-se pelas reformas de infraestrutura da província. Para ele, o Recife deveria perder, o quanto antes, a aparência de cidade atrasada.

Entre os anos de 1837 e 1838, o presidente da província Francisco do Rego Barros, mandou organizar um novo mapa estatístico com o intuito de obter dados precisos sobre as características populacionais da região. Se comparar com os números oferecidos na pesquisa em 1828 feita por Jeronymo Martiniano Figueira de Melo percebe-se um crescimento explosivo da população num intervalo de 10 anos. Na última contagem, o Recife possuía 62.290 livres, 3.222 libertos, 23.592 escravos e 1561 estrangeiros.¹⁷⁰

Tabela 1. Estimativa da população do Recife entre 1810-1872.

ANO	POPULAÇÃO DO RECIFE	TAXA DE CRESCIMENTO %
1810	26.000	
1822	34.000	2,3
1842	60.000	2,9
1850	70.000	1,6
1872	100.000	1,7

Fonte: ZANCHETI, Silvio Mendes, A Cidade e o Estado do Recife. P.136.

O “inchaço” populacional e a “desordem urbana” tão criticados pelos médicos e estrangeiros foram, a partir da segunda metade do século XIX, repensados e reelaborados.

¹⁷⁰ RPPE, 1839, *Mapa Estatístico da Província de Pernambuco no Ano de 1838*. (UC – Center for Research Libraries) disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/654/000068.html> Acesso em: 07 de junho de 2014.

Era preciso uma reformulação do modo de se (re)fazer essa cidade, tentando pôr fim a persistência colonial sobre as transformações do Recife. Segundo os relatórios do Conselho de Salubridade Pública do Recife, a cidade era desordenada, suja e incivilizada, refletindo todos os vícios da sociedade colonial.

Grande número de porcos vaga por toda a cidade de dia e de noite, e, revolvendo os monturos, tornam a exalação mais ativa, entretendo por este modo a atmosfera carregada de miasmas infectos. Frequentemente se encontram nas ruas, e sobretudo nesses monturos e praias animais mortos, como cães, gatos, galinhas etc. E muitas vezes nesses lugares permanecem até sua inteira decomposição. Há em alguns pontos da cidade lugares mais baixos do que os terrenos circunvizinhos, para onde escorrem as águas das chuvas: essas águas aí estagnadas, servindo enquanto limpas até para lavagens de roupas, constituem, por assim dizer, pântanos; e tornando-se afinal lodosas e imundas, formam charcos, que pelo calor do sol exalam miasmas, que não podem deixar de influir muito sobre a saúde daqueles que moram em sua vizinhança.¹⁷¹

Era preciso modificar seu cotidiano insalubre, dar novos ares a esse espaço doentio, como o era todas as grandes capitais do mundo que estavam em expansão. O comércio e as indústrias em crescimento, os aumentos demográficos, populações abandonando o campo em busca de melhorias de vida, onde o Recife descortinava grandes demandas por mão de obra, foram fatores que contribuíram para as cidades, incluindo o Recife, serem consideradas focos de moléstias em potencial.

As cidades do século dezenove incorporam, com a mais completa fidelidade, todas as confusões e contradições do período de transição (da cidade medieval para a cidade industrial). Aqueles centros nos quais as novas energias e a nova disciplina da sociedade estavam mais completamente concentradas, mostravam os maiores desvios em relação às melhores normas: entre 1820 e 1900, o caos das grandes cidades é como um campo de batalha, levando-se em conta a própria extensão de seu equipamento e a combinação das forças empregadas.¹⁷²

As capitais, segundo Mumford, haviam se transformado em locais de destruição e desordem. As cidades mais desenvolvidas economicamente eram

¹⁷¹Coleção dos trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco. 1846, p. 114.

¹⁷²MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Minas Gerais. Livraria Itatiaia Limitada, 1961. p. 153.

defeituosas, quanto ao atendimento às necessidades básicas para a sobrevivência como saneamento, iluminação pública, água encanada. Em meados do século XIX, imperava-se o caos e a desordem nessas cidades. As ruas eram estreitas, os fluxos de carros e carroças haviam aumentado bem como a quantidade de pedestres na rua. Somando-se a isso, havia animais soltos pelos espaços da urbe, mesmo que houvesse Posturas Municipais normatizando tal situação, ela, ainda assim, existia: ruas escuras, becos sujos, sem espaços para a socialização como praças, parques e jardins.

A preocupação com a ordem dos espaços nas cidades doentias reflete-se no triunfo da concepção da cidade-máquina incitando uma “toalete topográfica”, indissociável a uma “toalete social” preocupação esta que irá figurar nos três documentos que legislam sobre a constituição social e urbana do espaço, são eles; a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, o Código Criminal de 1830 e o Código de Posturas de 1831.

Em seus noventa artigos, distribuídos em cinco títulos, a Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828 veio para ratificar a função da Câmara como órgão de organização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que deslocava para juízes de paz e a Assembleia provincial, o efetivo poder decisório sobre como fazer cumprir as leis. Já a função do Código Criminal era regular as relações entre habitantes, ou seja, ele estabelecia os padrões de criminalidade na sociedade. Enquanto o Código de Posturas viria circunscrever os usos possíveis da cidade, normatizando a utilização do espaço público e regulamentando o convívio nesse espaço. Na edição de tais códigos, percebe-se a tentativa de estabelecimento de uma ordem e de sua separação da desordem, uma vez que, ambos definiam quem ou o que deveria ser incorporado ou excluído.¹⁷³

Segundo esses códigos o Estado assume o papel de gestor das reformas urbanas, pois cabe a ele atuar e regular os espaços e os indivíduos sob a égide da manutenção da vida e do bem comum. Nesse contexto de modernização e progresso, onde a cidade revela a face de seus cidadãos, afirmando novos interesses, suas influências, e suas relações comerciais se tornando palco das (re)organizações urbanísticas, a elite senhorial adota a noção de organização e

¹⁷³PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

ordem. E o Estado, com a intenção de estabelecer sua autoridade, arrogando-se como gestor do bem comum, busca regular o espaço e os indivíduos.

3.1. Plantar é sanar

3.1.1 políticas médicas ou médicos políticos

O Estado, ao assumir essa tarefa de modernizar a cidade, alia-se aos profissionais da saúde, que assumem um novo papel, passando a interferir na sociedade com um poder antes inexistente. Preconizando a conciliação entre o homem e a natureza, (re)significando essa relação. Foi a classe médica que, pautada pelas ideias de modernização e “civilidade”, auxiliou na promoção das melhorias do espaço urbano, modelando os (maus) costumes da sociedade dos centros urbanos, consolidando a medicina como instrumento de ordenação social. A preocupação com o aspecto dos espaços urbanos harmonizava-se com o discurso higienista, o qual defendia que a degeneração do ar estava intimamente ligada à desordem da urbe.

A propaganda higienista acusava o rápido crescimento populacional como sendo a causa principal do “inchamento” da cidade e, conseqüentemente, o volume do acúmulo de dejetos responsáveis pelo surgimento de focos de miasmas, causando as enfermidades. Os problemas urbanos da época, como afirma Senett¹⁷⁴, mais do que causados pela indústria, eram antes resultados de uma explosão demográfica decorrente dos avanços da medicina e da concentração do comércio nas grandes metrópoles, juízo bem aplicado na realidade do Recife na segunda metade do século XIX. Esse aumento populacional não foi, contudo, acompanhado por um melhoramento nas infraestruturas da cidade. De acordo com Maria Angela de Almeida Souza:

O empenho na regularização do sistema viário e no embelezamento das edificações da cidade antecede as medidas adotadas para o abastecimento d'água, o esgotamento sanitário da cidade, cuja população permanece, até meados do século XIX, sendo abastecida

¹⁷⁴SENETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p. 167 – 169.

por canoas d'água e despejando seus dejetos nos rios e no mar através dos “tigres”, carregados pelos escravos.¹⁷⁵

O projeto higienizador em Pernambuco é reforçado pela criação em 1841 da Sociedade de Medicina de Pernambuco, e, sobretudo, pela criação, em 1845, do conselho geral de salubridade pública da província de Pernambuco. Ao associar a “sujeira” à doença, segundo Vanessa de Castro em *Das igrejas ao cemitério*, tentava-se criar a crença num “inimigo invisível” que transitava pelo ar. E a cidade era vista como um organismo doentio e por isso precisava de cuidados médicos.

Cremos, pois, ter dito em poucas palavras quanto é bastante para provar que é o ar viciado da cidade, que pela contínua evaporação de miasmas insectos, se deve a frequência da afecção tuberculosa; que é a esse ar, que, pela insalubridade das localidades, que se aumenta com o crescimento da população e falta de providências sanitárias, cada vez mais se subcarrega de princípios nocivos, que se pode somente atribuir à rapidez da marcha dessa afecção, que se tem refugiado nessa parte da Província. O clima do sertão, sobretudo de Pesqueira, Caruaru, e mesmo Brejo, é admirável e poderosíssimo contra a tísica pulmonar; e que convém que seja tentado este meio desde os primeiros sintomas de sofrimento dos pulmões.¹⁷⁶

O pensamento médico oitocentista comungava com as teorias higienistas pregadas pelas escolas de medicina europeia que difundiam a teoria de infecção do ar atmosférico pelos miasmas¹⁷⁷, perpetuando-se pelo século XIX como verdade

¹⁷⁵ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 83.

¹⁷⁶ *Coleção dos Trabalhos do Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco. 1846, p. 18.*

¹⁷⁷ Os miasmas seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais. Entrada “Miasmas” consta no Dicionário de Medicina Popular dirigido à população e escrito em fins do século XIX por Napoleão Chernoviz (médico polonês radicado no Brasil). Tomando a palavra em sua acepção toda, consideram-se este título todas as emanações nocivas, que corrompem o ar e atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muito as causas que os originam; podemos apreciar grande numero de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que elles são. Submetendo-os a investigação de nossos sentidos. Só o olfato nos pode advertir da sua presença: não nos é dado toca-los nem vê-los. A chimica mais engenhosa perde-se na sutileza das doses das combinações miasmáticas: de ordinário, nada descobre no ar insalubre e mortífero que d’elles esteja infectado, e quando consegue reconhecer n’elle uma proporção insólita, ou a presença accidental de algum principio gazoso, não nos releva senão uma diminulissima parte do problema. (...) Dizemos, por consequente, a sua composição íntima, e occupemo-nos de suas causas, effeitos e dos meios preservativos. Os miasmas fazem parte desse systema geral de imanações, que tem tão grande parte na natureza. Cada ente os recebe e os transmite reciprocamente. Nesta troca continua de elementos, operam-se as misturas, as separações, as combinações mais variadas. Em certos casos, nascem miasmas, espécie de venenos voláteis, invisíveis, impalpáveis, cujas fontes são felizmente conhecidas e que podemos evitar ou destruir. As condições que favorecem os desenvolvimentos miasmáticos estão bem determinadas. Os pântanos offerecem-se em primeiro

absoluta. Durante muito tempo, acreditou-se que tanto o ar quanto a água era agentes de propagação de maus odores e emanções infecciosas, conhecidas como miasmas. Sua inalação obstruía as correntes sanguíneas, causando doenças como o escorbuto e gangrena. A regra era “prevenir antes de remediar”, assim, a preocupação foi em torno da eliminação da doença de forma permanente, através dos seus agentes causadores, ou seja, as cidades doentes. Era preciso, então, cuidar da *toalete topográfica*, bem como da *toalete social* transformando o espaço urbano doente e o corpo dos indivíduos em nome do progresso da população. A teoria divulgada entre médicos creditava ao olfato o principal sentido de policiamento da precariedade dos ambientes, pois era através deles que se sentiam as ameaças dos agentes nocivos e a presença dos miasmas, detectando os perigos dos ares citadinos¹⁷⁸.

A Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, primeira lei orgânica das cidades, assim como o Código Criminal de 1830 e o Código de Posturas de 1831, traz deliberações sobre a formação dos espaços urbanos, estabelecendo sob bases legais os seguintes termos: alinhamento de ruas, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, assim como construções em benefício comum dos habitantes, seja para embelezar ou para sociabilizar. Essas leis também ajuizarão sobre a forma de se enterrar os mortos regulando seus sepultamentos dentro da igreja, estabelecendo cemitérios, locais apropriados.

É também papel da Câmara Municipal e das Assembleias Provinciais cuidar dos esgotamentos de pântano ou qualquer estagnação de águas infectas; como também do asseio dos matadouros públicos, curtumes, e tudo que possa corromper a salubridade da atmosfera. Havia, ainda, uma preocupação com as questões arborísticas não só no espaço citadino, como também nas estradas, com as plantações de árvores para que se tornassem mais confortáveis as viagens por

lugar. Ninguém ignora quanto são comuns, sobre o globo, as moléstias, e especialmente intermitentes benignas ou perniciosas que provem d'elles. Estes effluvijs pantanosos, cujos insalubres effeitos sobem pela decomposição das matérias vegetaes e animaes, são sobretudo temíveis nos paizes quentes visto que a atividade da putrefacção está na razão directa do calor. (CHERNOVIZ, 1862, 1890.). In: CHERNOVIZ, Napoleão. Dicionário de medicina popular. [s.l.]: 1890. Disponível em: <<http://www.meusdownloads.com.br/p-servicos.jsp?pplD=c586>>. Acesso em: 20/07/2015.

¹⁷⁸ CORBIN, Alain. *Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove*. Tradução Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.21.

elas¹⁷⁹.

Assim, as leis e regulamentos existiam para o Estado fazer cumprir as prescrições médicas que tantos os higienistas recomendavam. O problema é que a dança de cadeiras entre liberais e conservadores, e, conseqüentemente, as alterações políticas afetavam nas questões de autoridade sobre responsabilidade e execução de obras públicas e reformas urbanas eram geradoras de conflitos. Cabia a Assembleia Provincial legislar sobre essas questões, mas o presidente, se aliado a Assembleia, teria chances de opinar, caso esta lhe fizesse oposição, era esvaziado o poder que havia nas mãos do Presidente. Ainda cabiam questões de rivalidades entre a Câmara e a Assembleia, apesar da primeira ser a executora, sempre jogava as responsabilidades para outra, o que dificultava e muito a execução das reformas. Havia, no final das contas, uma dificuldade em aplicação das leis, era preciso que as forças políticas estivessem em harmonia para executá-las de fato.

O Código de Postura Municipais do Recife foi elaborado em 1831, com 17 títulos, feitos pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Provincial. Cabia a ele normatizar o espaço público interferindo, desde construções de prédios e calçadas ao comportamento do indivíduo dentro da urbe, e por isso era auxiliado pelo código criminal. A não execução dessas posturas seria considerada crime. Assim, é através de aplicação de punições para o não cumprimento das determinações, enquadrando-as como crimes contra a ordem pública, que o Estado buscava normatizar o espaço citadino, controlando as condutas do homem urbano. O Estado, basicamente, estava civilizando esse cidadão ao regradar a forma como ele deveria se comportar nesse espaço que é criado através de regulamentações imposta por esse mesmo Estado.

Manuela de Arruda Câmara¹⁸⁰ resume brevemente as preocupações do Código de Posturas Municipais do Recife, afirmando que não é contemporânea do século XIX a preocupação com a limpeza pública, mas que houve sim novas questões que exigiram outra forma de olhar o meio ambiente citadino e sua

¹⁷⁹ ARAÚJO, de José Paulo de Figueirôa Nabuco. *Legislação Brasileira: Ou Coleção Cronológica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., do Império do Brasil desde o ano de 1808 até 1831*. Tomo V. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. Rua do Ouvidor, nº 65. 1838. Título III – Posturas Policiais.

¹⁸⁰ SANTOS, Manuela de Arruda. *Recife: Entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845*. Mestrado (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco (DLCH). Recife, 2009, p. 130.

desordem, analisando sob a ótica da higiene pública influenciada pela teoria dos fluidos, na qual o ar e a água eram os transmissores em potencial de doenças.

1) Sobre a saúde pública, com respeito as condições higiênicas dos lugares públicos, englobando os capítulos que tratam da regulamentação de estrebarias, açougues, matadouros, padarias, mercados e a construção de cemitérios fora das igrejas. 2) Com a moralidade pública e sobre diferentes objetos que prejudicavam ao público como a segurança de sanidade dos habitantes, bem como o controle de doentes contagiosos e loucos que vagavam pelas ruas. 3) E, finalmente, do ponto de vista arquitetônico, falava-se sobre alinhamento de ruas e edificações (...) As posturas, por sua vez, passaram a orientar as construções de edificações, bem como a infraestrutura de saneamento da cidade¹⁸¹.

As Posturas exigiam dos cidadãos novos padrões de comportamento dentro do espaço urbano, os próprios títulos de que trata o documento apresentam um caráter pedagógico, para que a população assumisse as novas ideias sobre como se relacionar com o espaço urbano em transformação.

A partir do que foi definido nas Posturas Municipais, pode-se inferir os rumos tomados sobre a política de disciplinamento urbano que o Estado empreendeu. As posturas refletiam as exigências dos médicos higienistas que se aliaram aos governantes através do Conselho de Salubridade Pública do Recife para arbitrar sobre o espaço urbano insalubre. Com o intuito de controlar o espaço urbano e a higiene da população, esse órgão lança propostas transformadoras da vida social, quebrando costumes herdados do período colonial que favoreciam a propagação de doenças, tentando não só sanar o corpo do indivíduo e o da cidade, mas acima de tudo civilizá-los. Partem do conselho sugestões para que o Estado, através das posturas, regulamente o cotidiano urbano e incorpore com isso novos costumes. O conselho alertava sobre os problemas que a cidade enfrentava e as consequências que isso poderia influir sobre a salubridade da província.

Sou do parece que todos os monturos que podem influir sobre a saúde pública sejam removidos para lugares distantes da cidade, onde deverão ser depositadas as matérias que se acham esparsas em diversos pontos, proibindo-se que se continue a lançar nos mesmos lugares todas as imundícies que neles se lançam constantemente, e que todas essas águas empoçadas, que existem em alguns lugares da cidade, sejam esgotadas por meio de canais

¹⁸¹Idem. p136.

ou valas convenientes; assim como que se cuide no asseio das ruas e em seu dessecamento, ou calçando-as ou enterrando-as, de maneira que haja declive suficiente para que as águas não fiquem estagnadas por falta de meios de escoamento para o mar; porque de todos esses focos de emanação pode mui bem facilmente resultar, que a saúde pública venha a sofrer por causa de moléstias que se podem desenvolver¹⁸²

O médico higienista Dr. Aquino Fonseca afirma que deve haver uma conciliação entre as prescrições médicas para os problemas urbanos e os interesses da sociedade beneficiando toda a população.

O homem que vive em sociedade dispõe de parte de seus interesses para que uma porção de sócios se incubam de defendê-lo em tudo que o pode danificar, esta cautela é tanto mais importante quanto o dano que se lhe pode fazer pode ter grande expansão, pode cair sobre muitos indivíduos, e mesmo sobre todos; e por isso mesmo que a todos pode afetar, exige grandes cuidados, porque o todo estão os fracos e os indefesos¹⁸³

Assim, como presidente do Conselho de Salubridade, ele convocava a população a compreender as teorias médicas e a se unir ao Estado para conseguir sanar os problemas de higiene pública da cidade. Com isso, tentava auxiliar o governo provincial a suprir as demandas higiênicas da Província, com o intuito de alcançar o progresso e a civilização. Mas o conselho, ao mesmo tempo em que indicava os pontos a serem reformulados nos quesitos de higiene e salubridade, requisitava também do Estado um serviço mais dinâmico, um serviço especializado para o acompanhamento eficaz das questões relativas à salubridade e higiene do Recife.

A Província de Pernambuco uma das mais comerciantes, populosas e civilizadas do Brasil, possuindo 93.300 habitantes em sua capital contendo muitos estabelecimentos indústrias, provida de muitas repartições públicas bem montadas e organizadas, não continha, até 1845, uma repartição onde se registrassem as causas boas ou más de sua saúde; onde se apreciassem os efeitos comparados d'estas

¹⁸² *Collecção dos Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco*. 1847, p. 42.

¹⁸³ *Idem*, 1849, p. 58.

causas, e se indagasse o meio de prevenir e atenuar estas, de promover aquelas¹⁸⁴

A relação entre os médicos higienistas e o Estado nem sempre foi profícua nos seus resultados, nem sempre os doutores da saúde foram atendidos em seus pedidos e, quando foram, algumas vezes não era de forma imediata. O próprio Dr. Aquino Fonseca relata, nas atas do Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco, quando era presidente, as batalhas travadas com o poder público que negligenciava suas propostas de reforma. Se interferissem na “ordem” e viessem causar transtornos e contendas sociais, elas eram “evitadas”; se batessem de frente com os interesses da elite, também eram ignorados; e se, eventualmente, o projeto não correspondesse com impacto que o Estado esperava, por ser considerada obra de “pouca importância” e não louvasse a sua “missão higienizadora”, também seria deixada de lado.

Assim, também relatou o Dr. Joaquim Jeronymo Serpa¹⁸⁵, membro da Sociedade de Medicina Pernambucana¹⁸⁶, que havia realizado um estudo topográfico sobre o Recife ainda em 1843, chegando à conclusão de que as águas paradas precisavam ser saneadas, pois eram focos em potencial de infecções, por duas vezes enviou projetos para a Câmara Municipal do Recife propondo resolver o deságue dos pântanos, mas, ao que tudo indica, nada foi feito por parte dela.

No relatório do Dr. José Joaquim de Moraes, secretário perpétuo da Sociedade de Medicina de Pernambuco, é discutido os inconvenientes da existência, no interior da cidade, das oficinas que empregam fogos ativos¹⁸⁷. O médico higienista cobra da Câmara Municipal intervenção, pondo-as fora da cidade, impondo-lhes um novo modo de construção de fornos, e uma isolamento de tal modo que não continuassem a ser nocivas, nem incômodas à população, preservando, é claro, a importância da indústria para a Província. Apesar de todas as discussões nas sessões do Conselho, o poder público pareceu indiferente a isso.

¹⁸⁴ Idem, p.32.

¹⁸⁵ SERPA, Joaquim Jeronymo. *Topografia da Cidade do Recife*. In: *Anais da medicina pernambucana*, ano I, n. II. 1843. In: *Anais da medicina pernambucana* (1842 – 1844). Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 197, p. 75-81.

¹⁸⁶ A Sociedade de Medicina de Pernambuco, que representava toda a Corporação Médica da Província, teve sua fundação em 4 de abril de 1841. A Sociedade é composta de médicos, cirurgiões e farmacêuticos. In: *Anais da medicina pernambucana* (1842 – 1844). Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 197, p. 4.

¹⁸⁷ Pelas descrições do autor, fogos ativos é o que hoje consideramos fogos de artifícios.

Consumiste bastantes sessões em debates instrutivos sobre esta matéria, e finalmente resumistes em conclusões da mais nítida clareza e da mais fácil aplicação as condições que deveriam ser impostas a tais oficinas para continuarem a trabalhar no interior da cidade. Verdade é que até hoje vos coube o desgosto de ver sem aplicação o fruto de vossas discussões, e sem remédio algum o mal sobre que fostes consultados. Mas nem por isso desanimeis, continuemos a subministrar dados práticos de reconhecida utilidade às autoridades que os pedirem; nossas obrigações para a Província ficarão assim generosamente desempenhadas, embora sejam temporariamente estéreis por inaplicação que vos não compete, e vos pode ser imputada.¹⁸⁸

Coube ao Estado, auxiliado pelos médicos higienistas, dar uma nova roupagem a cidade, mas daí que todos os projetos saíssem do papel e se concretizassem na realidade do dia a dia citadino, durou mais tempo do que esperava as urgências sanitárias. A Câmara Municipal, responsável pela execução dos projetos sanitaristas, não possuía nem recursos financeiros, nem muito menos pessoas disponíveis para fiscalizar as regulamentações das Posturas Municipais impostas à sociedade. O Dr. Aquino de Fonseca fez uma crítica acerca dessas limitações da fiscalização da higiene pública.

Por quanto dos Chefes de Polícia e as Câmaras estão certos de sua incompetência para apreciarem o motivo ou a utilidade do alinhamento das ruas, a colocação dos cemitérios antes nesse que naquele lugar, dita dos costumes, que pântanos devem ser esgotados; finalmente eles se conhecem autoridades impróprias para emitir seu juízo sobre tudo quanto possa corromper a salubridade da atmosfera, a salubridade dos alimentos, suas falsificações etc.¹⁸⁹

O problema é que os projetos modernizantes calcados na higienização da cidade se chocavam com as práticas administrativas existentes. Nem a sociedade, nem o poder público estavam aptos e, algumas vezes, nem dispostos, a assumir a

¹⁸⁸ MORAES, José Joaquim. Relatório da Sociedade de Medicina de Pernambuco. In: *Anais da medicina pernambucana*, ano I, n. II. 1843. In: *Anais da medicina pernambucana* (1842 – 1844). Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 197. p. 109.

¹⁸⁹ *Collecção dos Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco*. 1847, p. 137.

missão higienizadora, porque a população ainda não aderiu totalmente a essas novas práticas que tinham o objetivo de resolver os problemas de salubridade. A elite pensante da província ressaltava que, para alcançar o progresso e a modernização, era preciso que a maioria populacional que repelia as novas regras as aderisse, mas para isso era preciso oferecer alternativas para a implementação de um espaço urbano salubre, reordenando a saúde, a cultura e a moral dos espaços urbanos para corrigir e instruir a população.

Era preciso, antes de se desconstruir uma forma de se viver em cidades que foi comum há tanto tempo, segundo os médicos, construir, ou antes, fazer nascer um pensamento de valorização dos recursos naturais. Não respeitariam o curso dos rios, nem suas marés, ou a conservação das fontes de água se esse pensamento de valorização não existisse. Se não esclarecido que os recursos hídricos são fontes esgotáveis quando não são bem tratadas, a população não tomaria ciência disso.

Além dessa preocupação didática, os médicos higienistas faziam observação em relação à implantação dos hábitos civilizados europeus a nosso modo de viver, ressaltando que não podem ser integralmente incorporados por uma questão de clima e de espaço geográfico. Argumentavam que a criação de costumes deve ser baseada na realidade do lugar em que se vive e não ser cópia fiel dos modos de viver de Paris, por exemplo.

A questão da preocupação com os recursos naturais e suas formas de valorização foi frequente entre as classes médica, intelectual e engenheiros da província. O aumento populacional era o primeiro ponto a ser tratado nos problemas do espaço urbano, o seu rápido crescimento trouxe consequências na aparência da sujeira da cidade, e, sobretudo, nas suas formas de expansão de moradias indiscriminadamente, com construções desordenadas e que prejudicavam a natureza. O ponto alvo das queixas dos que se preocupavam com a higiene pública era a extinção dos espaços arbóreos da cidade. O Conselho de Salubridade Pública entra em campanha para a conservação das árvores existentes, e pelo incentivo a plantação delas tanto no campo privado, quanto no público.

Não é, pois, possível duvidar que as fontes de riquezas nacionais se esgotam e que o povo mal dirigido se extingue, destruindo por sua cabeça, ou ignorância, o que mais útil lhes é; e de certo se

mostrasse que em quanto não houve a plantação do algodoeiro e da cana, que não houveram tão devastadoras secas, que os rios se não secavam, e que a causa deste mal (em meu ver) é a destruição das matas; então seriam conservadas quaisquer que elas fossem, de construção ou não; se ensinasse ao povo que a base única e essencial, de sábia agricultura, é tratar de um palmo de terra, como se outro não houvera; então não veria o trabalho perdido de proprietários, que tem lavrado léguas quadradas, e cujo terreno apenas é hoje coberto por capoeiras, onde nenhum vivente de vida mais complicada, aí habita, e todos fogem em procura de terra fresca, ou por outra, coberta de matas; sabia lição que a natureza mudamente dá por seus filhos irracionais ao soberbo homem.¹⁹⁰

Os Médicos demonstram preocupação com a intervenção na natureza não só com as construções desordenadas, mas também com a edificação dos símbolos do progresso. É contra esse costume de degradação do verde na cidade, que o Conselho de Salubridade vai fazer esforços, trabalhando contra o corte de árvores e a destruição de matas, incentivando seu replantio e sua conservação.

Aquino Fonseca ressaltava a urgência da utilização da natureza de maneira racional, incentivando a reposição vegetal do que foi retirado da natureza, pois afirmava que o verde possuía qualidades e efeitos positivos sobre a salubridade da cidade e o bem-estar social.

Não se julgue que é somente a falta de pão que causa todo o dano; não, a fadiga, o cansaço, e a debilidade que produz o demasiado calor, tanto no homem como nos animais que o servem, favorecem poderosamente ao estrago da falta de pão, e predispõem a muitas moléstias.¹⁹¹

É nesse arcabouço que o Estado se configura como um propagador dessa ideia e colaborador da arborização da cidade moderna, para que Recife incorpore os valores burgueses tão em voga naquele tempo. Competia a Província a execução das obras Públicas, conforme a determinação do Ato Adicional de 1834, artigo 19, inciso 8, entretanto, competia à Câmara a execução das obras e serviços relativos as redes viárias da cidade. Nesse caso, incluíam os cuidados com limpeza urbana e arborização de ruas e praças, bem como as demais estruturas urbanas que serviam para o funcionamento da cidade.

Entre 1839 a 1889, de acordo com os dados de Maria Angela de Almeida

¹⁹⁰ *Collecção dos Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco*, 1848, p. 148.

¹⁹¹ *Idem*. 1848, p. 148.

Souza ¹⁹², as despesas da Câmara Municipal em serviços de infraestrutura (nivelamento, calçamento, conservação do sistema viário; limpeza de ruas, praças e pontes; plantação de árvores no cais, em ruas e praças) e em equipamentos urbanos (despesas com manutenção e melhoramentos - pequenas obras – em cadeia pública, cemitério público, mercado público, matadouro público) eram responsáveis por mais de 60% dos gastos destinados anualmente à Câmara.

A Câmara procurou atender as medidas requisitadas pela Comissão de Higiene Pública, aprimorando os serviços urbanos de limpeza, o problema seria reeducar os maus hábitos da população. Visto o discurso favorável à limpeza da urbe e a implantação de área verde nos espaços públicos da cidade encabeçada pelos médicos higienistas, a própria Câmara inicia o plantio de árvore na cidade, entretanto, encontra as mesmas dificuldades (se não maiores) em relação ao descaso da população por esses empreendimentos.

A câmara do Recife procura atender a essas medidas requisitadas a ela diretamente pela comissão de higiene pública, procurando aprimorar os serviços de limpeza urbana, apesar das queixas a respeito do mal habito da população. Mostrando-se insatisfeita com os serviços da companhia Recife Drainage, a câmara contrata os serviços de limpeza urbana com outra firma mesmo sem a aprovação prévia da presidência da província. O plantio de árvore na cidade, que a câmara do Recife assume, também, enfrenta as mesmas dificuldades em relação ao descaso da população por tal empreendimento, esse descaso se torna, inclusive, motivo de críticas do inspetor de saúde pública, em seu relatório apresentado a presidência da província.¹⁹³

Em 1840, a Câmara iniciou um processo de arborização da cidade com plantação de nogueiras de Bancoul, remetidas do Jardim Botânico de Olinda, onde, segundo Matheus Samico¹⁹⁴, essa espécie foi adaptada, as quais foram cultivadas no Cais do Colégio, também conhecido como Cais do Ramos, em distância de doze passos de uma árvore a outra. De acordo com Pereira da Costa, a convocação para plantar árvores se dirigia aos moradores da cidade, e a Câmara ficava responsável pela promoção dessa arborização, recebendo verba para que isso acontecesse. Por meio de editais, convocou os proprietários de prédios para que plantassem, em

¹⁹² Posturas municipais. p. 158.

¹⁹³ Câmara municipal do Recife, 1872, p.8.

¹⁹⁴ SAMICO, Mateus. O Jardim Botânico de Olinda (1811-1854). 2010.

frente às suas casas, as espécies de árvores que foram designadas pelos editais para esse devido fim. Mas somente o Comendador Francisco Antônio de Oliveira, futuro Barão de Beberibe, a frente de seus prédios situados na Rua da Aurora, o fez. Diante desse resultado, a Câmara Municipal tomou para si a incumbência da arborização da cidade, mediante quantia votada e que consta no seu relatório de 16 de dezembro de 1846.

Em 1854, a Câmara se lança novamente à promoção do projeto de plantação de árvores nas praças, ruas, e lugares da cidade que a comportem e que seriam mantidas através de recursos dos seus proprietários. Em 1857, a arborização se torna um serviço regular e de competência do Estado¹⁹⁵, orientador do caminho que a cidade deveria trilhar para se tornar uma sociedade “civilizada”.

De acordo com as discriminações das despesas no orçamento do Município do Recife, em sua previsão de despesa anual, entre os anos de 1839 a 1889, valores destinados à plantação de árvores em cais, ruas e praças só foram efetivadas às contas, entre os anos de 1857 a 1858. Nos anos seguintes, esse serviço pareceu ter sido suspenso, já que, até o ano de 1861, não foi destinado nenhum valor à despesa desses serviços. Em 1862, esse serviço volta a ser utilizado, estando presente no orçamento dos anos de 1862 a 1872. De 1873 a 1874, é novamente suspenso, para, a partir de 1875 a 1876, ter um aumento de seu valor orçamentário de mais de 50% da média dos valores que é a ele destinado, no ano seguinte, ele é suspenso e não volta em nenhum momento até 1880¹⁹⁶.

A Câmara Municipal procura atender a todas as solicitações da Comissão de Higiene Pública acerca das recomendações do plantio de árvores visando a purificação do ar, e credita toda a falta de asseio e cuidados à população que continua mantendo seu descaso aos melhoramentos urbanos, como é afirmado no relatório abaixo à presidência em 1878.

Há muitos anos que se começou a fazer a plantação de árvores nas ruas e praças e cais, entretanto ainda não há, senão poucos, arvoredos em estado de prestarem o auxilio que deles se deve esperar. Não é só a mortalidade devida a causas naturais que

¹⁹⁵ Comissão de Higiene Pública. Relatório do Estado Sanitário da Província de Pernambuco durante o ano de 1854.

¹⁹⁶ APEJE - Leis Provinciais de Pernambuco 1839 – 1889.

prejudica essencialmente as árvores. O instinto de perversidade de uns, o orgulho, a ignorância de outros tem sido a causa da perda de muitos arvoredos já crescidos.¹⁹⁷

De fato, apesar dos serviços da Câmara Municipal não serem satisfatórios, havia alguns momentos em que se agia em prol do bem estar social. A questão sempre estava amarrada a fatores políticos que facilitassem o andamento dos projetos, presidentes da província estando interessados em promover a “civilização” consoante com o apoio da Assembleia Provincial e da Câmara Municipal. E sempre creditar na arborização um fator salutar contra a cidade insalubre, mas a implantação de projetos sempre dependeu de boa vontade política. Em 1872, era a preocupação da Câmara Municipal:

Procurar melhorar este ramo de serviços, que tanto concorre para a salubridade da cidade, estudando o meio de transplantar árvores crescidas de que tire imediata conveniência, e busca alcançar o maquinismo preciso, pelo que pede a conservação da quota votada, sem que se deve interferir que ela descuro, deste serviço, que teve desenvolvimento, não só no largo do cemitério público, como na praça de casa forte, onde o auxílio dos seus habitantes, procedeu a câmara a limpeza e a plantação de árvores naquela praça, que de futuro promete agradável passatempo¹⁹⁸.

No ano seguinte, em 1873, as despesas para o plantio de árvores em ruas, praças e cais são suspensas. Depois disso, nos dados obtidos até 1889, não reaparece mais essas despesas no orçamento do Município do Recife. Apesar de, no ano de 1874, pensarem dessa forma:

Está ao alcance de todos a imensa vantagem que se aufer da arborização das cidades sob o duplo ponto de vista do aformoseamento e das condições higiênicas. A arborização tornando aprazível o aspecto da cidade, onde pode-se assim, dizer, é o oásis da nossa população no empo de grande calor, muito concorre para a sua salubridade. As árvores como tem o ímã de atrair a brisa que refrigera a atmosfera a purifica, e é por se achar compenetrada destas verdades que a câmara não tem poupado esforços para conjurar as grandes dificuldades com que tem arcado no melhoramento do plantio e conservação das árvores...¹⁹⁹

¹⁹⁷ Relatório que apresentou aos exm. Presidente da província em 27 de novembro de 1878 o inspetor de saúde pública dr. Pedro de attayde lobo moscoso. 1879, p.44. Www.uchicago.Edu/info/Brasil/pindex.htm .

¹⁹⁸ Câmara municipal do recife 1872, p.4.

¹⁹⁹ Câmara municipal do recife, 1874, p.5.

Assim, levando em consideração as discussões dentro do próprio espaço do poder público, do apelo da população por ambientes mais saudáveis, e, sobretudo, pelo momento histórico em que vivia não só o país, mas todas as sociedades que buscavam se civilizar aos moldes europeus. Este trabalho propõe o estudo de quatro praças que tem suas perspectivas de paisagem dentro da urbe modificada, a partir do conceito de civilização construído no trabalho alicerçado nos ideias de civilização e progresso que a documentação acessada transpareceu. Assim, nossa preocupação maior é atentar para os espaços de socialização que se fez nascer sob esse debate e que seguiram o modelo do jardim Romântico, trazendo a árvore como símbolo de purificação, são eles: a Praça da República, o jardim da Praça Maciel Pinheiro, o jardim da Praça Dezesete e, por fim, a Praça Visconde de Mauá.

3.1.2. A Árvore como redentora

Para Jean Delumeau²⁰⁰, nos primeiros tempos, o medo era proveniente da natureza, era dela que se originavam os principais medos, as epidemias - notadamente a peste e o cólera -, as más colheitas que provocam fome, os incêndios causados, sobretudo, pelos raios, os terremotos, as erupções vulcânicas, os maremotos, etc.²⁰¹ Daí, talvez, possa se explicar que esse medo permeou o desejo de dominação da natureza. Ter domínio sobre o que lhes causa medo é domesticá-lo, tornar o homem “superior” a ele, logo, superior à natureza.

Desde o século XVI, as ideias sobre a natureza passaram por grandes transformações alterando a relação entre as pessoas e o verde. A vegetação, que anteriormente provocava tanto receio, passou a ser encarada de forma positiva. Seguindo a visão aristotélica-tomista a natureza era traçada pelas mãos de Deus, que legislava sobre todas as coisas. Os ciclos naturais, as modificações do meio natural, tudo era regulado e ordenado por uma força superior. Deus, para o medievo, era a própria natureza. A partir do Renascimento, com a difusão de ideias

²⁰⁰ DELUMEAU, J. *A história do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁰¹ Parte da palestra que o historiador Jean Delumeau fez no Brasil nos dias 25 e 26 de agosto de 2004.

antropocêntricas a relação homem-natureza sofre grandes modificações, o homem é o centro e por isso apto a explorar e se apropriar da natureza. Conjuntamente ao advento do capitalismo, a visão animista teológica do universo se desfaz e uma nova percepção da natureza que atendia aos interesses do nascente modo de produção europeu ascende. Em tempos de revolução científico-industrial a natureza passa a servir de uso ao ser humano para o seu desenvolvimento, conferindo a natureza um status de meio de obtenção de lucro, acreditando-se na infinitude dos recursos naturais. Desenvolve-se uma relação de exploração da natureza pelo ser humano, num voraz uso desses recursos naturais, até que esses deram sinais de que não são ilimitados.

Era preciso dominar o que se considerava “natureza selvagem” e ao mesmo tempo criar uma relação de proximidade com a natureza planejada, motivados por preocupações estéticas e salubristas. Essa lógica de pensamento permeou a Europa desde a Idade Média, na qual os elementos arbóreos, enquanto ambientados nos espaços urbanos, já faziam parte do cotidiano das pessoas.

No Brasil, no entanto, foi apenas no final do século XVIII e do século XIX, que a preocupação com a paisagem, a aproximação da natureza e a busca mais aprofundada de seu conhecimento começa a adquirir maior importância, segundo Carlos Terra²⁰². Principalmente, por influência das regulamentações médicas sobre o espaço urbano e a importância de um ar desodorizado, atribuindo ao verde uma maior participação dentro da cidade, mais especificamente, ao elemento arbóreo.

Na percepção de Josué de Castro a paisagem é um conjunto de fatores na categoria de paisagem natural, a qual abrange água, vegetação, topografia, e que sofre direta intervenção de fatores da categoria cultural que são estradas, canais, edificações, transformando a paisagem natural em paisagem cultural²⁰³. A paisagem cultural é, pois, para o autor, uma projeção da cidade constituída sob as formas naturais e culturais, onde se dá a conquista da paisagem natural pelo organismo urbano. Assim, a cidade se constrói nessa ligação entre o natural e o cultural, ocorrendo na maioria das vezes uma subjugação do primeiro pelo segundo. É o advento da cidade industrial, da cidade doente ou da cidade liberal.

²⁰²TERRA, Carlos G. *O jardim no Brasil no século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

²⁰³CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. p. 24 e 163-6.

As transformações ocorridas nas cidades do mundo ocidental no século XIX resultaram numa reavaliação desse modelo de cidade. A “cidade liberal”, como alcunha Leonardo Benévolo²⁰⁴, era determinada pelos interesses exclusivos da propriedade privada, visando o lucro. Esse modelo orientado pela ideologia do liberalismo representava um ambiente baseado na livre concorrência e na ausência de interferência do poder público, gerando um ambiente desordenado e inabitável.

A desordem do ambiente citadino e a baixa qualidade de vida não pôde se perpetuar, visto que a poluição do ar e da urbe tornou-se um problema não só para as “classes perigosas”. Estado e sociedade influenciados por novos valores e pensamentos buscaram uma nova concepção urbana a ser aplicada, principalmente nas cidades capitais, bem como impulsionados pela teoria miasmática que resultou no desejo de salubridade dos ambientes. Era preciso além de (re)ordenar os espaços urbanos, desodorizar o ar, tornando-o mais puro, incluindo o verde dentro da urbe com o intuito de desobstruir o ar congestionado. Nessa perspectiva é que a arborização através da criação de praças e parques dentro da cidade é vista como formas de alcançar esse fim.

A preocupação em se organizar políticas públicas que viabilizassem as reformas urbanas aproxima dos ideais de reformas da cidade idealizada pelos socialistas utópicos, qualificados por Choay²⁰⁵ de pré-urbanistas. As primeiras propostas de intervenção no espaço urbano visava primordialmente sua ordenação, de modo a oferecer as cidades industriais/liberais/doentias alternativas.

O Inglês Robert Owen e o francês Charles Fourier imaginavam criar comunidades industriais baseadas na solidariedade humana, no trabalho comunitário, próximas à natureza, ambos visavam um retorno a essa natureza deixada para trás, dispensando grandes atenções a esses espaços para recreação e embelezamento. Assim, a partir dessas ideias é que são elaboradas as propostas urbanas modernas, com a inclusão de malha verde, disperso em ruas, praças, jardins, parque e campos da cidade.

De acordo com Ana Rita Sá Carneiro²⁰⁶, na Grã-Bretanha em 1830, a

²⁰⁴BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 2ª Edição. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1993.

²⁰⁵CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* São Paulo, Perspectiva, 2011.

²⁰⁶CARNEIRO, Ana Rita Sá. “A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife”. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Coord.). *História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís*. Recife. Editora Bagaço. 2005.

despeito da existência de vários parques, surge o Movimento dos Parques Públicos, com o apoio do Estado, arquitetos e sociedade civil, com o intuito de expansão dos parques municipais, estes parques seriam administrados pelas autoridades locais, no entanto o seu acesso ainda seria controlado, numa clara demonstração de perpetuação de lutas de classe. Obviamente que o controle se daria na exclusão da “classe perigosa” desses ambientes. Como lembra Hobsbawm, enquanto as epidemias só atingiam a massa da população, não se buscou meios para solucioná-las:

Só depois de 1848 quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos, e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática.²⁰⁷

Esse movimento reivindicava novos parques urbanos, porque via neles uma forma de amenizar os problemas da cidade, os parques, praças e jardins atuariam como “pulmões verdes”²⁰⁸ filtrando o ar poluído que causava doenças. Esse movimento trouxe uma discussão maior sobre as necessidades de se implantar o verde com o intuito de melhorar as condições de vidas da população. Ele buscava referência em outros países da Europa que instituíram os parques públicos nas suas cidades capitais, na Alemanha, desde 1824, já existiam parques urbanos de uso público²⁰⁹. Um dos exemplos mais emblemáticos de novo centro urbano foi proposto por Ebenezer Howard (1850-1928), o modelo de cidade-jardim que propunha uma maior parte de seu espaço dedicado a áreas verdes, e implantado em algumas localidades da Grã-Bretanha.

Desde o Renascimento, as vilas italianas abriam seus jardins ao público, bem como os jardins ingleses o foram, embora não muito frequentemente²¹⁰. Mas, segundo Hugo Segawa, foi no século XVII que os jardins se tornaram espaços públicos, estabelecendo uma relação tênue entre praça e jardim, ao longo do século XVIII, várias cidades capitais construíram o seu passeio ajardinado, como Berlim,

²⁰⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*; trad. Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 223)

²⁰⁸ WELCH, David. *The Manegement of Urban Park*. London: Longman, 1991.

²⁰⁹ Na Grã-Bretanha até o final do século XIX o uso dos parques ainda não era totalmente aberto ao público.

²¹⁰ LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitetura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983. P. 94

Hamburgo, Dublin, Amsterdã, Bordeaux, Nancy, Viena, Munique, Madri e Lisboa²¹¹.

Londres introduziu o padrão *square* que evoluiu, nos séculos XVII e XVIII, a partir do desejo de privacidade das famílias britânicas de alta classe, eram jardins fechados circundados por vias públicas e casas. Somente os moradores de seu arredor possuíam sua chave, o que deixa visível que somente um grupo seletivo tinha acesso a eles.

Mas é o século XIX que introduz no planejamento urbano as construções de jardins e praças públicas. Se na Grã-Bretanha o paisagista Humphry Repton iniciou a movimentação pelo parque; nos EUA esse movimento foi encabeçado por Frederick Law Olmsted, o criador do Central Park; na França, foi o Barão de Haussmann que conduziu a reforma urbanística de Paris.

É nesse contexto que se reconhece nas árvores um recurso viável em favor da salubridade urbana, já que o emprego da vegetação nessas áreas favorecia a circulação de ar e a dissipação de eflúvios nocivos, combatendo os lugares pútridos, focos de doenças, se reportando à importância da vegetação dos espaços públicos e do jardim ao bem estar urbano. Inicialmente essa iniciativa por jardins vai se dar nos locais centrais da cidade, como forma de sanar seus problemas, mas, seu uso, fica restrito a alta classe, criando um ambiente para ver e ser visto.

A política higienista que se desenvolveu nesse período foi praticamente responsável para que os espaços públicos assumissem uma nova feição, libertando-os das mazelas provocadas pela industrialização e aumento demográfico. A primeira intenção fora sempre salubridade, mas tomou, logo de imediato, outros rumos, como o do belo, que se tornou sinônimo para limpeza, e contato com a natureza. O que consistia no oposto de tudo que se vivenciara até aquele momento.

A árvore durante esse período assume uma nova importância na organização do espaço, deixando de causar estranhamento ao ambiente, passando a ser um elemento integrante na vida urbana. É atribuída a árvore uma identidade social no espaço que fora renegado a ela. Os modelos de redefinição da malha urbana, concebidos na segunda metade do século XIX, atribuíram a árvore o papel de redentora dessa paisagem. Representava o símbolo da qualidade de vida, uma forma de purificar o viver na cidade, e foi, conseqüentemente, um recurso central para o redesenho da malha citadina. As falas instituídas, seja a do poder público,

²¹¹SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil* - Studio Nobel, 1996. p. 31 – 44-45.

dos médicos e arquitetos, ou da sociedade, elevaram a árvore, de elemento figurante, à agente fundamental na composição dessa nova paisagem²¹². Como afirma Camilo Sitte, em sua obra *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*, na qual ele analisa o verde na metrópole, defendendo que áreas arborizadas são fundamentais para a boa qualidade de vida do cidadão, afirmando que:

O melancólico indivíduo metropolitano é um doente em parte imaginário, em parte real, sofrendo da nostalgia e da saudade da natureza ao relendo. Esta moléstia, que pode agravar-se a ponto de entorpecer qualquer vontade de trabalho, não é curada através da inalação inconsciente de tantos por tantos cúbicos de oxigênio ou ozônio, mas com a visão sobre o verde, na representação da terna e cara mãe natureza. O construtor urbano pode e deve contar com isso, e assim, sua tarefa será solucionada; e se, por um lado, a reivindicação de alguns metros quadrados de folhas verdes para a respiração de cada pulmão significaria a dissolução da cidade inteira em um infinito bairro residencial, por outro lado, no entanto, basta a possibilidade da mera sugestão, de um simples olhar sobre folhagens ou mesmo sobre uma única árvore, transpondo com seus galhos vigorosos a altura do muro e assim enchendo de vida uma rua inteira; ou então o quadro formado por uma tília robusta em um tranquilo recanto de uma praça, talvez junto a uma fonte rumorejante; ou ainda um amplo campo gramado e florido distante, defronte à ala de um imponente edifício monumental. Já é bastante conhecido o fato de a imaginação não precisar de uma massa de efeitos, mas apenas de estímulos e associações²¹³.

Como sua obra foi escrita nos fins do século XIX ela é atual ao pensamento vigente na época, refletindo quase como um documento a realidade europeia desse período, por isso, ela é imprescindível a qualquer trabalho que credite poder ao elemento arbóreo como reformulador do espaço.

A utilização da árvore esteve submetido a objetivos que representavam preocupações funcionais, estéticas e ambientais, pois a prática da arborização não se restringiu ao simples ato de plantar árvores pelas ruas e demais áreas livres da cidade. A arborização assume propósitos mais nítidos em função dos discursos onde a vegetação, principalmente a arbórea era responsável pela higienização do ar e embelezamento das vias urbanas. A cidade respondeu a um projeto urbanístico

²¹² ANDRADE, Rubens de. A construção da paisagem urbana no Brasil: processos e práticas de arborização. In: TERRA, Carlos. *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004. p. 80

²¹³ SITTE, Camilo. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática, 1997. p.169-170.

motivado por um modelo ideológico de civilidade importado da Europa para ordenar a construção da paisagem urbana das cidades capitais do Brasil.

Para Virgínia Pontual²¹⁴, a Europa civilizada, do liberalismo, do mercantilismo das Luzes, da moda impõe-se como referência maior do século XIX. É influenciado pelas teorias higienistas e pelo modelo de urbanização que implanta áreas verdes na cidade que o Recife se enquadra nas novas experiências urbanísticas.

A ordem era clara, disciplinar o espaço urbano, civilizar os costumes, criar intolerância ao fedor da cidade doentia. Para pôr fim aos odores nocivos era preciso encetar o asseio corporal a moradia e ao espaço público, contrastando com a realidade secular do Recife, onde se presenciava a falta de circulação do ar, umidade excessiva, ausência de escoamento de águas das chuvas, entulho de lixos e dejetos e o próprio mangue era visto como pântano repleto de doenças.

O Recife apresentou previamente um projeto que definia a implantação ordenada de árvores em seus espaços públicos. Inicialmente, esse processo não foi planejado e nem repensado para o porte da cidade, o Recife era uma cidade grande, densamente populosa, e seus bairros principais inchados de construções. O primeiro processo de arborização, citado por Pereira da Costa nos *Anais Pernambucano*, tem um caráter de remediação, à medida que tentou encaixar dentro das condições, já existentes, um projeto de arborização sem solucionar os problemas urbanos. Daí o seu resultado não ser satisfatório, já que somente o Comendador Francisco Antônio de Oliveira, futuro Barão de Beberibe, arborizou a frente de seus prédios, situados na Rua da Aurora²¹⁵.

O processo de arborização levado mais a sério consta de fases distintas, desde o suporte técnico, definição quanto às espécies, à disposição das mesmas nos logradouros públicos e seu porte, o grande problema sempre foi implantar esse projeto quando as ideias de higienização ainda não estavam difundidas e a relação do homem da cidade com as árvores ainda não havia sido estabelecida sob as bases da reconciliação. Essa relação de integração entre o homem e a natureza na cidade novecentista:

Se baseava em parte na interdependência entre o ambiente natural e

²¹⁴PONTUAL, Virginia. *Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado*. In: *História e Paisagem: Ensaio urbanísticos do Recife e de São Luís*.

²¹⁵COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucano*, v. 10, p. 229-30.

o homem, com a criação de uma política pretensa a minorar o grau de degradação que a sociedade impôs a natureza, ignorando assim os benefícios que o contato mais próximo entre a fauna e a flora poderia proporcionar a paisagem como um todo.²¹⁶

Durante a década de 1840 ocorreram algumas iniciativas de plantio sistemático de árvores na cidade. No entanto, chocava-se com essas determinações públicas o (mal) comportamento da população. Contra essas atitudes, a Câmara Municipal lança diversas posturas de respeito às árvores, proibindo arrancar galhos, folhas e frutos delas, criando uma polícia de praças, cais e mercados²¹⁷.

Figura 1. Pátio do colégio ou Cais do Ramos antes da arborização.



²¹⁶ANDRADE, Rubens de. A construção da paisagem urbana no Brasil: processos e práticas de arborização. In: TERRA, Carlos. *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004. p. 78.

²¹⁷APEJE. *Manuscritos, série CM* – Câmara Municipal.

Figura 2. Cais do Ramos ou do Colégio após a arborização, em 1858.



A arborização é um fenômeno que transcende ao simples ato de plantar árvores pelas ruas da cidade, ela é uma forma de pensar, visava corroborar ao projeto civilizatório. Era civilizatório, mas estava calcado na base do incoerente com o discurso do progresso, porque o uso ordenado do elemento arbóreo na cidade entra em choque com o desmatamento de áreas usadas para novas construções, como as áreas destinadas a estradas e aterramento.

A onda modernizadora apresentava duas faces, uma era a ideia de arborizar os espaços urbanos; a outra, de remodelar, construir e expandir os horizontes citadinos que se apresentavam inchados de pessoas e abarrotados de construções irregulares. A solução vista pelo Estado, o grande gestor dessas reformas, foi introduzir meios de transportes de massa modernos que pudessem cobrir grandes distâncias em curto espaço de tempo. Com a criação das companhias de transporte público urbano, a expansão física do Recife se tornou visível. Com esse projeto, facilitou a expansão dos limites da cidade para os subúrbios, segundo Zanchetti o traçado das linhas das estradas definiam novas áreas de loteamento da periferia, áreas que foram desmembradas de antigos engenhos, primeiro em sítios, depois em lotes.

O traçado desses caminhos partia da área central da cidade, as rotas de transportes cortavam a área urbana, uma do bairro de São José para Afogados, permitindo a ocupação da Rua Imperial. Outra, indo da Boa Vista a Madalena e Torre. Uma terceira indo da Boa Vista a Capunga, Santana, Casa Forte e Monteiro.

E uma quarta que ia da Boa Vista a Olinda.

Essa movimentação para o subúrbio da cidade não foi coesa com as iniciativas de arborização urbana. Se nesse espaço havia uma preocupação em tornar o verde uma constante, essas novas rotas priorizavam o desmatamento, alargamento de estradas, reduções de manchas de manguezais, aterramentos. O que significava um movimento contrário ao que ocorria dentro da cidade.

Em contrapartida, pelo desenvolvimento de transportes e a autorização, por parte do Estado, para construção de linhas férreas, em 1852, pela iniciativa privada foi significativo o movimento da população em direção às áreas mais afastadas do núcleo central da cidade. Como se pode ver no quadro abaixo:

Tabela 2. Recife 1821/1910 – Número de edifícios por bairros

Bairros	1828	1844	1883	1910
Recife	964	1068	1414	1180
St. Antônio/ S. José	2731	3157	5298	5395
Boa Vista	1021	1314	2865	3233
Subúrbios	914	-	3925	7815
Total	5630	5539	13529	17623

Fonte: Zanchetti, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife*.

De acordo com o quadro, o bairro do Recife apresenta crescimento muito pequeno do número de edifícios por ser uma porção da cidade congestionada há muito tempo. Os bairros de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista expandiram, entre 1828 e 1883, 94% e 81%, respectivamente. Contudo, o movimento mais surpreendente foi o que ocorreu em direção aos subúrbios, causando um crescimento de 432% no número de construções²¹⁸. Ou seja, durante o período em que o Recife se modernizava aos padrões civilizacionais europeus, o crescimento do número de edifícios nos arredores se tornou maior em áreas mais arborizadas, menos poluídas e distantes do centro da cidade. Era o processo de urbanização que legitimou o subúrbio e aproximou campo e cidade.

²¹⁸ZANCHETTI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989, p.147.

Tabela 3. Recife – Distribuição espacial da população 1844 -1872

Zonas	1844	1872
Recife	10975	7273
St. Antônio	32441	15910
S. José	-	17865
Boa Vista	13503	23071
Afogados	-	5433
Graças	-	5537
Madalena/Torre	5272	11755

Fonte: Zanchetti, Silvio Mendes. O Estado e a Cidade do Recife.

De acordo com o quadro acima, a distribuição espacial da população se alterou de modo significativo durante o período de estudo desse trabalho. Nesta tabela acima, percebe-se que as zonas centrais perdem população tanto em número absoluto, quanto relativo. O bairro do Recife teve sua população residente reduzida, e tanto Santo Antônio quanto São José cresceram em taxas muito inferiores às zonas periféricas do núcleo central²¹⁹.

Os bairros mais centrais tiveram preenchimento dos vazios urbanos com construções destinadas à habitação de grupos sociais de renda mais baixa, as “classes perigosas”, bem como locação de oficinas no setor de pequena produção mercantil e do pequeno comércio. Nessas regiões, havia a ocupação também de construções precárias de taipa e palha, ocupadas por estratos mais baixos da população livre. A Boa Vista era alojada pelos residentes de “classe média”, pelo comércio de gênero de primeira necessidade e profissionais liberais. A ocupação dos subúrbios realizava-se segundo grandes lotes, destinados a chácaras, ou casarões senhoriais, nas áreas mais nobres. A cidade foi expandindo seu território para o interior da província, e os mais abastados abandonavam os centros urbanos, deslocando-se para a periferia, formando novos bairros, isolando-se em bairros mais arborizados e luxuosos como o bairro da Madalena, Poço da Panela e Apipucos, deixando o centro da cidade para as camadas mais pobres.

A expansão para novas áreas fora do centro urbano foi influenciada pela expansão dos transportes, mas houve outro fator, muito mais sutil, aliado a esses outros três que contribuiu para essa expansão, que pode ser considerado como a

²¹⁹Idem. p. 137.

mudança de percepção da relação homem/natureza. O homem procurava entrar em harmonia com o meio natural valorizando a natureza, buscando a solução para os males da “modernidade” em um mundo que lhe era oposto. Como afirma Gilberto Freyre sobre esse tipo de moradia comum nos anos de modernização do Recife:

A casa de sítio, recordaremos mais uma vez que conservou, perto das cidades, quase dentro delas, farturas de casa de engenho ou de fazenda. Foi, quando pôde, casa-grande rural. O que permitiu que em torno dela se espalhassem jardins extensos, quase parques, que purificavam ou perfumavam o ar das ruas ou estradas. Verdadeiras criações brasileiras de arquitetura paisagista que, segundo Araújo Viana, foram ensaiadas nos pequenos jardins dos quintais mais burgueses²²⁰.

Essas novas áreas de moradias, nem tão longe do centro que não pudessem chegar através dos transportes públicos, nem tão perto dos engenhos de cana de açúcar, corresponderam às novas percepções da modernidade, refletindo a relação refeita entre o homem citadino e a natureza. Cumprindo um modelo, é claro, de civilização que convinha ao molde europeu de se viver bem, esse exerceu grande influência no paisagismo ao introduzir o passeio ao ar livre e o gosto pela natureza.

Uma vez instalados em “chácaras” ou em “sítios”, os ingleses inglesavam no que era possível. Entendiam os jardins. Alguns esmeravam-se na cultura de orquídeas. E com o tempo, essas casas se tornaram verdadeiros modelos para os brasileiros ricos e elegantes, que foram aprendendo a admirar nos ingleses não só a ciência da casa como a do jardim, a do sítio, a do gramado (...) que não se limitaram a adaptar à sua ciência de paisagistas ou à sua arte de conforto doméstico as chácaras, ou casas de residência suburbana, ou mesmo rural, que encontraram em nosso país²²¹.

Não se pode deixar de considerar que a intervenção na paisagem através da implantação do estrato arbóreo da cidade com o surgimento de políticas públicas voltadas para a melhoria do espaço urbano relacionando a higiene, a salubridade e o embelezamento transformou a relação do homem com a natureza no ambiente privado, das portas para dentro. Ocasionalmente uma revolução da jardinagem, em que cultivar plantas além de ser considerada uma atividade prazerosa era também de muito *bom tom* para a sociedade novecentista: ostentar o ser-se civilizado. A

²²⁰FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 13ª edição. Record, Rio de Janeiro, 2002. p. 232

²²¹FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil: aspectos da influencia britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977. p. 162-163.

reeuropeização – no sentido inglês ou francês²²² - que redefiniu cores e formas na paisagem urbana predominou na segunda metade do século XIX. Tornara-se moda o jardim ao redor da casa, um jardim separado do pomar e da horta, um jardim francês, com plantas europeias e exóticas cultivadas por floristas franceses. O mercado de jardim no Recife beneficiou a comercialização de mudas e espécies exóticas, tornando o ramo de jardinagem bastante rentável.

3. 1. 3. O jardim botânico do Recife e os arrematantes de Jardim

O Francês Louis François de Tollenare escreveu em seu diário aspectos importantes da vida social e política, dos costumes, economia, cultura da sociedade da época, dentre eles está essa observação sobre o Jardim Botânico de Olinda:

Fui ver o jardim de aclimação das plantas exóticas [*de Olinda*]. [...] Com efeito, estranho ainda às plantas indígenas que a cada passo excitam a minha admiração, como não me sentir atordoado em meio de um jardim que oferecia aos meus olhos [...] vegetais interessantes? Achava-me ali como um homem a quem se embriaga apresentando-lhe copo sobre copo de vinhos estrangeiros que em breve o fazem perder a razão. Abstenho-me de falar do arrebatamento que me causou este estabelecimento; ainda experimento toda a sua ebriedade.²²³

Em 19 de novembro de 1789, o aviso Régio ordena a criação de um jardim botânico em Pernambuco, o governador de Pernambuco e a junta governativa responderam a D. Rodrigo de Souza Coutinho, “*na inteligência de concorrer de nossa parte tudo quanto for aplicável a fim de estabelecer nesta capitania uma obra de tanta importância, na forma que sua Majestade determina*”²²⁴. No entanto, não passou de boa vontade, pois o projeto não foi realizado, somente anos mais tarde quando D. José Joaquim de Azeredo Coutinho viria para estabelecer um seminário para a educação de jovens, criando para isso o Colégio os Jesuítas, em Olinda, introduzindo novos professores e acrescentando o ensino de humanidades, o ensino

²²² Não está se falando aqui na europeização com influências portuguesas, em meados do século XIX essa europeização toma outro referencial.

²²³ TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/ Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1978. [Do original: *Notes dominicales prises pendant un voyage em Portugal et au Brésil em 1816, 1817, 1818*].

²²⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. [Estudo biográfico e notas]. In: CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*. Coligadas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. p.69.

de física e botânica²²⁵.

De acordo com Samico, a situação da capitania de Pernambuco era bastante favorável para a criação de um Jardim Botânico, desde o final do século XVIII, mesmo antes da ordem de Souza Coutinho em 1798. A criação do Seminário contribuiu para a difusão sistemática dos conhecimentos da história natural entre os alunos da instituição que foi extinta em 1824. Mas é com a chegada da corte real ao Brasil que a situação modifica-se e a própria conjuntura se torna mais propícia a seu desenvolvimento impulsionada pela criação do Jardim Botânico e do Museu Nacional²²⁶

Em 26 de dezembro de 1810, D. Rodrigo de Souza Coutinho indicou Manuel De Arruda Câmara, naturalista e botânico renomado pelos seus estudos sobre a fauna e flora do nordeste, para organizar o Jardim Botânico de Pernambuco. Seria, antes de sua criação, local de observações e experimentos do Padre João Ribeiro e de Arruda Câmara. No entanto, ele morreu antes de assumir a incumbência. O Jardim Botânico foi criado em Olinda efetivamente em 1811, boa parte do acervo do horto veio da *La Gabrielle*, de Caiena, depois da invasão do Brasil à Guiana Francesa e seu primeiro diretor Etienne Paul Germain, assumindo a direção em 1812. Recebeu do padre João Ribeiro, uma relação de plantas já aclimatadas no jardim, muitas delas com espécie com grande potencial econômico. Germain manteve-se na direção até 1817, durante as manifestações da Revolução de 17, ele foi deposto. As plantas exóticas que vinham de Caiena e as Indígenas vindas do Jardim Botânico do Pará cresciam rapidamente, de acordo com Tollenare, que mencionava entre essas plantas a caneleira, a pimenta, o cacaueteiro, a cana de caiena, o girofleiro e a muscadeira, além da baunilha, gengibre, salsaparrilha e epecacuanha, dentre muitas outras espécies.²²⁷

O Jardim Botânico de Olinda parece ter cumprido o seu papel nas décadas que permaneceu em funcionamento, num constante e expressivo movimento de transferências de vegetais. O Horto tinha objetivo agrícola, científico e econômico,

²²⁵ Apud Almeida, Argus Vasconcellos de; Magalhães, Francisco de Oliveira; Câmara, Cláudio Augusto Gomes da & Silva, Jadson Augusto de Almeida da. "Pressupostos do ensino da Filosofia Natural no Seminário de Olinda (1800- 1817)." *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 7* n°2, 2008. pp.480-505, p.483. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen7/ART12_Vol7_N2.pdf. Acesso: 12/11/2014.

²²⁶ SIMON, Mateus Samico. *O Jardim Botânico de Olinda (1811-1854)*. Monografia, CFCH, Recife. p. 93.

²²⁷ Tollenare, L.F. de. *Notas Dominicaes...* Op.cit., p.171.

sua finalidade era ser um local onde fossem aclimatadas plantas úteis ao comércio e agregasse conhecimento sobre a flora nativa, alcançando a condição de entreposto e distribuidor de sementes e mudas vindas do Jardim Botânico do Pará. Tollenare e George Gardner mencionaram, em anotações, sobre suas visitas à abundância de plantas exóticas, não ressaltando espécies nativas. O Horto também teve um grande papel no desenvolvimento agrícola de Pernambuco destacando-se a aclimação e distribuição da cana caiana, de maior produtividade que a cana crioula cultivada antes e do capim Angola.²²⁸

Com a saída de Germain uma série de diretores deu continuidade ao seu trabalho, alguns com maior destaque e desenvoltura para lidar com os misteres da aclimação, como Bernardo José Serpa Brandão, permanecendo entre 1822 a 1826, e, depois, em 1829, assumiu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, exercendo esse cargo por 22 anos. Entre os últimos diretores do horto se destacaram o Dr. Joaquim Jerônimo Serpa, médico, professor de botânica e interessado no uso medicinal das plantas, e Bernardino José Serpa, o último diretor do jardim botânico, nomeado em 1842. Em 1854 confirma-se a ferina observação de Tollenare, quase uma previsão no período que Germain era o diretor “*O jardim botânico de Olinda é ainda um exemplo do que se encontra tão amiúde em Portugal; quero dizer: concepções sábias e benfazejas abafadas por execuções infieis e imprudentes*”.²²⁹

O horto foi de grande importância na introdução, aclimação e na distribuição para beneficiar muitos sítios recifenses e propriedades rurais em Pernambuco, além da distribuição de mudas remetidas a outras províncias brasileiras, inclusive para fora do Brasil. Durante o período de existência do horto, não houve preocupação relacionada à arborização de ruas ou ajardinamento de praças por parte do Estado e nem por parte da iniciativa privada, com exceção a que se procedeu no Cais do Colégio, usando na arborização a espécie nogueira de Bancul já aclimatadas em Pernambuco no Jardim botânico e que Pereira da Costa lista no nono volume dos *Anais Pernambucanos*²³⁰. As demais reformas urbanas que utilizaram o elemento arbóreo só vieram ocorrer novamente após a década de 50, quando o Jardim

²²⁸ RODRIGUES, J. ; DUTRA, M. ; ALBUQUERQUE, P. ; DIAS, S. ; ALMEIDA, A. V.. Aspectos histórico-ecológicos do Horto d'El Rey de Olinda, Pernambuco. Mneme – Revista de Humanidades, Caicó, v. 7.n. 19, dez. 2005/jan. 2006. p. 388-413. Disponível em <http://www.seol.com.br>.

²²⁹ Tollenare, L.F. de. *Notas Dominicaes...* Op.cit., p.

²³⁰ COSTA, Pereira. A lista encontra-se no volume nono dos *Anais Pernambucanos*, p.301-302.

botânico já havia deixado de existir desde 1845.

Quando o jardim foi extinto, a tarefa de introdução de novas espécies exóticas deveu-se a iniciativa privada, sobretudo os vegetais de ornamentação de jardins, mais voltados para o ideal de civilização e embelezamento do que para viabilizar a agricultura da região. É justamente no momento em que se abandona o costume de utilizar flores sintéticas substituídas pelas flores naturais, resultado do cultivo de jardins e sítios que se tornou hábito, que os horticultores franceses expandiram os seus jardins particulares. De acordo com José Antônio Gonçalves de Mello,

Foram os horticultores franceses e um notável pioneiro, Carlos Frederico da Silva Pinto (de quem não tenho indicações pessoais), os introdutores aqui não só de algumas árvores de fruto como sobretudo de vegetais de ornamentação. [...] foi, porém, Silva Pinto que mais se distinguiu por suas iniciativas e atividades desde 1853 e o seu jardim da Rua da Soledade nº 70, depois pelo seu proprietário já designado de “jardim público”, foi o centro de onde se difundiu grande quantidade de espécies hoje vulgares entre nós. Situava-se ele “ao pé da Trempe”, “no corredor da igreja de Nossa Senhora da Soledade”, conforme referências dos Diários de 8 de abril de 1853 e de 5 de agosto de 1856.²³¹

O jardim de Silva Pinto desapareceu em 1866, mas a ele sucederam vários outros jardins públicos e, sobretudo, surgiram negociantes independentes, anunciando venda de novas espécies.

Durante as reformas urbanas que envolveram arborização de praças e vias públicas, o horto de Olinda já havia fechado suas portas, assim, deduz-se que as vegetações de que se utilizaram empreiteiros, arrematantes e engenheiros da ROP deveriam ser as dos jardins públicos. Não foi encontrada documentação a respeito de onde eram remetidas essas plantas, nos ofícios, licitações e projetos, as plantas eram escolhidas e não havia indicação de quem seriam os negociantes desses vegetais. Os documentos analisados evidenciaram que as espécies de vegetais plantadas nas ruas e praças, nem sempre eram escolhas do poder público, uma vez que a ROP, órgão que se responsabiliza pela construção e reparo de obras públicas, sofre, durante a história de seu funcionamento, esvaziamento de sua função. O que

²³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 208.

deveria ficar ao seu cargo, é destinado a empresas empreiteiras e por arremates, essas que definem as espécies que melhor serviriam para a arborização dessas localidades urbanas. Claro, que houve casos de exceções como o ajardinamento da Praça Conde D'eu²³² que contou com iniciativa privada do Doutor Lobo Moscoso, cabendo a ele as escolhas acerca do tipo de espécies a serem plantadas no ajardinamento da praça.

²³²Hoje Praça Maciel Pinheiro.

4. “A Praça é do povo como céu é do Condor”²³³

A partir da voz “anônima” do editorial abaixo, pode-se inferir que a sociedade, impregnada de manifestações políticas que se refletiam nas reformas urbanas que acompanhavam o Recife desde a década de 40, via a modernidade adentrar o Recife.

Agora que a nossa cidade acaba de receber a decente iluminação que há tanto tempo demandava (...) é necessário que (...) se venha juntar outra fruição civilizadora, que nos convide a passear de dia, e que tão comum é hoje em cidades muito menos importantes que a do Recife: queremos falar de um Passeio Público. Os povos modernos não vivem somente de pão: há outras precisões que eles têm a satisfazer (...) ²³⁴

E, se o setor público encabeçava as reformas respaldadas nos ideais de progresso e civilidade, nada mais natural que a sociedade também se inebriasse por esse pensamento modernizador, e tão logo viesse exigir reformas que afetassem seus hábitos e costumes. A esses apelos juntaram-se outros, mas o fato é que essas reivindicações foram correspondidas somente na década de 1860.

Como ponto de diversão pública, aos domingos, com a pomposa denominação de Passeio Público, foi por muito tempo assim chamado o lanço de Cais que nos referimos, até que, desaparecendo os bancos, parte da arborização e não havendo mais tocatas dominicais, ficou o público privado dessa única recreação que tinha. Algumas praças, posteriormente ajardinadas, vão em parte amenizando a palpitante necessidade de um passeio público, como desde muito requer uma cidade nas condições do Recife ²³⁵.

Até então o Cais do Ramos, ou cais do colégio foi a primeira área a ser arborizada, inserida no movimento de composição da paisagem verde pelo Estado. No entanto, sendo essa iniciativa pouco satisfatória, não surtiu o efeito desejado pelos órgãos públicos. A prática do ajardinamento inserido nos discursos de reorganização dos espaços urbanos só vai ser atendida com o ajardinamento do

²³³Castro Alves.

²³⁴Editorial Jornal do Recife de 4/06/1859, na qual o professor Soares d' Azevedo contestava a criação de um passeio público.

²³⁵COSTA, Pereira. *Anais Pernambucanos*. Vol. 9, 1983. p. 521.

Campo das Princesas em 1875. Embora conste, nos relatórios do presidente da província, atividades que demonstrem que já havia a arborização de ruas no governo do Barão da Boa Vista.

[...] Inserção do verde nas cidades brasileiras é concomitante à evolução das funções das praças. Estas, que eram constituídas de imensos espaços totalmente abertos sem a presença de vegetação, servindo exclusivamente como local de reunião de pessoas, passam agora a ser incrementadas na cidade como um jardim. Mais agradáveis, estética e funcionalmente, as praças-jardins constituem em marco fundamental da incrementação da jardinagem na cidade, principalmente em locais públicos.²³⁶

O termo praça designava local onde eram tratados os negócios e assuntos comerciais, como bem trata Pereira da Costa num artigo da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco²³⁷, sobre a história das praças do Recife. Nesse artigo, ele trata da formação e das reformas delas, e afirma que, antes de ter a função de local de reunião de pessoas incrementada com jardins, elas vão servir primordialmente como local de negócios. A praça ajardinada é posterior, quando os conceitos de civilidade reverberam na constituição de praças.

O pensamento urbanístico de Camillo Sitte foi condensado em seu livro *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Sitte criou uma ferramenta de análise inserido numa visão que parte de uma contextualização histórica, que leva em consideração o passado para edificar uma nova cidade. Sua metodologia apresenta um comprometimento estético, mas sobretudo, antropológico. Sitte vai buscar nos gregos os princípios do processo de configuração de seu modelo de cidade, mesclando técnica e estética, além de ser para ele imprescindível a presença de praças.²³⁸ As praças para Sitte deveriam se comunicar com as ruas e edificações de modo que as ruas desembocassem nas praças de forma perpendicular, que se pudessem vê-las através delas. Para ele, a praça é o elemento mais importante da cidade, como local de acontecimentos públicos, ele critica sua função atual, como espaços de circulação de ar e de luz, uma interrupção nos blocos de moradias ou como espaço para uma visão mais ampla de um edifício

²³⁶ Almeida *apud* Jorge (op. cit. 2007: 43).

²³⁷ Falar o número da revista e o ano de publicação.

²³⁸ SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

monumental.²³⁹ Numa clara crítica direta ao movimento sanitarista. No entanto, apesar de ser figura constante nos trabalhos sobre paisagismo, arborização e cidade, a teoria de Camillo Sitte gera polêmica pois, se utiliza de conceitos retrógrados.

Em contrapartida existem as ideias de Ebenezer Howard que populariza o conceito de cidade-jardim, expressa em seu livro *Garden Cities of Tomorrow*. Ebenezer foi um entusiasta e propôs o modelo de cidade jardim em 1902, a cidade-jardim surge como uma tentativa de solucionar os males sociais e ambientais resultantes do desenvolvimento industrial, do inchaço urbano desordenado e do crescimento. Ele propunha uma cidade autossuficiente, longe dos incômodos da cidade industrial, seu conceito de cidade-jardim se aproxima um pouco do conceito atual de cidade sustentável. Os males que se apresentavam na cidade novecentista e sua configuração de cidade doente vai influenciar a construção da cidade-jardim de Howard:

É meu presente objetivo mostrar que, apesar de o projeto como um todo ser novo e talvez, por isso mesmo, merecedor de consideração, seu apelo mais forte à atenção pública reside no fato de conjugar os aspectos mais importantes de vários projetos defendidos ao longo do tempo, combinando-os, como que para assegurar os melhores resultados de cada um deles, sem os perigos e as dificuldades que algumas vezes, mesmo na mente de seus autores, foram vistos clara e distintamente.²⁴⁰

Assim, de forma mais simplificada, a cidade era espaço de socialização e de ofertas de empregos, mas sofria graves problemas relacionados ao excesso de população e à insalubridade do espaço urbano. Já o campo se apresentava como o espaço da natureza, onde havia sol e água, além de harmonia e tranquilidade, era também responsável pela produção de alimentos e sofria com a reduzida oferta de trabalho e carecia de melhorias sociais. De acordo com Howard a solução seria tornar os dois espaços complementares, criando atrativos para reconduzir o homem ao campo, assim, solucionava não só os problemas da cidade, como do campo também. A outra alternativa seria que os atrativos da cidade mais os atrativos do campo se fundiriam, aproveitando o que há de melhor numa e na outra.

²³⁹ Idem, p. 17.

²⁴⁰ HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. Introdução: Dácio Araújo Benedito Ottoni. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996. p. 170

A despeito das duas concepções, a de Sitte apresenta mais características presente no contexto de reforma urbana que ocorreu no Recife na segunda metade do século XX. A presença do verde, nas formas da construção das praças e sobretudo nos elementos presentes na sua estruturação que eram tão caros a Sitte, como o verde e a água.

A fonte, que é considerada um elemento decorativo dentro do modelo do jardim romântico do século XIX, pressupõe antes mesmo do ajardinamento nas praças do Recife. Após ser incorporada a Companhia de Água do Beberibe, em 1846, na Praça da Boa Vista, futura Praça Maciel Pinheiro, vai ser instalado um elegante chafariz, mais um monumento de luxo do que de utilidade, segundo comentou Pereira da Costa²⁴¹. No Relatório da Companhia do Beberibe²⁴², em 1847, há um comentário sobre sua instalação e, sobretudo, sobre sua elegância e moderna construção. Ainda no artigo de Pereira do Costa, essa fonte foi retirada da Praça da Boa Vista em ocasião da reforma e ajardinamento dela em 1872.

Apesar dos vários apelos da sociedade por uma praça, jardim de convivência ou espaço arborizado para um passeio público e, sobretudo, dos projetos elaborados para a construção do parque, que já, desde a década de 1860, figurava nos bastidores da Câmara Municipal, somente em 1875 essas reivindicações serão atendidas, quando foi franqueado ao público o Jardim do Campo das Princesas, iniciando a partir disso a prática de ajardinamento de antigas praças.

Como ponto de diversão pública, aos domingos, com pomposa denominação de Passeio Público, foi por muito tempo assim chamado o lanço de Cais a que nos referimos, até que, desaparecendo os bancos, parte da arborização, e não havendo mais tocatas dominicais, ficou o público privado dessa única recreação que tinha. Algumas praças, posteriormente ajardinadas, vão em parte amenizando a palpitante necessidade de um passeio público, como desde muito requer uma cidade nas condições de Recife.²⁴³

A arborização em ruas, no entanto, não é prática somente a partir do século XIX, em 1787 ao se fazer a reforma do Aterro de Afogados e da Rua Imperial já se

²⁴¹Idem, p. 18.

²⁴²Sobre o relatório (procurar mais)

²⁴³COSTA, Pereira. v. 9, 1983, p.521.

plantou nas suas extremidades gameleiras que se tornaram alamedas vistosas. Como cantou o novo aterro em um soneto o Dr. Francisco José Salles, ouvidor geral da comarca, sobre o aterro:

Muito tempo não há, que o mar cobria/ este mesmo lugar, onde hoje estamos;/ ainda agora a areia que pisamos/ mal seca está das águas que vertia!/ quem cansado chegar de longa via,/ escutando das aves os reclamos,/ a sombra poderá de verdes ramos/ passar as horas do calmoso dia.²⁴⁴

A praça, ajardinamento ou um passeio público é diferente do jardim botânico, fruto de imperativos científicos e econômicos, aplicando conhecimentos científicos à exploração mercantil²⁴⁵. O termo Jardim, antes da segunda metade do século XIX, está mais atrelado à noção portuguesa que difere do gosto da terminologia clássica que enxerga²⁴⁶ o jardim como espaço de lazer, as casas grandes e sobrados misturavam jardins e plantas sem ter uma delimitação clara de onde começava um e acabava outro, como afirma Gilberto Freyre. O termo jardim designou viveiros de cultivo de plantas, de vegetais frutíferos e de flores.

Um ambiente reservado, pela concorrência dos conhecimentos da botânica e da agricultura, para vegetais exóticos, transplantados em mudas para a aclimação, visando frequentemente ao incremento da produção agrícola de interesse do reinol [...] Arruda Câmara foi o maior desses sábios radicados em Pernambuco. [...] Em 1811 foi estabelecido o Jardim botânico de Olinda, onde chegou a funcionar um curso de botânica e de agricultura [...] Em 1854 (sic) deixa de funcionar.

Outra aplicação do termo jardim, na época, estava atrelada à instalação de jardins particulares difundidos em Pernambuco, a partir da década de 1850, onde eram cultivadas plantas para serem vendidas em feiras como as do Jardim Público da Rua da Soledade, que era um estabelecimento comercial que vendia toda a sorte de plantas vindas do estrangeiro e de outras regiões do país.

Há neste jardim 400 variedades de roseiras muito diferentes entre si, qualidades novas e muito belas, também há 300 qualidades de dalias, as mais bonitas vindas da França e Hamburgo, assim como

²⁴⁴Idem. p. 35.

²⁴⁵ARRAIS, 2004,p. 217.

²⁴⁶Idem, p. 218.

também outras qualidades de flores. Bonitos pés de sapotis, muito grandes, que em breve darão frutos, fruta-pão, parreiras, e outras árvores de fruto. No mês de março chegam da França mais de 200 qualidades das melhores rosas, assim também como de dalias das mais superiores, 30 qualidades etc.²⁴⁷

Inclusive muitas dessas plantas encontradas nesses jardins públicos eram destinadas a arborização e a agricultura de outras regiões do país e eram remetidas num correio entre presidentes de província, como bem externa o texto recolhido das páginas do *Diário de Pernambuco*

Por intermédio do Exmo. Presidente do Pará, tenha a honra de remeter a V. Exa. várias plantas de cana de açúcar, que obtive do governador desta colônia, das duas melhores espécies conhecidas, como diz o diretor do jardim botânico desta cidade em carta da cópia junta.²⁴⁸

É nesse crescente interesse pelo jardim que se desenvolve os projetos de arborização urbana do Recife, embora a sociedade ainda não tivesse criado vínculos de afeto com o cultivo de plantas e, muitas vezes, respondendo às iniciativas de recobrir a cidade de verde com desprezo, e atentando contra a conservação das árvores que foram plantadas. É, como deixa claro um relatório da Câmara Municipal enviado ao Presidente da Província em 1853, após se arborizar o Cais do Colégio, (segundo o documento dá a entender que esse espaço foi arborizado outras vezes após 1840), que tinha como prerrogativa solicitar à autoridade a presença de Guardas do Tesouro para vigiar as árvores plantadas ao norte do chafariz; e as do sul, seriam vigiadas pelas sentinelas do Arsenal da Guerra²⁴⁹.

Nesse trecho do Cais do Colégio em 1857, antes de uma arborização mais ampla que abarcasse toda a cidade²⁵⁰, plantaram-se gameleiras e castanholas do Pará²⁵¹, além de distribuir bancos de madeira pelo caminho para fazer jus a denominação de Passeio Público. Numa observação mais acurada indaga-se se houve uma falha descrição de Pereira da Costa, pois há dúvidas se foi plantada

²⁴⁷ MELLO, José Antônio Golçalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º reinado* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 227.

²⁴⁸ Idem, p. 224.

²⁴⁹ Câmara Municipal 33, 18 maio de 1853.

²⁵⁰ Durante o exercício de 1857 a Câmara recebeu uma cota de mil réis para a plantação de árvores nos cais, nas praças e nas ruas da cidade, como afirma Raimundo Arrais.

²⁵¹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*, v. 10, p. 229-30.

nesse espaço de fato a castanhola ou a castanha do Pará, porque são espécies diferentes e de famílias também diferentes, a castanha do Pará é da Família *Lecythidaceae* e a castanhola é da Família *Combretaceae*. A primeira não é ornamental e por isso surge a dúvida de o autor se referir de fato a ela, ou ter se enganado desejando fazer menção a castanhola que é uma planta ornamental. No entanto, outro engano pode surgir quando se leva em consideração os nomes populares, pois os nomes “vulgares” se modificam de região para região. Outro ponto analisado é que quando comparada a outras documentações, é feita a indicação para arborização da castanhola, que leva o nome popular de coração de negro, e que se apresenta até hoje nas ruas do Recife.

Em 1858 e 1859 a Câmara Municipal faz novo apelo à população para que surgissem do povo as propostas para essa arborização e, mais uma vez, o efeito foi ineficaz, deixando a cargo do governo a missão de embelezamento da cidade com a implantação do elemento verde. O interesse pela natureza não fora ainda difundido por toda a sociedade, por isso o melhoramento do meio urbano, seja para o embelezamento seja para higiene, nesse sentido dependia sempre de incentivos governamentais. Nesse ponto o relatório da Câmara indica os motivos da implantação de projetos arbóreos na cidade ser tão dificultada, a despeito de uma parte da sociedade cobrar esse embelezamento.

O nosso povo com pesar o dizemos não compreende ainda bem a altura, a que podemos chegar os costumes, que ao bom não reprovam, e condena, e de que tem custado a desareigar-se, não sabe a certos respeitos, apreciar o bem, que se lhes fez; e assim, devendo ser o primeiro a não tocar nessas plantações, a sombra das quaes um dia viria repousar das fadigas d'um trabalho aturado, em tempo de uma estação calmosa, elle pelo contrário, as destroe e arranca.²⁵²

No entanto, essa atitude representava uma consequência da não conscientização da importância de se preservar a natureza presente no espaço público por parte do Estado, e que fora tão incansavelmente cobrado pelo Conselho de Salubridade pública a população só respeitaria o elemento “novo” no espaço urbano se fosse claro para ele os benefícios disso.

Seguindo essas propostas arbóreas para a cidade, em 1860, o engenheiro inglês William Martineau elaborou um primeiro projeto para a construção de um

²⁵²CM 42, 12 de jan. 1859.

parque no estilo dos *squares* ingleses. Nele, estava incluído o espaço do jardim da Faculdade de Direito do Recife e as terras que vão de lá até a Ponte Princesa Isabel, dividindo a área em quatro jardins com vegetações e fontes.

Em 1875 o engenheiro francês Emile Beringer elaborou outro projeto para o parque. Nesse projeto, ele previu incluir um coreto e um aquário em arquitetura de ferro. Seu projeto se assemelhava com modelos de parques europeus, como o de Parc Monceau, em Paris, e outros presentes em Lisboa e Bruxelas.

Em 1864, Manoel Alves Guerra apresenta um projeto a Câmara propondo arborizar o Campo das Princesas por vinte e cinco mil réis por árvore, nisto incluiria os cercamentos e cuidados até que chegasse a idade de um ano²⁵³. Em 1866, no Ofício de Gervásio Rodrigues Campelo ao Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá²⁵⁴, é remetido, em anexo, o quadro das ruas da cidade do Recife, no qual foi indicado o plantio de árvores, especificando nesse documento as qualidades de plantas e a distância entre elas.

Segundo a organização da documentação as localidades do Cais de Santa Isabel, Cais da Detenção, Cais do Apollo, Rua do livramento e da Cruz seriam arborizadas com nogueiras numa distância de sete metros cada. No Cais da Aurora, Cais do Capibaribe e Cais do Colégio a arborização se daria com a utilização de gameleira de folhas largas e castanheiras. Na Rua do Canal utilizou-se, segundo o projeto, a gameleira de folha miúda em duas linhas paralelas.

No Largo da Santa Cruz, Largo das Cinco Pontas, Largo da Ribeira, Campo das Princesas, ao lado do teatro Santa Isabel e ao lado da ponte provisória, foram plantadas gameleiras de folha miúda. Somente à Rua do Imperador são endereçadas as palmeiras imperiais, e esse espaço não recebeu o mesmo tratamento dado às instaladas no Campo das princesas em 1874, as quais foram solicitadas a construção de 30 gaiolas para o seu plantio, com intuito de protegê-las²⁵⁵. O motivo pelo qual somente esta rua foi agraciada com esse tipo de vegetação a documentação não deixa claro, talvez por ter recebido seu nome em homenagem ao imperador, e a presença das palmeiras engrandecesse o valor que a rua possuía. Como também não deixa claro qual princípio norteou as escolhas dessas espécies e a indicação delas para cada localização.

²⁵³OP 13, 24 nov. 1864.

²⁵⁴ROP 40, 4 de jan. 1866.

²⁵⁵ROP 53, 29 de maio de 1874.

Gameleiras são nativas do país, castanheiras como já foi observado, se for a castanha do Pará é nativa, se for a Castanhola é originária da Índia. Já as nogueiras são de floresta temperada. Não é informado se essa espécie de nogueira é remanescente da mesma antes plantada no Cais do Colégio, como afirma Pereira da Costa, já aclimatadas no período em que existia o Jardim Botânico de Olinda.

Após ter seu contrato aprovado, em 1866, Manoel Alves Guerra, assumia a responsabilidade de efetuar o plantio nos locais determinados pela Câmara, mas era ele quem entregaria as mudas, cercadas com grades de madeiras depois de serem plantadas, bem como assumia a responsabilidade de efetuar todos os cuidados pertinentes ao trato delas por dois anos até que se encontrassem firmes no solo. A cada árvore plantada a Câmara destinaria vinte mil réis.²⁵⁶ Infelizmente, como afirma no relatório da Câmara de 1870, Manoel Alves Guerra reincide seu contrato, pois conservar as árvores se torna oneroso para ele, não há uma justificativa para isso no documento, mas, talvez, o sobrepeso de arcar com todos os cuidados tenha sido a causa da reincidência.²⁵⁷

Apesar do arremate de Manoel Alves Guerra parecer ser a maior demonstração de arborização do Recife até então, relatórios do ROP demonstram que a movimentação acerca de ambientes verdes na urbe já era de premente preocupação. Em 14 de julho de 1843, é solicitado por Louis Léger Vauthier, chefe da ROP, que as Câmaras Municipais do Recife, de Olinda e do Cabo criem instruções para as podas das árvores, para serem transmitidas aos conservadores das estradas relacionadas no ofício, já que essas são os principais meios de comunicação entre a cidade e os bairros mais afastados. Nesse ofício Vauthier dá as coordenadas das estradas que devem entrar nesse sistema de podas, são as estradas que ligam o Recife pelas extremidades, nesse ofício, ele estipula o tipo de poda que deve ser feita para não danificar a raiz da árvore ²⁵⁸.

Em 1849 o Engenheiro Lentier faz um orçamento para o plantio de árvores na Praça do Palácio do Governo, demonstrando que já havia, quase duas décadas antes, uma preocupação pela arborização desse espaço que ao Recifense era tão caro. Segundo o engenheiro, as árvores que deveriam ser empregadas, de preferência, seriam as gameleiras e as aroeiras. Nesse ofício, ele ainda explica que

²⁵⁶CM 53, 9 de abril de 1866.

²⁵⁷CM 59, 20 de agosto e 21 de setembro de 1870.

²⁵⁸ROP 15, 14 de julho de 1843.

as árvores deverão ser colocadas de forma a dispor uma alameda em redor da praça. Escolheram-se árvores, de acordo com o que afirma no projeto, que não “deem defeitos, com troncos regulares, oito palmos de alto e com grossura proporcionada”.²⁵⁹ Isso já revelava uma preocupação com a poda e a manutenção da estética dessas árvores através da intervenção do homem. As duas árvores por ele indicadas são de troncos largos e copas volumosas, talvez por isso a preocupação com o tratamento da paisagem, transformando essas árvores como um dos pontos fundamentais na estruturação da cidade, seja ele estético ou funcional. Nesse projeto de Lentier seriam plantadas 71 árvores a um custo total de seiscentos e trinta e nove mil reis.

Mais uma vez, já na direção do Engenheiro José Mamede Alves Ferreira, persistia a preocupação em *civilizar* os espaços públicos, principalmente este, o do Campo das Princesas que era um espaço que unia o simbolismo da ordem e da administração da província, era do Palácio do Governo que deveria vir a moralização da *Urbe*, era, pois, natural que a esse espaço se rendesse todo um cuidado acerca da salubridade e embelezamento.

Em 1852 o Engenheiro José Mamede sugere que as árvores que foram plantadas em frente ao Palácio sejam conservadas pelos africanos livres do Arsenal de Guerra. Nesse ofício ele também sugeria a proibição de carneiros e cabras no espaço do campo, pois esses animais têm muita facilidade para pular e saltar as gaiolas que servem de proteção às árvores além de comer suas folhas. Sugere a existência de uma pessoa que estivesse encarregada da vigilância das árvores. O terceiro ponto seria exterminar as formigas que tomam conta do Campo, da melhor forma que a municipalidade achar ser²⁶⁰.

Assim, o espaço que também representava o poder deveria ser tratado com mais civilidade e se mostrar um ambiente melhorado para fazer jus à sua importância. Não era meramente por motivos estéticos, nem só para proporcionar o bem estar dos habitantes da cidade. Era necessário vestir a roupa nova, civilizar-se, fazer corresponder o símbolo ao poder.

Antecedendo a preocupação de criações de espaços urbanos de socialização como praças e jardins públicos, foram as ruas que receberam o primeiro reflexo da

²⁵⁹ROP 22, 25 maio de 1849.

²⁶⁰ROP 30, 17 de julho de 1852

necessidade de se arborizar a urbe, mais como um eco de razões higienistas do que de embelezamento e civilização. As árvores, dentro do espaço urbano, eram um dos fatores da administração citadina responsáveis por solucionar o constante problema de insalubridade urbana. Ainda quando se pedia a administração pública, locais para a socialização, para ver e ser visto, essa mesma administração recorria a arborização das ruas e portos com o fim de amenizar problemas de higiene pública.

As escolhas das árvores a serem plantadas ficavam a cargo ou do arrematante ou, no caso desse empreendimento ter sido de responsabilidade da ROP, pelo engenheiro responsável pela obra. Nos poucos documentos que se encontrou essas indicações de plantas, a utilização de Gameleira e de aroeiras, ambas plantas nativas, era uma constante. O que se desconhece é o porquê de seu uso em excesso nas ruas da cidade, quando se sabe que são espécies frondosas e de caules grossos que poderiam vir, de certo modo, a afetar o espaço urbano. Mas, preocupados com a viabilização da intervenção do homem, o uso da gameleira foi exaustivamente utilizada na arborização, por ser grande e fornecer sombra, e principalmente pela tolerância à poda, que é uma das características de sua espécie.

O que se observou é que as plantas nativas foram utilizadas largamente na implementação do verde na cidade, e eram aplicadas mais na arborização de ruas e cais. Essas áreas recebem figueiras, gameleiras brancas e vermelhas, aroeira, espinho de judeu, visgueiro, trapiá, todas sem exceção, plantas nativas. Espécies menores, com copas menos encorpadas e troncos mais finos vão ser indicadas para as praças e jardins públicos. Nesses locais a indicação de plantas também parte de uma ideia de ostentação e de refinamento, plantas que remetam imponência serão preferidas para essas regiões. Como no Campo das Princesas, terão privilégios a árvores como o baobá e as palmeiras imperiais.

Gilberto Freyre é bastante pertinente quando afirma que o nativismo presente em Pernambuco exprimiu em movimentos de exaltação à aguardente de cana e ao vinho de caju e de repulsa ao vinho do porto, e de exaltação a mandioca e de repulsa ao trigo, não tenham tomado vigorosamente o aspecto de exaltação de árvores e plantas nativas e repulsa das exóticas. Não houve culto patriótico às árvores da terra, somente algumas vozes se levantavam em jornais para contestar o uso de plantas introduzidas, criticando o esquecimento concedido às nativas, num

sentimento total de desvalorização.²⁶¹

Na primeira metade do século XIX, em Recife, mais apropriadamente no fim dessa primeira metade, ascendeu uma moda mais patriótica, foi plantado nas ruas e praças o Castanheiro-do-Pará e em larga escala, as gameleiras. Esta considerada por muitos africanos como sagrada, chamada de *iroko*, suas folhas são utilizadas no preparo de água sagrada nos rituais afro-brasileiros. Gilberto Freyre concluiu que deveria ser por esse fato que a planta despertou repugnância nos brancos mais apegados à cultura europeia²⁶². Entretanto, talvez ele estivesse equivocado ao comentar isso, pois, ao menos em Recife, as plantas utilizadas na arborização de ruas e praças foram, em sua maioria, às gameleiras e suas variadas espécies.

Abaixo segue a tabela com as espécies de plantas utilizadas na arborização do Recife no século XIX. Tomou-se o cuidado de se utilizar aqui somente as que constavam nos documentos que aqui foi descrita. Com exceção da Palmeira Leque que não foi listada, mas foi reconhecida sua espécie pelas fotos analisadas.

Quadro 1. As plantas mais utilizadas na arborização do Recife no século XIX.²⁶³

Nome popular	Nome científico	Familia	Uso	Características
Castanhola, Castanheiro	<i>Terminalia catappa</i> L.	Combretaceae	Ornamental e medicinais	Árvore alcança entre 25 a 45 m, origem na Índia.
Palmeira Imperial	<i>Roystonea oleraceae</i> (Jack.) O. F. Cook	Arecaceae	Ornamental e de grande efeito paisagístico	Árvore de porte alto, tronco liso, largo em sua base. Origem: Caribe, norte da Venezuela e nordeste da Colômbia.
Gameleira de folha miúda	<i>Ficus cestrifolia</i> Schott	Moraceae	Ornamental	Árvore frondosa, alcança entre 10 a 20 m de altura e seu tronco alcança até 20 m de

²⁶¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 487.

²⁶² Idem. 2002. p. 488.

²⁶³ Levando em consideração as plantas que foram documentadas e reconhecidas nas fotos.

				diâmetro
Palmeira de Leque	<i>Coccothrinax baubadensis</i> (Lodd ex Mart.) Becc.	Arecaceae	Ornamental	Árvore da América Central - Ilhas de Porto Rico até Venezuela. Árvore de porte alto e folhas em forma de grandes leques.
Espinho de Judeu	<i>Machaerium aculeatum</i> Raddi	Fabaceae	Ornamental	Árvore nativa.
Gameleira da folha larga	<i>Ficus adhatodifolia</i> Schott	Moraceae	Recomendada para reflorestamento.	Árvore de grande porte, entre 10 e 20 metros de altura, normalmente com copa muito larga e tronco grosso com raízes salientes.
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Fr. Allem.	Anacardiaceae	Uso medicinal.	Planta nativa do Serrado.
Visgueiro	<i>Parkia pendula</i> (Willd.) Benth. Ex Walp.	Fabaceae	Uso ornamental, principalmente pelo aspecto curioso das flores, podendo ser usada com sucesso no paisagismo e na arborização urbana.	Alcança entre 20 a 30 m de altura, de copa plana, dotada de raízes que se desenvolvem junto do tronco, acima do solo.
Trapiá	<i>Crataeva tapia</i> Linn	Capparidaceae	Ornamental.	Origem: Brasil; Característica: Árvore de porte regular.

Sua acepção poderia estar se referindo, e nesse caso seria de forma assertiva, as plantas que já foram aclimatadas aqui de regiões asiáticas e africanas, como a jaca, a manga, o dendê, a fruta-pão. Estimulados pela criação de jardins

como o da Soledade, no Recife foi-se apurando o gosto, requintando o apreço por espécies mais elegantes, “era o vento norte a trazer suas sementes” e os jardins particulares foram se enchendo profusamente de macieiras, no começo do que seria uma ocidentalização sistemática da própria paisagem do interior.

4.1- O Rio de Janeiro e sua influência

A maneira de se pensar a cidade vai ser reformulada a partir da transferência da família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, dando origem a um novo olhar sobre os planos urbanísticos. O Rio de Janeiro teve seu desenvolvimento marcado desde então por essa peculiaridade, até 1821 era a sede da monarquia portuguesa e a única da América a possuir os aparatos burocráticos presentes nas metrópoles europeias. Pois, até então, nenhum rei havia dado *o ar de sua graça* nas suas colônias, quem dirá governar o resto de seu reino a partir delas.

A fuga da família real portuguesa para a sua colônia americana, perante a invasão de Napoleão, é um marco no processo histórico brasileiro. Segundo Schultz, os preparativos para receber a família real marcaram as primeiras intervenções no Rio de Janeiro, principalmente por haver um projeto para fazer dela uma cidade capital imperial. O Rio de Janeiro não comportava a estrutura de uma corte e por isso não era considerada cidade digna de tornar-se moradia da corte portuguesa, era considerada uma cidade pestilenta desorganizada e perigosa.

Uma semana após a chegada, o príncipe regente, Dom João, decretou em 28 de janeiro de 1808, através de uma carta-régia, a abertura dos portos (...). Um Alvará de 1º de abril de 1808 anulava a proibição de 1785, permitindo agora a instalação de manufaturas no Brasil. Por último, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, completou as alterações no estatuto colonial brasileiro.²⁶⁴

²⁶⁴ MATOS, Clarence José & NUNES, César A. Novo Manual Nova Cultural História do Brasil. Coleção Novíssimo. São Paulo, Nova Cultural, 1993. P. 62

Essas resoluções permitiram a integração do Brasil ao mercado mundial, a expansão das trocas e a entrada de produtos de outras nações, principalmente ingleses, no mercado interno. Nesse acordo, é derrubado o alicerce, no qual assentava o domínio metropolitano que assegurava o pacto colonial e a política mercantilista em território brasileiro.

O Rio de Janeiro assumia o caráter de capital comercial e centro econômico da colônia, cidade de porto e centralizadora das decisões políticas. Essa unificação de centro econômico e financeiro e a influência da presença da corte portuguesa, além de atrair a população para a cidade aumentou seu contingente e seus problemas estruturais, numa convivência com diversas classes sociais diferentes. O Rio de Janeiro, no primeiro decênio do século XIX, configurava-se como uma sociedade dividida em praticamente três classes que, segundo Oliveira Vianna, “[...] se defrontam, inconfundíveis e hostis, nas intimidades da Corte, junto do Rei. Os nobres da terra, opulentos de engenhos e fazendas, com o seu histórico desdém pelos peões e mercadores. Os mercadores, conscientes da sua riqueza e da sua força, suscetibilizados por esse desdém ofensivo. Os lusos transmigrados, com a prosápia das suas linhagens fidalgas e o entorno impertinente de civilizados passando em terra de bárbaros.”²⁶⁵

É a partir de 1808, que surge a intenção de modernizar e erradicar os traços coloniais da cidade, e, como já foi dito, os padrões de civilizados eram inspirados nos moldes franceses e ingleses num movimento de re-europeização do Rio de Janeiro. A cidade vai ser (re)significada ao incorporar novos valores inspirados nos ideias europeus trazidos em 1816 pela Missão Artística Francesa.

Sob a influência desses europeus, foram introduzidas iniciativas de modernização promovidas pelo governo português, a partir da idealização de amplos espaços saudáveis, belos e perfeitos, com imponentes estruturas em estilo neoclássico representando a inserção das inscrições de poder na trama da cidade.²⁶⁶

²⁶⁵ VIANNA, Oliveira F. J. *Instituições políticas brasileiras*. 2 v. São Paulo : José Olympio. 1949.

²⁶⁶ PINTO, F. M. *A invenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. P.67.

Em 1816, desembarcou no Rio de Janeiro a missão artística da qual fez parte Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay. Em agosto de 1816, foi fundada a Escola Real de Ciências, Arte e Ofício.

As transformações efetuadas no Rio de Janeiro do século XIX influenciaram de modo decisivo na formação nacional do Estado Brasileiro e na cultura urbana de se organizar a cidade, que emergia como uma saída para a organização e transformação da urbe, alicerçada num movimento pró-civilizatório. Essas alterações foram fundamentais para compreender a onda modernizadora que se expandiu a partir da capital do país para as demais regiões num movimento pró-civilizatório que o país vivia.

O processo que ocorria no núcleo urbano da capital não era tão distinto do que ocorria na província do Recife, adensamento populacional, sujeira, intensificação do comércio e diversificação do trabalho, acarretando na necessidade de ocupação de novos espaços, que foram de suma importância para a implementação de uma política urbanizadora. Assim, as modificações no cenário urbano carioca representavam a introdução dos costumes e hábitos europeus. Dessa forma, não só a comitiva real irá influenciar os “nativos”, mas também o aporte da Missão Artística Francesa com as primeiras iniciativas modernizadoras que foram promovidas pelo governo português.

Dom João, com o intuito de substituir os antigos padrões da estrutura citadina carioca, surgiu com uma política urbanizadora, desejando reformar o Rio de Janeiro, segundo os moldes culturais e morais das sociedades europeias. Esta política se concentrava em:

...Três pontos principais: aumento do número de habitações urbanas, em função do crescimento populacional a partir de 1808; incentivos aos aterros das áreas de pântanos e mangues, focos de insalubridade; e estímulo à edificação de casas assobradadas em detrimento das casas térreas, a partir da isenção da décima urbana.²⁶⁷

Essas prerrogativas inspiram as reformas urbanas no Recife, o que será visto, no capítulo 2, ao analisar a atuação da Repartição de Obras Públicas diante das

²⁶⁷ PINTO, F. M. *A invenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. P. 91

reformas da cidade. Demonstrando que nas demais cidades, influenciadas pelas modificações pela qual passava a corte, havia uma intensa e particular ação do governo para criar um novo ambiente, mais aristocrático e civilizado, preocupados com a habitação, com a higiene da cidade e sua estética.

Influenciados pelas modernizações que ocorriam no Rio de Janeiro, nessa onda de progresso, as principais capitais do país serão tomadas pelo mesmo anseio modernizador, num desejo imberbe de ver o progresso instalado na cidade. Assim a influência foi recebida e adaptada à realidade local.

É claro que aqui interessa, sobretudo, as intervenções ambientais introduzidas na cidade a partir dos elementos naturais, numa natureza inventada e domesticada para ser usada na cidade e que era diferente da natureza natural da sensibilidade romântica. Não se poderia falar em jardins e praças, nesse trabalho, sem remeter sua ótica à construção do Passeio Público do Rio de Janeiro, considerado o primeiro espaço livre público ajardinado do Brasil. Essa construção evidenciou as transformações de um espaço através de intervenções humanas demonstrando domínio sobre a natureza. Esse pensamento, de acordo com Jeanne Trindade, é característico das ideias iluministas de valorização do homem enfatizando a razão e a ciência em nome do progresso.²⁶⁸

O passeio público do Rio de Janeiro foi construído entre os anos de 1779 e 1783, com inspiração no Passeio Público do Rossio em Lisboa, que seguia seus modelos congêneres na Itália e na França. Considerado um projeto arrojado para a época por seu traçado em forma geométrica de trapézio, que era pouco utilizada na época, assim construído devido às condições do terreno. Entretanto, sua manutenção ou melhoramento deixavam a desejar, como atesta Segawa, bem como os problemas com sua conservação e má utilização.²⁶⁹

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, aumentou o número de jardins públicos na cidade construídos a mando do Ministério do império. Em 1860, num projeto de conservação e exploração do Passeio Público, o engenheiro francês Auguste François Marie Glazou tomou à frente de sua reforma. Esse projeto

²⁶⁸ TRINDADE, Jeanne A. *A Restauração do passeio público do Rio de Janeiro*. IN: CARNEIRO, Ana Rita Sá (ORG.) *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Pernambuco, Editora Universitária. 2009. P.45 -72.

²⁶⁹ SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. 1996.

foi concebido tendo como inspiração os jardins parisienses do século XIX, principalmente os executados durante as obras do Barão de Haussman.

Os ajardinamentos do Rio de Janeiro, desse período, seguiam predominantemente uma estrutura de modelo paisagístico desenvolvido, quase que uniformemente, em todos os países europeus. A convite de D. Pedro II, em 1858, Glaziou transferiu-se para o Brasil, ocupando a função de Diretor das Matas e Jardins, trazendo o modelo europeu para o país. De acordo com Carlos Terra sua participação foi de grande importância no desenvolvimento do paisagismo brasileiro, pois além de cuidar dos jardins imperiais, expandiu sua marca em todos os espaços que interferiu.²⁷⁰

Entre a década de 1860 e a de 1870, mudanças significativas na estrutura urbana carioca vão marcar a preocupação com a organização do exterior na composição da cidade. A expansão de linhas de bonde a burro, o fim da guerra do Paraguai, a crise do café, a expansão da malha carioca e também o aterramento de áreas pantanosas são exemplos das mudanças transcorridas nessas duas décadas. O Rio de Janeiro encabeçou um processo de construção de praças, parques e implantação de áreas verdes em áreas ociosas da cidade. Esse processo se expandiu pelas demais províncias, pois a corte era ainda o grande difusor dessa modernização urbana e influenciou a nova reorganização da malha verde nelas. Pernambuco não foge a essa influência, o passeio público é, durante muito tempo, desejado pela população e esboçado pelo poder público numa possível construção no Recife. No entanto, são as praças que irão encabeçar esse movimento de reestruturação da malha verde na cidade.

4.2- O Campo das Princesas

O ajardinamento do Campo das Princesas é datado de 1875, como está referenciada na planta referente ao projeto do engenheiro Emile Beringer assinado pelo então diretor de Obras Públicas, o engenheiro Victor Fournié. Como afirma

²⁷⁰ TERRA, Carlos G. A criação de uma identidade na paisagem do Rio de Janeiro no século XIX: O Campo de Santana como exemplo. In: *Jardins \históricos brasileiros e mexicanos*.

Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena, Presidente da Província de 1872 a 1875, em outubro de 1874,

Achando-se concluída as obras desse jardim, foi aberto ao público no dia 19 de outubro do mês próximo passado, a fim de que tivessem os habitantes desta cidade um ponto de reunião e recreio. Estão sendo executados os melhoramentos de que elle ainda precisa. Monta em 52:837 \$166 a despesa com elle feita até dezembro último.²⁷¹

No entanto, o Campo das Princesas antes de se embelezar e tornar-se símbolo de civilização e elegância, assume uma importância no imaginário da sociedade pernambucana, tanto política quanto social, devido ao acúmulo de histórias desenroladas nesse palco. Foi nesse local que Maurício Nassau edificou o seu Palácio de Friburgo, em 1637 ao desembarcar, escolhe a ilha de Antonio Vaz para a construção da sede do governo holandês em Pernambuco. A edificação construída nessa região é conhecida como o Palácio de Friburgo, acompanhada com um horto, concluída em 1642. O horto teve curta duração e foi destruído pelos próprios holandeses em 1645, por questão de segurança²⁷². Expulsos os holandeses da região, o palácio permanece de pé, servindo de residência aos governadores da província, chamado de “Palácio das Torres”, foi usado pelos governadores coloniais e durou até os fins do século XVIII quando foi demolido entre 1774 e 1787, segundo Pereira da Costa²⁷³.

A partir dessa data estabeleceu-se nessa área um descampado, sem árvores, nem jardins, chamada de Praça do Palácio Velho. A partir de 1782 os governadores, devido ao estado deteriorado do palácio de Friburgo, passaram a residir no Colégio dos Jesuítas. É construído na parte norte do sítio, com os restos do edifício, o Erário Régio, para abrigar a Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real do Estado. No lado do Sul da Ilha ficava o Convento dos Franciscanos.

No século XIX na Revolução de 1817, os revolucionários tomaram o prédio e

²⁷¹Relatório do Presidente da Província à Assembleia Provincial de Pernambuco, 1873. p.33.

²⁷²COSTA, 1952, p. 150-157.

²⁷³Pereira da Costa diz: “rompendo a revolta restauradora em 1645, deliberou o supremo conselho, depois do combate de Casa Forte, destruir os jardins, os pomares e as obras exteriores do palácio, bem como torná-lo um ponto militar fortificado; e destarte montaram-se peças de artilharia em seus pavilhões e derrubaram-se todas as árvores, que foram aproveitadas na construção das paliçadas, abatizes e até mesmo para lenha! E assim desapareceu o belo jardim botânico aí formado com tanto esmero e trabalho por Nassau, cujas árvores, não poucas, foram trazidas a custo, não só dos sertões, como das capitanias

estabeleceram nele sua sede de governo. Foi denominado como Campo da Honra por estes, e o povo denominou-o de Campo, ou Praça dos Mártires, devido a “comovente memória dos líderes republicanos supliciados na forca” erguida nesse campo²⁷⁴

Em 1841 inicia-se a construção do Palácio da Presidência da Província, no Governo de Francisco Rego Barros, o Barão da Boa Vista, segundo afirma Flávio Guerra²⁷⁵, concluído em 1843 em estilo neoclássico, mas depois de tantas reformas, apresenta estilo eclético. O projeto foi de autoria do engenheiro coronel Moraes Âncora, e tinha sua frente voltada para a parte leste da cidade deixando de ter sua frente virada para o mar.

Quando terminou a construção do atual palácio da Praça da República, teve assim o local a denominação temporária de Pátio do Palácio Novo, para a distinguir do Palácio Velho, alusiva ao alcaçar de Friburgo, de Maurício de Nassau.²⁷⁶

O pátio em frente ao palácio, que era chamado de Campo de Honra, ficou conhecido como Largo do Paço, contudo o povo o denominou Campo das Princesas, numa homenagem às filhas dos Imperadores do Brasil, que ficaram hospedados no Palácio em 1859, transformado em Paço Imperial. Assim, o seu nome vem dessa fase áurea, onde o palácio recebe uma pomposa decoração.

Em 1873 o palácio sofre nova reforma de ampliação na sua parte posterior, com a construção de um novo pavimento que serviria de residência ao Presidente.

²⁷⁴MESQUITA, Liana de Barros. *Praça da República: do século XVI aos dias atuais*. In: Recuperação e intervenção paisagística na Praça da República. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1999. p. 10.

²⁷⁵GUERRA, Flávio. De Friburgo ao Campo das Princesas: nota histórica dos palácios de governo em Pernambuco. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, [Casa Civil], 1966. 54p.

²⁷⁶COSTA, Pereira. *Almanach de Pernambuco*, 1927, p. 252.

Figura 3. Campo das Princesas, numa gravura de Schlappriz, litografia de F.H. Carls. Ao fundo o Teatro Santa Isabel e o Palácio da Presidência da Província. Fonte: Reprodução do Álbum de Luís Schlappriz – *Memória de Pernambuco*, 1863, de Gilberto Ferrez, 1981; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/ IPHAN.



O projeto de Martineu de 1860, acima mencionado, abrangia além da criação de um Passeio Público da Rua da Aurora, incluía também o ajardinamento do Campo das Princesas. Como vimos, o projeto não saiu do papel. Em 1866 esse pátio já era arborizado mas, só foi ajardinado nos moldes europeus a partir de 1871, como deixa claro a fala do Presidente da Província, Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque:

Passeio público – continua a população desta capital na carência deste melhoramento (...). A ideia adotada por um dos meus acessores de colocá-lo no Campo das Princesas, sendo revolido o teatro Santa Isabel não me pareceu aceitável. Traria a perda do que neste edifício escapou do incêndio (...). O Campo deve ser ajardinado, e oferecerá mais um ponto de reunião e recreio; mas não se presta a um passeio público (...) Dest'arte o Campo das Princesas, com vista livre para o bairro do Recife ao nascente; para o da Boa Vista, ao ocidente, (...) oferecerá proporções, não para um passeio público, mas para ser ajardinado e adornado com ligeiras

construções de recreio popular (...). Ainda reconstruído o teatro no mesmo local, esse plano pode ser levado a efeito.²⁷⁷

Essa fala se dá em 1º de março de 1871, em 10 de novembro, o engenheiro chefe José Tibúrcio Pereira de Magalhães envia um ofício apresentando um orçamento do gradil e quatro portões de ferro para o Campo das Princesas. Segundo consta no ofício seriam 4 portões em ferro, 8 bancos de dois tipos diferentes, e ornatos para o jardim, contando com 4 figuras com lampiões globulares, 4 estátuas representando a justiça. A fidelidade, a amazona, a concórdia e 4 estátuas retratando o inverno, o estio, a primavera e o verão²⁷⁸. Já em 18 de novembro de 1871, envia um ofício ao Presidente Conselheiro João José de Oliveira Junqueira solicitando a quantia para dar início ao ajardinamento do Campo das Princesas²⁷⁹.

Em fala pronunciada à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, o então presidente da província João José de Oliveira Junqueira, informava nela a evolução das obras de ajardinamento do Campo das Princesas, embora não tratasse diretamente das espécies de plantas utilizadas nesse ajardinamento,

No intuito de dar mais formosura a cidade, e dotá-la com uma praça condigna à sua bellesa natural, onde seus habitantes pudessem achar um ponto de reunião e recreio, projectei levantar ali um square, cujas obras marcham com toda a actividade. Para a Europa encomendei (...) as estátuas e mais ornamentos precisos, bem como incumbi aos negociantes em Londres Frederico Yonle & C.^a a aquisição e remessa do gradil e portões de ferro. (...) está contractada a administração e mão d'obra (...) de quatro lagos com suas respectivas cascatas, (...) as pedras carcomidas, que foram necessárias para a obra, extrahidas dos arrecifes, bem como o chumbo preciso para o encanamento (...) o muro para o assentamento do gradil (...). Esta cidade, populosa e rica, não possui um só jardim público, ou passeio d'esta ordem. Era urgente attender a isto (...). Fica, por esta forma, embelesada a praça, e do lado leste de um grande espalo entre a casa da Camara e a ala esquerda do jardim do Palacio do Presidencia para paradas e movimentos de tropas.²⁸⁰

²⁷⁷ALBUQUERQUE, 1871, P. 26.

²⁷⁸OP. 48. 10 de novembro de 1871.

²⁷⁹OP. 48. 18 de novembro de 1871.

²⁸⁰JUNQUEIRA, 1872, P. 44-45.

Diante do exposto, percebe-se que o Campo das Princesas já era arborizado, no sentido de conter algumas espécies de plantas, mas ele só vai de fato ser uma praça ajardinada num modelo que remete às *squares*²⁸¹ inglesas do século XVII, quando for entregue à população em 20 de outubro de 1872. Embora haja uma concepção de que as *Squares* inglesas e as francesas tenham distinção entre uma e outra. Segundo o Barão de Haussmann²⁸², os franceses designavam, ao contrário de seus vizinhos, os jardins que quase sempre são fechados por grades, envolvendo ou estando ao lado de alguns de nossos edifícios, ocupando o centro da maior parte de nossas *Places*, ou bem utilizando os espaços livres resultantes do traçado de novas vias públicas ou do plano de parcelamento do solo. Em 1873, quanto aos melhoramentos posteriores, o Comendador Henrique Pereira de Lucena, disse:

Jardim do Campo das Princesas. Achando-se concluídas as obras desse jardim, foi aberto ao público no dia 19 de outubro (...) afim de que tivessem os habitantes dessa cidade um ponto de reunião e recreio. Estão sendo executados os melhoramentos de que elle ainda precisa.²⁸³

Durante o mandato de Lucena, o governo Provincial não deixou de atender aos apelos da população, tratando de conservar a obra do ajardinamento do campo. Ocupando-se da conservação do jardim, bem como da manutenção de suas árvores, elevando os gastos, aumentando a quantidade de bancos, e pensando na necessidade de se construir um café, contribuindo com esses melhoramentos para transformar o espaço um local de sociabilidade mais condizente com as intenções civilizatórias da província.

Jardim do Campo das Princesas. A conservação desse melhoramento público é feita por um número de serventes, alteravel, sob a direção de um jardineiro qye igualmente exerce as funções de

²⁸¹*Square*. 1. Espaço urbano retangular rodeado por edifícios; equivalente à place francesa, à piazza italiana ou à plaza espanhola. 2. Tipo especial desenvolvido no final do século XVII, rodeada por residências de padrão elevado, com um jardim central fechado e plantado com árvores e arbustos para uso exclusivo da vizinhança que era conjuntamente responsável por sua manutenção. A partir do século XIX foram imitadas na Europa continental e nos Estados Unidos. Nikolaus PEVSNER, *Penguin dictionary of architecture and landscape architecture*, p. 544.

²⁸²HAUSSMANN, B. *Mémoires*. Paris: Editions du Seuil, 2000. p. 993.

²⁸³Fala do Presidente da Província Henrique Pereira de Lucena à Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1873, p. 33.

porteiro (...). Havendo necessidade de um chafariz, e sendo insuficientes os bancos alli existentes (...) autorizei augmentar o numero destes com mais quarenta.²⁸⁴

Num ofício enviado pelo engenheiro chefe Victor Fournier para Lucena, solicitava do primeiro as instruções a respeito da ordem verbal referente às construções das gaiolas das Palmeiras do Campo, e qual seria a verba para a despesa, já que as árvores plantadas nas ruas da cidade estavam a cargo da municipalidade. Questionava de quem seria a competência para a plantação dessas árvores e posteriores cuidados, se seria da Câmara Municipal ou da Assembleia²⁸⁵. A arborização de ruas e praças, segundo as posturas municipais, ficava a cargo da municipalidade. Durante todo o governo de Lucena, Victor Fournier remete a ele ofícios solicitando quantia para as despesas com o jardim do Campo das Princesas.

O projeto de reforma do Campo das Princesas seria executado segundo a proposta de Emile Beringer, que datava de 5 de setembro de 1875, como indica na planta assinada por ele, inspirada no paisagismo inglês, com canteiros irregulares e um coreto no centro, e todo o conjunto protegido por um gradil.

Jardim do Campo das Princesas... 2:823\$900. (...) Em 11 de setembro de 1875, foi arrematada na Repartição de Obras Públicas por 920\$000 a pintura di gradeamento, pavilhão, bancos e o bronzeamento das estátuas e columnas; sendo a obra recebida definitivamente em 16 de outubro findo. (...) Projectos estudados. Café Restaurant do Theatro Santa Isabel e melhoramento do Campo das Princezas. A lei n. 1.141, de 8 de junho de 1874 autorizou (...) a construção e exploração de bosquetes, jardins, café e sala de refrescos e bilhar. (...) é indispensável completar-se a obra monumental do Theatro Santa Isabel com os embelezamentos projetados para suas imediações. Estão promptas as plantas dessas obras complementares.²⁸⁶

O jardim era composto por caminhos tortuosos, com diversos canteiros com grama e vegetação de pequeno e médio porte, além de dois eixos em cruz, acentuando a ligação com as edificações do entorno²⁸⁷. Nesses eixos as palmeiras imperiais demarcavam, e ao centro erguia-se o elemento principal da praça, o

²⁸⁴ Idem. 1874. p.37.

²⁸⁵ OP, 53. 20 de maio de 1874.

²⁸⁶ Fala do Presidente da Província João Pedro Carvalho de Morais à Assembleia Legislativa de Pernambuco. 1876, p. 64-71.

²⁸⁷ SILVA, Aline de Figueirôa. p. 62

coreto, onde ocorriam apresentações musicais.

Figura 4. Jardim do Campo das Princesas, 1875, foto de Marc Ferrez. Fonte: álbum *Velhas fotografias pernambucanas:1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988: Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/ IPHAN.



4.2.1. Breve história sobre o Baobá

UM BAOBÁ NO RECIFE
Recife. Campo das Princesas.
Lá tropecei com um Baobá,
crescido em frente das janelas
do Governador que sempre há.

(João Cabral de Melo Neto)

Mitos e histórias foram ricamente construídas acerca do imaginário do baobá, o maior símbolo arbóreo do continente africano, e recontadas no dia-a-dia com uma fé mítica. Contadores de histórias fascinantes sobre os baobás, raramente, deixaram escritos e muito do que se sabe não são mais do que lendas e numerosas narrativas contadas por todas as etnias africanas.

O ancião Mandiaye, griot²⁸⁸ e adivinho, dizia algo de extraordinário: que Deus, (Aquele que se levanta Poderoso, Eterno e Absoluto), criou primeiro o baobá antes de criar o Mundo e as rochas dos Oceanos. E o fez para que a árvore, emergindo do Ovo Cósmico, considerada por Ele perfeita, pudesse ajudar a recriar a Vida, armazenando água em seu tronco e servindo de moradia, alimento e medicamento. E muito além do que se imagina nos confins das colinas.

Vai, meu filho primeiro e inaugural do Reino Arbóreo, ser o rei das matas e das florestas, a Árvore da Vida, irmã celestial da Árvore Cósmica – a Árvore da Energia Vital e Divina, que anima o universo em meio a todos os esplendores do mundo. A Árvore pela qual se terá a visão do Absoluto, da Consciência e da Perfeição. Diante dela os seres não se sentirão mais uma criatura mínima, insignificante, separada de seu Criador. Fixando sua atenção na Coroa da Árvore Cósmica e no topo de sua própria cabeça, a pessoa tornar-se-á capaz de ver as Salas do Palácio de Deus, as hostes Angélicas, e os seres elevados que habitam os domínios da consciência e da Sabedoria celeste.

Ouve-se ainda a Voz de Deus [...] Vai, meu baobá, Árvore da Felicidade, Árvore do Esquecimento, Árvore da Saudade e dos Êxtases, Árvore das Sombras Amenas e Refrescantes, leite suave e reduto amado dos griots, Árvore-Túmulo dos crentes na vida eterna, muito além da curva longa da escuridão. Árvore Poço que não se extingue de lendas, mitos e água de beber nos tempos de verão e sol ardente. Árvore dos alimentos, dos remédios e das curas do corpo e da alma, vai e te multiplica, árvore dos viandantes audaciosos e peregrinos em busca de repouso e novos caminhos. Serás sempre para os que vivem na diáspora negra um símbolo de resistência e de perenidade da raça para a qual foste Criada.²⁸⁹

A planta é de origem africana e natural das savanas da África Central e Austral, embora desta árvore existam oito espécies diferentes, seis delas nativas de Madagascar, da África e uma do Oriente Médio. O nome *adansonia* foi dado em homenagem a Michel Adanson (1727-1806), botânico francês que primeiro descreveu o baobá no Senegal.

²⁸⁸Os griots, jali ou jeli (djeli ou djéli na ortografia francesa), são contadores de histórias, vivem hoje em muitos lugares da África ocidental, incluindo Mali, Gâmbia, Guiné, e Senegal, e estão presentes entre os povos Mandê ou Mandingas (Mandinka, Malinké, Bambara, etc.), Fulbe (Fula), Hausa, Songhai, Tukulóor, Wolof, Serer, Mossi, Dagomba, árabes da Mauritânia e muitos outros pequenos grupos. A palavra poderá derivar da transliteração para o francês "guiriot" da palavra portuguesa "criado". Ver mais em ???????? Griot é um termo do vocabulário franco-africano criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço. Estão presentes, sobretudo, na África Ocidental, notadamente onde se desenvolveram os faustosos impérios medievais africanos. [...] Dizem que, quando morre um griot ancião, morre uma biblioteca imaginária inteira.

²⁸⁹Idem p. 10.

Em minhas pesquisas sobre a árvore fabulosa, acabei descobrindo que baobás ou embodeiros foram batizados pelos cientistas como *andansonía digitata*. Michel Anderson, naturalista francês fez relatos a comunidade científica europeia sobre esta árvore, deram por isso o nome de *adansonía*. É lógico que os africanos já a conheciam e a chamavam por outros nomes, pois baobá, embodeiro e *adansonía* são a mesma árvore.²⁹⁰

Numa das lendas árabes, o baobá representa uma árvore de cabeça pra baixo que o demônio enfiou, e ficou com as raízes exposta para cima. Alguns biólogos consideram o baoba como a árvore mais antiga da Terra, estima-se que elas possam atingir até dois mil anos de existência, calculados pelo seu diâmetro.

Os sudaneses e os bantos, introduzidos em boa parte em Pernambuco e na Bahia, na página mais sombria da história da humanidade, são herdeiros destas narrativas orais, carregando dentro de si um livro de histórias imaginárias de riqueza nunca contabilizada e que, de certa forma, chegaram até a sociedade como histórias mágicas de um povo em todas as dimensões do passado.

A árvore do baobá guardava em si toda uma mística, assumindo poder também sobre a fertilização feminina na Ilha de Gorée, mulheres que não engravidavam recorriam aos poderes do baobá da região. Pakenham reconhece que “nada parece certo sobre a árvore, exceto que a mitologia chega-lhe naturalmente”²⁹¹

Símbolo do que restou da África-mãe, escondidas, os escravos traziam as sementes dos primeiros baobás que seriam plantados em Pernambuco. Sendo esta uma árvore sagrada, representava, talvez, o símbolo de esperança de retornar a pátria mãe. Diante dessa magia e sabedoria envolvendo o baobá implicava no imaginário do pernambucano certa curiosidade e respeito à árvore do esquecimento, ou da esperança de renascer em outro lugar²⁹².

Por causa da concentração de baobás em áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar atribui-se a presença da árvore em Pernambuco aos africanos que aqui desembarcaram²⁹³. No entanto, há outra versão: de que o baobá foi introduzido

²⁹⁰ LIMA, Heloisa. e cols. A semente que veio da África. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2005. p. 38.

²⁹¹ PAKENHAM, Thomas. Remarkable Trees of the World. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1 ed., 2003. 192 p. il. color. p. 19.

²⁹² LIMA, Heloisa. e cols. A semente que veio da África. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2005. p. 41.

²⁹³ SANTOS, Fernando Batista dos. Baobás no Recife: Um Estudo sobre a Relação da *Adansonía digitata* com a Flora Nativa Recifense. Monografia (Especialização em Turismo e Patrimônio).

em Pernambuco a partir do Jardim Botânico, criado por Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa. O Dr. Manuel Arruda da Câmara também escreveu ao Príncipe regente, em 1810, aconselhando a introdução da árvore no Brasil. O que torna difícil traçar uma data que essa espécie foi introduzida no país. Câmara Cascudo considerou uma terceira possibilidade, a mais aceita pelo senso comum, a de que os sacerdotes africanos trouxeram as sementes da África e plantaram-nas em locais específicos, no país, para o culto de suas religiões.

O certo é que o baobá, plantado na Praça do Campo das Princesas, é um patrimônio ao lado do Palácio do Governo, o Teatro Santa Isabel e o Palácio da Justiça que juntos são representativos de uma memória nacional. Embora muito se questione acerca de sua idade; de quando lá foi plantado; quem foi responsável pelo seu plantio; as respostas não passam de especulações. O que de fato se sabe, é que, a sua presença é contemporânea dessas primeiras construções de jardins românticos no Recife, por causa de uma publicação, em 1874, de Francisco Augusto da Costa que descreve o Baobá existente na Praça em matéria do Diário de Pernambuco, no dia 12 de maio²⁹⁴.

A árvore era apenas uma árvore: imponente, vistosa, mas que se “transmutou” em patrimônio quando desenvolveu um sentimento de pertencimento, adquirindo novo significado; quando se “ficcionalizou”, na compreensão de Gonçalves²⁹⁵. Recife é a cidade brasileira que mais possui baobás, aparecendo em ruas, quintais, praças, a beira de lagos, em universidades. Segundo John Rashford, o Recife é a cidade dos baobás e Pernambuco é considerada como o coração da espécie no Brasil²⁹⁶.

4.2.2. As Palmeiras Imperiais

A Palmeira imperial, *Roystonea oleracea*, é a espécie de representatividade pela sua imponência, majestade e notabilidade, e talvez por isso tenha recebido

Faculdade Frassinetti do Recife, 2009.

²⁹⁴Diário de Pernambuco, 12 de maio de 1874.

²⁹⁵GONÇALVES, Cláudio do Carmo. Ficções do patrimônio: raízes da memória em Gustavo Barroso e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

²⁹⁶RASHFORD, John. Africa's baobab tree: why monkey names? Journal of Ethnobiology 14(2)173-183. Charleston, South Carolina, EUA, 1994.

esse nome vulgar. Apesar da grande difusão de sua espécie no país, - essa palmeira encontrava-se em praças, jardins, ruas -, ela não é uma espécie nativa. Com presença entre o Caribe e a Venezuela, [nessa parte ainda desenvolver melhor as origens da espécie] onde também possui forte representatividade, é conhecida como “chaguaramo” e considerada a rainha de todas as palmeiras²⁹⁷. Sua introdução no Brasil remete a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, pois fez parte das iniciativas imperiais do regente a criação de um jardim de aclimação, o chamado Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que passou a se chamar Real Horto.

De acordo com Menezes²⁹⁸ a introdução da Palmeira se deu através de Luis de Abreu Vieira e Silva, comerciante português que fora aprisionado na ilha Maurício, lá com relativa liberdade, visitou o Jardim de Pamplemousses, onde os franceses aclimatavam diversas espécies com o intuito de replantar em suas colônias que apresentassem clima e terreno que permitissem sua adaptação. Luís de Abreu adquiriu sementes de cravo-da-índia, jaqueira, lichia, canela, fruta-pão, noz-moscada, manga e palmeira-imperial, trazendo-as quando foi libertado de sua prisão, ao chegar ao Rio de Janeiro doou sementes e mudas ao príncipe D. João que determinou que fossem plantadas no horto em 1809.²⁹⁹

A primeira palmeira-imperial foi plantada pelo próprio imperador D. João, por isso sua denominação palmeira-imperial. As Palmeiras começam a frutificar e suas sementes são queimadas pelo diretor do Real Horto, na intenção de preservar seu monopólio sobre as palmeiras. O que claramente não consegue, como afirma Sarthou, pois os escravos que trabalhavam no Horto furtavam as sementes durante a noite e vendiam por 100 réis cada uma³⁰⁰. As sementes dessa planta também serviam como presenteio da casa dos Imperadores do Brasil aos seus súditos mais fiéis, como símbolo de lealdade.

Da Palmeira Imperial plantada por D. João descende todas as demais plantadas no Brasil, inclusive a palmeira imperial de Pernambuco. Não se pode afirmar que ela tenha sido introduzida na província a partir das trocas estabelecidas

²⁹⁷ Braun, A., Chitty, F.D. Palmas autóctones de Venezuela y de los países adjacentes. Jardim Botânico de Caracas. 1987.

²⁹⁸ Menezes, P. C. "O papel do jardim botânico na luta pela conservação ambiental no Brasil". In: Padilla, R. & Soares, N. P.(Coord.). Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808-2008. Artepálila. Rio de Janeiro. 2008.

²⁹⁹ ARAUJO, João S. de Paula. SILVA, Ângelo Márcio S. A palmeira imperial: da introdução no brasil-colônia às doenças e pragas no século xxi. Cienc. Cult. vol.62 no.1 São Paulo 2010.

³⁰⁰ Sarthou, C. Relíquias da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Atheneu. 1965.

entre os jardins botânicos do Rio de Janeiro e o daqui, pois não há documento que comprove esse intercâmbio. A listagem de plantas que Pereira da Costa relata, no volume nove dos *Anais Pernambucanos*, como as que fizeram parte do portfólio do Jardim Botânico de Olinda a palmeira imperial não fazia parte dele. Provavelmente sua entrada aqui na província, ou se deu pela compra das sementes, ou como honraria doada pela Casa dos Imperadores do Brasil.

Oliveira Lima, em artigo para o IHGB, afirma que as palmeiras existentes na nossa flora constavam, por nomes populares, de ouricuri, baba de boi, carnaubeiro, macaíba, pindoba, buriti, coquinho babu e titara. Espécies nativas que não conquistaram o apurado gosto dos que se encantaram com a imponência da Palmeira Imperial.

Nos registros relativos à arborização urbana, a palmeira imperial surge em dois momentos: o primeiro na arborização da Rua do Imperador, o primeiro local público a ter a espécie plantada, provavelmente com o intuito de dar a rua de nome imponente, a mesma imponência transfigurada em palmeira. Nada mais faustoso do que homenagear a rua com o título de imperador plantando palmeiras imperiais. O segundo momento é a arborização do Campo das Princesas, antes de seu ajardinamento. Em 1866, no Ofício de Gervásio Rodrigues Campelo ao Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá³⁰¹ é remetido em anexo, o quadro das ruas da cidade do Recife, onde foram indicados o plantio de árvores, especificando nesse documento as qualidades de plantas e as distâncias entre elas. É nesta iniciativa que esses dois momentos de arborização que as palmeiras imperiais são destinadas a essas localidades, indicadas pela Câmara Municipal.

4.3. Praça Conde d'Eu

Esta praça denominada Praça do Conde d'EU, homenagem ao príncipe francês casado com a Princesa Isabel, era antes chamada de Largo do Aterro da Boa Vista no século XVII, por ser nesta época grande espaço alagado e coberto de

³⁰¹ROP 40, 4 de jan. 1866.

mangues, sendo assim necessário um aterro³⁰². Aterrado e tendo construído a igreja da Boa Vista, o largo chamou-se Praça da Matriz e depois Praça da Boa Vista³⁰³, considerada o coração do bairro, ligado por suas ruas artérias, como disse Flávio Guerra³⁰⁴. Em 1831 a Câmara Municipal do Recife apresenta projeto de um monumento que pretendia construir em memória dos mártires da revolução de 1817 e de 1824, a partir disso, mesmo não recebendo o monumento, a praça passa a ser chamada de Praça dos Mártires, por disposição da Câmara.

Em 1846 foi instalado no largo da Boa Vista um chafariz para o abastecimento da população que fazia parte do sistema de captação de água, operado pela Companhia do Beberibe. Provavelmente por não ser de iniciativa pública, a instalação do chafariz não consta nos relatórios da Repartição de Obras Públicas. Pereira da Costa afirma que a intenção de construir uma fonte pública no centro do largo foi datada de 1825, mas só veio se tornar real em 1846.

O chafariz da Boa Vista, lê-se no relatório da Companhia de 22 de dezembro de 1847, é talvez pela sua elegância e moderna construção, um dos melhores monumentos que neste gênero temos no império. Nelle se acham algumas legendas que a administração mandou inscrever: indicam ellas um signal de respeito, um voto de amor, e a história abreviada di encanamento: assim, pois, lê-se em letras douradas: Chafariz imperial, entre a primeira e a segunda bacia, A'prosperidade do paíz pela Companhia do Beberibe, e logo acima da base (...) versos do conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, alussivo ao riacho do Prata.³⁰⁵

A preocupação com o ajardinamento da Praça surgiu pouco depois de 1870, após a Municipalidade, por deliberação nomeá-la de Praça Conde d'EU, para perpetuar a lembrança da participação deste na Guerra contra o Paraguai. Os primeiros planos no sentido de tornar viável o ajardinamento do largo e torná-lo um local de recreio para os moradores dos arredores surgem de uma comissão

³⁰²COSTA, Pereira, 1983, v. 6, p. 98.

³⁰³Hoje Praça Maciel Pinheiro

³⁰⁴GUERRA, Flávio. *Velhas Igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Prefeitura Municipal, Departamento de Documentação e Cultura, 1970.

³⁰⁵COSTA, Pereira. 1920, p.18-19.

organizada pelo Dr. Pedro de Athayde Lobo Moscoso, então médico, vereador e diretor da Inspetoria de Higiene Pública e por fim, morador da Freguesia da Boa Vista.

[...] Para tratarem de fazer alguma coisa que perpetuasse a terminação da guerra do Paraguay, e nella se resolveu procurar os meios para levar á effeito o ajardinamento da praça do Conde d'EU, collocando-se no centro um chafariz de marmore que se mandará vir da Europa representando os emblemas do Brazil, da paz ou da victoria, conforme for definitivamente assentado.³⁰⁶

Figura 5. Fonte do Jardim do Conde d'EU, cerca de 1890, foto de Guilherme Gaensly. Fonte: Reprodução do álbum *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN



O Doutor Lobo Moscoso de frente da comissão de ajardinamento da praça, em 12 de abril de 1871, envia uma petição ao presidente da província solicitando pedras atravancadas no Arsenal da Marinha para os alicerces do jardim. Sua participação no embelezamento da praça era a de um entusiasta. Ele acompanhava negociações, cobrava as doações, fazia petições ao poder público. Em outros casos recorria à participação privada, como quando promoveu duas tardes de vacinações para arrecadar fundos para a construção do jardim. Como bem afirma essa publicação do Diário de Pernambuco:

³⁰⁶ Amanak Administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província de Pernambuco para o anno de 1871, p. 179.

Vaccina excellente. Enxertada em crianças muito limpas e sadias hoje 24 e amanhã 25 as 5 horas da tarde, em casa do Dr. Lobo Moscoso, á rua do Visconde de Albuquerque. Cada pessoa ue se vaccinar pagará 2\$ em benefício da construção do jardim da praça do Conde d'Eu a comissão que estará presente.³⁰⁷

Em outra petição posterior, Moscoso solicita mais pedras ao presidente da província, após comentar sobre o andamento das despesas, bem como do assentamento do chafariz, as grades de ferro e o preparo do jardim³⁰⁸. Em 14 de abril de 1872, no assentamento da pedra fundamental do jardim Conde d'EU, com grande celebração com a presença da sociedade ilustre, religiosos e políticos tudo sob o som da orquestra do maestro Colás.

E o Excellentíssimo e reverendíssimo Senhor Vigário Capitular João Chrisostomo de Paiva Torres (...) deu a benção a referida pedra a qual foi conduzida pelos cidadãos (...) e collocada no centro do jardim da Praça Conde d'EU pelo excellentíssimo Senhor Conselheiro João José de Oliveira Junueira Presidente da Província, no lugar onde deve ser colloado o chafariz do mesmo jardim (...) no dia treze de abril de oitocentos e setenta e dous – por baixo da mesma pedra em uma escavação rectangular aberta na cantaria foi depositada uma caixa de metal contendo o pergaminho autografado deste termo (...). E eu o Doutor Pedro de Athayde Lobo Moscoso, formado em medicina pela faculdade da Bahia e residente nesta freguesia da Boa Vista escrevi este termo e assingnei. Recife de Pernambuco aos quatorze de abril de mil oitocentos e setenta e dous”³⁰⁹

No entanto, o trabalho encabeçado por Moscoso para ver o ajardinamento da praça não havia chegado ao fim. Retia em suas mãos grandes poderes acerca da construção da praça, se colocando sempre à frente de todas as questões a serem resolvidas. Escrevia aos jornais fazendo apelo aos moradores da região, tentando comovê-los com discursos que mostravam a importância do melhoramento público que atesta o progresso, a civilização e o bem estar da população a um lugar de recreio e salubridade.

³⁰⁷Diário de Pernambuco, 24/08/1871, p. 4.

³⁰⁸OP Petições 13, 7 de abril 1875.

³⁰⁹Revista Arquivos, n. 2, 1942, p. 111-112.

Peço portanto, a todos, sem exceção, que nos mandem trazer qualquer pequena quantia. Não há ninguém que não possa mandar-nos um ou dois mil réis qualquer destes dias e outro tanto daqui a oito ou dez meses, quando chegar o chafariz, que deve ser colocado no centro da praça e que parece que agradará a todos.³¹⁰

Demonstra que a iniciativa privada impulsionou mais as reformas urbanas do que a iniciativa do Estado, que tinha por constituição a responsabilidade de reformas e melhoramentos urbanos. Moscoso cobrava e denunciava os atrasos de materiais, o descumprimento de obrigações, como fez com o caso do novo chafariz em que, numa petição, cobra ao presidente da província o seu pagamento. O velho chafariz que servia de abastecimento foi demolido quando se procedeu o ajardinamento da praça, deixando a sua base para a construção de um pavilhão para música. O novo chafariz, ou como corrige Pereira da Costa, a nova fonte esculpida em Lisboa,

A fonte mede da base, disposta em forma de cruz latina, e de granito, até ao cimo de uma estátua allegórica do Brasil – uma india, de vulto natural, e com seus adornos festivos – quase oito metros. Sobre cada uma das extremidades da cruz básica vê-se um leão curvado sobre as patas, e sustentando a rimeira bacia da fonte com um diametro de mais de três metros, e na quaç figuram quatro nynphas, de pé, com mais de metro e meio de altura, equidistantemente dispostas, e em attitude de se banharem recebendo as águas que transbordam da segunda bacia, e jorram das fontes que ficam sobre a terceira. Essas bacias vão gradualmente diminuindo de circunferência. Estão artística e convenientemente dispostas.³¹¹

Em 15 de outubro de 1875 o jardim foi entregue festivamente franqueado ao público:

Amanhã, 15 do corrente, pelas cinco horas da tarde, terá lugar a inauguração do Jardim da Praça Conde d'EU, que se espera seja uma festa de grande concorrência, visto ser o primeiro melhoramento publico realizado nesta cidade por iniciativa particular.³¹²

O mesmo jornal no dia posterior publica:

³¹⁰Diário de Pernambuco, 13 de setembro de 1872.

³¹¹Costa, Pereira. 1920, p. 20-21.

³¹²Diário de Pernambuco, 14 de outubro de 1875, p. 1.

Hontem, às 5 horas da tarde, teve lugar a inauguração do jardim Conde d'EU, subindo aos ares girandolas de foguetes aos sons do hymno brasileiro tocado simultaneamente por três bandas de musica marcial. (...) Toda a rua da Iperatriz e praça do Conde d'EU, onde fica o jardim, achavam-se profusamente embandeiradas. Comissões de diversas associações que se fizeram representar nessa festa, dirigiam honrissimos cumprimentos ao Sr. Pedro de A. Lobo Moscoso, á iniciativa de quem se deve tão importante embelezamento da freguezia da Boa Vista, e que é também um melhoramento publico, com que fica dotada essa cidade.³¹³

Nesse mesmo jornal é enfatizada a iniciativa privada em detrimento da pública, afirmando que tudo se espera da iniciativa governamental, e esta praça é exemplo de obra urbanística de mobilização social, da formação de livre associação dos indivíduos da cidade. A praça, apelidada de jardim do Moscoso, é fruto da capacidade de mobilização da sociedade, que tomou a frente sua construção, pensando no bem comum que traria tal elemento para a *urbe*.

Embora diante das contas repassadas por Moscoso ao então presidente da província o Barão de Lucena, dos trinta e um contos, dezesseis contos e quinhentos réis foram destinados pelo poder público à construção da praça, os demais valores partiram de doações do Barão da Soledade, com oito contos e quinhentos réis. O Barão do Livramento ficou responsável pela pedra de cantaria para o assentamento do gradil que trouxera de Lisboa, a Companhia de Ferro Carril ofereceu mais pedras, do senhor Bernardo José da Silva Maia vieram colaborações de serviços e material.³¹⁴ Assim, apesar da forte iniciativa privada, a administração pública também não restringiu de tudo na realização de suas tarefas, apesar da participação popular ser mais visível e elogiável nesse episódio.

³¹³Idem. 16 de outubro de 1875., p. 1.

³¹⁴Idem.

Nas petições que o doutor Moscoso enviava para o Presidente da província, consta que passava por decisão dele as escolhas das espécies a serem plantadas no jardim da praça, caso natural, já que ele estava solitariamente à frente de todas as decisões.

Figura 6. Jardim do Conde d'EU, 1875, foto de Marc Ferrez. À esquerda, o conjunto de sobrados e ao fundo a Igreja da Matriz da Boa Vista. Fonte: Reprodução do álbum *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, de Gilberto Ferrez, 1988; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN



Figura 7. Jardim do Conde d'EU. Reprodução do álbum *Greetings from Brazil*, de Gerodetti e Cornejo, 2005.



4.4 – Praça de Pedro II

Em 1877 se inicia o ajardinamento da Praça de Pedro II, localizava-se em um largo a frente da Igreja do Divino Espírito Santo, ao lado do Cais do Colégio, ou mais comumente para época conhecido como Passeio Público. Seu nome se deriva numa homenagem a visita de D. Pedro II à província de Pernambuco em 22 de novembro de 1859, para recepciona-lo, a administração local mandou erguer um novo píer às margens do Rio Capibaribe, as embarcações normalmente atracavam no antigo Cais da Alfândega, hoje, atual Paço Alfândega. Depois da ilustre visita, passou a ser chamada de Praça 22 de novembro, no entanto, na época em que o imperador aportou no Recife havia apenas um descampado e o chafariz da Companhia do Beberibe, o mesmo que fora retirado da Praça da Boa Vista.³¹⁵

O ajardinamento da praça se deu em 1877 sob os cuidados de Lobo Moscoso, o mesmo que foi encarregado de construir a Praça Conde d'Eu, hoje Praça Maciel Pinheiro. De acordo com o Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda:

Jardim da praça de Pedro II. Em 23 de abril foram remetidas ao tesouro provincial a conta corrente e documentos comprobatórios apresentados pelo Dr. Pedro de Athayde Lobo Moscoso das despesas feitas com o ajardinamento dessa praça.³¹⁶

As obras foram concluídas em 1879. De acordo com uma foto de Maurício Lamberg tirada em 1880 mostra um chafariz da Companhia do Beberibe, cercada por grades e com portões para fechar o espaço, seguindo o modelo de todas as praças construídas nesse período. Seu ajardinamento seguia também, o mesmo traçado das demais praças, no entanto, os canteiros com vegetação apresentavam características de médio e pequeno porte. Embelezava-o ainda um coreto central de ferro e alvenaria. Mário Sette o descreve:

Largo do Espírito Santo (...) foi um dos pontos mais movimentados e divertidos da cidade. Porque ali ficasse, ao lado da igreja do Espírito

³¹⁵ MENEZES, José Luiz Mota; ARAUJO, Hamilton Francisco de; CHAMIXAES, José Castelo Branco. *Águas do Prata: História do Saneamento de Pernambuco – 1838-1912*. Recife: COMPESA, 1991. p.67

³¹⁶ Fala do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda à Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1879, p. 20.

Santo, no antigo convento dos jesuítas, a Faculdade de Direito. Durante os dias os estudantes transbordando dos baixos e desconfortáveis salões (...) ou dos sombrios e monásticos corredores onde se discutiam programas e teorias, enchiam o jardim da praça (...) e ali, no efusivamento e no ruído das expansões da idade e da classe explodiam as conversas, os discursos, as risadas, os trotes, as gargalhadas, as vaias, as diabruras de toda a ordem.³¹⁷

Notadamente, mas uma vez pode-se confirmar que a vegetação escolhida é praticamente de espécies naturais da região, ou que já foram adaptadas há muito tempo.

Figura 8. Praça Dezessete, início do século XX. Fonte: Reprodução do álbum de Pernambuco, de M. Monteiro, 1913; Acervo da Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN.



³¹⁷ SETTE, Mário. *Maxambombas e Maracatus*. 4. Ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p.227

O ultimo projeto de ajardinamento do século XIX foi a Praça Visconde de Maúá, erguida em frente a estação de terminal ferroviário do Recife, possivelmente o ano de sua inauguração se dá em 1888³¹⁸. Essa data foge ao período que foi delimitado para a pesquisa, no entanto, essa praça apresenta as mesmas características das três apresentadas no trabalho com mais detalhes. Entre 1880 a 1889 não houve nenhuma evidencia de sua construção tratada nos relatórios da província, também não é feita menção de seu ajardinamento nos arquivos da repartição de obras públicas. Existe, somente uma fala em 1881 do presidente da província de Pernambuco, Franklin Americo de Menezes Doria, que podemos supor que essa praça possa ter sido ajardinada, nesta década:

Jardins d'esta cidade. Com serviço da conservação dos quatro jardins que estão a cargo da repartição de obras públicas, entre os quaes o do palácio da presidência, despendeu-se o anno a quantia de 9:328\$67 (...). Proposta da repartição de obras publicas (...) Conservação dos jardins, inclusive a pintura dos respectivos gradeamentos e portões.³¹⁹

Este período para o Recife se caracterizou pelo ajardinamento de campos e largos e que faziam parte de uma estrutura de cidade colonial que estava se desfazendo na segunda metade do século XIX. De acordo com Figueirôa, os espaços urbanos coloniais do Recife ligados às práticas religiosas, como o largo da Matriz da Boa Vista e o Pátio dos Jesuítas, foram ajardinados e despediram-se da denominação religiosa, tendo seus nomes modificados numa denominação ligada à corte – Jardim do Campo das Princesas, Jardim do Conde d'Eu, Jardim Pedro II e Praça Visconde de Mauá.³²⁰

Nesse ponto é interessante perceber que as praças, ao menos no Recife, surgem nas proximidades de igrejas, em parte por ser este um local de maior

³¹⁸ De acordo com Aline Figueirôa Silva, em *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)* existe poucas fontes de informação sobre o período de construção desta praça, por isso é difícil afirmar com exatidão se o ajardinamento dessa praça ocorre antes ou depois da construção da estação, cuja a inauguração ocorreu em 1888.

³¹⁹ Fala do Presidente da Província Franklin Americo de Menezes Doria à Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1881, p.68.

³²⁰ SILVA, Aline figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. 2010. p. 80

concentração da população e dentro da sociedade, a igreja ainda se constituía uma instituição de poder, logo, a estruturação da cidade vai receber influência de seu poder. Segundo Sitte, a praça adquiriu assim uma grande relevância para a cidade, onde parte da vida pública acontecia, e comumente estava ligada a edifícios que se localizavam no seu entorno. Assim, somente depois os jardins e praças públicas se proliferaram nos entornos laicos.

O projeto paisagístico do Recife estava vinculado a uma função artística, quando relacionada ao embelezamento da cidade; civilizatória; e também salubrista pois tinham a intenção clara de diminuir os miasmas; além de funções recreativas, pois a elite e a classe trabalhadora também estava incluída nos passeios, nas cantatas dos coretos e retretas domingueiras.

Os quatro projetos de praça executados na segunda metade do século XIX apresentam estilos do jardim românticos, refletindo o modelo de paisagismo que se difundiu no Brasil nesse período, de forte influência britânica e francesa.

Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou reconstruir as particularidades da arborização no Recife, no século XIX, entre os anos de 1840 a 1880, dentro de um plano maior que foram as reformas urbanas iniciadas pelo Conde da Boa Vista. A capital de Pernambuco, na segunda metade dos oitocentos, apresentava um amontoado de problemas urbanísticos, desde imundície nas ruas e animais soltos a aumento populacional e grande desigualdade social. Vivia-se, nessa época, num ambiente urbano degradado e poluído demonstrando grandes características das cidades doentias, no entanto, o século XIX foi o século das reformas urbanas. Era preciso planejar as cidades, era preciso reformulá-las provocando sérias alterações nos conceitos e valores que regiam o espaço citadino, e que apresentavam, até então, ausência de ordenamento urbano, ou, ao menos, o ordenamento desejado para as cidades ditas modernas.

Nesses planos de reformas das cidades surgem novos modelos de urbanização para torná-las ideais, e que se propunham a sanear, embelezar a paisagem urbana e civilizar sua sociedade. A arborização e o ajardinamento constituíram-se na expressão máxima do novo pensar a cidade, encontrando eco em várias partes do mundo que sofriam dos mesmos males que as cidades europeias nos oitocentos.

No Brasil, os problemas urbanos tiveram origens diferentes das europeias, se lá os males eram resultados da industrialização e da formulação dessa cidade industrial que não cabia mais no contexto de modernização, aqui, os problemas foram de desordem política, desigualdade social, êxodo rural causado pela grande concentração de latifúndios e escassa oferta de trabalho livre, entre outros problemas tão urgentes como. A forma de ver a cidade e de construí-la vai passar por drásticas transformações, ainda no início do século XIX, com a chegada da família real ao Brasil e com as reformas ocorridas no Rio de Janeiro a partir desse acontecimento. Talvez, esse fato seja bem mais importante do que a própria independência, visto que essas transformações trouxeram para o país uma maior autonomia, afinal era a única colônia que havia se tornado sede da metrópole. Como foi analisado no primeiro capítulo, o 1808 é considerado como um afrouxamento das relações mercantis construídas ao longo da história através do pacto colonial. O Rio

de Janeiro, então, se travestiu de cidade metrópole para se tornar o lócus do poder lusitano, era preciso modernizá-la, vesti-la com os trajes de uma cidade que comporta a sede da monarquia, modernização era a palavra de ordem. Assim, não se pode excluir da análise a influência que o Rio de Janeiro exerceu para as demais capitais provinciais, porque ele passou a ser modelo nacional de onde se difunde o “progresso”. Como sede da corte portuguesa teve importante função de difusor das modernidades que estavam sendo implementadas no Brasil.

O Rio de Janeiro, no entanto, inspirava-se na Europa, nos costumes ocidentais, pois eram ditos os mais “civilizados”, e era o modelo a ser copiado para se alcançar o progresso, afinal, ela era o símbolo da civilização moderna. As reformas urbanas inglesas e francesas se tornaram paradigma universal a ser atingindo por qualquer cidade que se pretendesse civilizada e moderna. É claro que, durante a pesquisa, foi analisado criteriosamente o fato de que as reformas urbanas que ocorreram no Recife em meados do século XIX foram muito mais modestas do que as ocorridas no início do século XX. No entanto, continha dentro de seus ideais pontos inovadores e que, de certa forma, antecederam prerrogativas que estiveram presentes nessa segunda reforma, que foi mais abrangente. Ideais como salubridade, civilização e embelezamento também estavam presentes nessa primeira reforma a que o Recife foi submetido sob a orquestra do Conde da Boa Vista.

Na época que se iniciou as reformas urbanas no Recife, iniciaram também a preocupação e a interferência do Estado, com um novo padrão de estética urbana através das Posturas Municipais, como forma de disciplinar as construções. Essas posturas evidenciavam regras de composição tanto pensando na regularidade como no aformoseamento da cidade e é a higiene pública que vai estabelecer esses novos padrões. O que se deve atentar com isso é que a preocupação de se reformar a cidade já se via, de acordo com Maria Angela de Almeida Souza, no Plano do Recife elaborado pelo Major Bloem, ainda nos anos de 1830, contendo as primeiras regras para a construção das edificações da cidade, embora pautadas nas regras de urbanismo clássico.³²¹

³²¹ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 250.

O Estado buscou ordenar a cidade dentro dos pressupostos da salubridade, e, a partir disso, a árvore era resignificada no imaginário social urbano. A presença da vegetação no núcleo urbano, algo até então negligenciado pelas autoridades, passou a ser valorizada. Na segunda metade do século XIX, já era possível identificar, nas determinações da Câmara Municipal, certos cuidados com as áreas verdes e a preocupação em implantá-las. Dentro do orçamento da Câmara Municipal reservavam valores para a arborização de ruas e praças, no entanto, verificou-se que esse serviço nem sempre era recorrente, havia anos que ele não aparecia no orçamento do ano corrente. Muito mais do que a arborização de ruas, é com o ajardinamento de praças que a natureza será sacralizada e se tornará algo necessário para a cidade.

A cidade se configurou a partir de órgãos considerados modernos para época e que divulgavam os discursos médicos que estavam presentes na Europa, eram esses órgãos: o Conselho Geral de Salubridade Pública da Província de Pernambuco e a Sociedade de Medicina de Pernambuco. As discussões sobre o “Recife insalubre” gestada pela elite política e econômica receberam fortes e grandes influências dos médicos higienistas para a construção de um processo civilizatório. A modernidade era associada à higiene e, a partir disso, começou a interferir na vida social gerando novas formas de comportamento com a intenção de mostrar ao mundo que o Brasil era um país evoluído.

O estudo inicialmente atribuía ao Estado às iniciativas de arborização da cidade, no entanto, as documentações revelaram que havia, na verdade, uma participação ativa dos agentes privados quando o agente público se ausentava. O agente público agia de forma direta, quando analisamos duas instâncias dentro das estruturas administrativas que viabilizavam as reformas urbanas e a implantação de uma malha verde na cidade, que foram configuradas pelo ROP e pela interferência dos Médicos higienistas dentro do Conselho de Salubridade Pública. Se a ROP gestada pelos ideais do poder público incorpora à cidade uma nascente engenharia urbana, o Conselho trata de reformar com o intuito de sanar a cidade doentia. No entanto, percebeu-se que há uma mescla nas iniciativas, pois quando há uma ausência do setor público, o setor privado ocasionalmente o substitui.

Dentro da estrutura da ROP não é definida os limites de atuação entre o público e o privado, o mesmo ocorre com o Conselho de Salubridade. A ROP possui

um caráter errático, pois, dependendo da personalidade que estava à frente do governo provincial, esse órgão vivia períodos de intensa atividade, quando não sucedia tal, ela passava por períodos de retração. Outro ponto que foi levado em consideração é que a ROP possuía limites operacionais e, quando isso ocorria, lançava mão do recurso dos arrematantes. Assim, na análise dessa instituição, não se pode atribuir somente ao Estado um viés modernizador, pois havia outros agentes privados que diversas vezes o sucedia. Se a ROP se mostra bastante ativa na construção e ajardinamento da Praça do Campo das Princesas, o mesmo não se dá na construção da Praça Conde d'Eu, claramente de iniciativa privada. Na verdade, o capítulo 4 surge como forma de demonstrar a combinação dos agentes, seja pela atuação da ROP, seja por agenciamento paisagístico da praça.

O estudo sobre a arborização do Recife afirmou seu caráter limitado, como foi discutido ao longo do trabalho, pois, dentro do que se convencionou denominar reforma urbana, ela não chegou a ganhar centralidade, face a outras normas dentro das Posturas Municipais vistas como prioridades. Obviamente isso não torna desimportante o tema da arborização, pois esta assume dentro de um sistema maior de reformas sua escala de importância, principalmente porque no último capítulo é demonstrado o papel de centralidade que a arborização assume nos ajardinamentos das praças, como é no caso da Praça do Campo das Princesas sede do poder.

Pelo seu caráter secundário e pela gestão de agentes privados, existiu uma dificuldade em se estabelecer uma relação das vegetações que foram utilizadas na arborização não só das ruas, como também das praças. Com exceção da Praça do Campo das Princesas, as demais aqui estudadas não ofereceram uma planta baixa para a sua construção nos arquivos em que foi pesquisado sobre o tema. Acredita-se que, por serem de iniciativa do agente privado, essas plantas não se configuraram como documentos oficiais, outra hipótese é que se extraviaram com o tempo.

Mais uma vez, a Praça do Campo das Princesas recebe outro tratamento se comparada às demais, provavelmente pela importância que assumiu ao fazer parte da sede do governo. O que pode ser aferido dos silêncios resultantes da falta de documentação é que apresentavam um caráter transitório e que não havia preocupação com as consequências de se plantar espécies aleatórias sem estudo prévio. No entanto, isso também reflete inexistência de experiências de uso vegetal no espaço urbano, daí a ausência de se pensar nas consequências.

Quanto a disposição arbórea na cidade, as escolhas das espécies ocorreram de forma aleatória, não havia documento indicando o porquê das escolhas das plantas, mas havia apenas a lista delas, e a indicação de onde seriam usadas para a arborização das ruas. Não havia uma preocupação com o porte ou com o tipo de caule e raiz, não demonstrando nenhuma preocupação com as consequências que essas árvores de alto porte, plantadas de formas desordenadas, ocasionariam para a estrutura urbana da cidade. O planejamento da urbanização de ruas deveria irremediavelmente passar pelas escolhas do tipo de árvore a ser plantada, da escolha da árvore para o lugar certo, dotando de critérios científicos e técnicos para o estabelecimento da arborização em curto, médio e longo prazo. Essa negligência nas escolhas revela um caráter provisório e transitório dessa política de arborização, por isso que o ajardinamento das praças é visto como a efetivação de fato dessa arborização.

A arborização deve antes passar por um planejamento, independente do porte da cidade, pois é muito mais fácil implantar quando se tem uma preocupação sobre que espécies devem ser alocadas nesses espaços, caso contrário passa a ter um caráter de remediação, o que foi o caso do Recife. Pois a inexistência de um plano mais organizado evidencia a tentativa de encaixar essa arborização dentro das condições existentes.

Sobre as espécies que foram utilizadas nessa arborização, a maioria delas foram vegetações nativas, o que demonstrou novidade, visto que o ideal de civilização que era almejado vinha como um modelo de fora a ser implantado aqui, logo, era natural que o primeiro pensamento estabelecesse conexões com plantas exóticas. As escassas documentações que se referiam as espécies que seriam plantadas nas ruas fazem referências a plantas nativas, como é o caso da castanheira e, principalmente, das gameleiras que se tornou uma das espécies arbóreas mais presente na arborização dos logradouros Recifenses no século XIX.

Plantou-se nas ruas, ainda durante esse período, o espinho de judeu, o trapia, o visgueiro e a aroeira: todas plantas nativas. Como não há documentações disponíveis relacionando as espécies, em algumas imagens das praças, pode-se vislumbrar a presença de dois ou mais tipos de palmeiras, essas sim, representantes da vegetação exótica. O que se pode presumir com isso é que, apesar de se adotar um modelo civilizatório importado, a primeira manifestação de arborização no Recife

vai se dar de forma predominantemente por vegetação nativa, embora contenha algumas espécies exóticas.

A pesquisa sobre a arborização no Recife destacou a implantação do ajardinamento de praças dentro de um ambiente público, analisando as dinâmicas que viabilizaram tal projeto dentro do espaço urbano. Existe um viés, não estudado no trabalho e que deixou em aberto para futuras pesquisas, que se refere ao ajardinamento no campo privado, de porta adentro das casas, o ajardinamento dos quintais, dos espaços vazios que dão lugar a jardins repletos de espécies exóticas nos interiores residenciais do Recife. Numa modernidade que se transporta para dentro da casa e causa uma revolução na velha estrutura do jardim-horta-pomar. Se a rua ganha melhoramentos, a casa também vai acompanhar essa transformação do espaço urbano, se a casa se altera, o jardim também se transformará acompanhando as tendências modernizadoras.

Tendências essas que incluíram, pouco a pouco, espaços arborizados e ajardinados na malha urbana. A partir do final do século XIX, praças e parques vão se tornar mais importantes para a cidade, dando nova e mais moderna aparência, além de difundir novos hábitos. Esses novos espaços apresentavam novas formas de entretenimento, como cantatas nos coretos, passeios, apresentação de bandas de músicas, entre outras coisas. Esses espaços foram palcos de novas sociabilidades, num momento de crença e otimismo no progresso e na modernização que sempre foi almejado, numa celebração da cidade que se fazia civilizada ao incorporar novos princípios urbanísticos, imaginava-se vivendo a magia da modernidade.

Referências

1.1. Fontes Impressas:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Biblioteca (APEJE) – PE

- Coleção de Trabalhos do Conselho Geral de Salubridade da Província de Pernambuco, Typ. Imp. Por S. Caminha, 1845-1850.
- Diário de Pernambuco (1840-1880)
- Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844). Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1977.
- Coleção de Obras Públicas de Pernambuco (1840 -1880).
- Coleção de Leis e Decretos da Província de Pernambuco, 1835-1888. Pernambuco: Typ. M. F. de Farias.

Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de Pernambuco (AHALEPE)

- Atas de reuniões da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco.
- Petições a Câmara Municipal.
- Anais da Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco, 1869 -1883. Per. Typ. M. F. de Farias.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

- Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

1.2. Fontes Eletrônicas:

Relatórios da Presidência da Província de Pernambuco, 1845-1850.

<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.html>

Relação de Presidentes da Província, 1845-1850.

<http://www.fundaj.gov.br/geral/pesquisa%20escolar/gov%20Imperio.pdf>

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. RJ: Zahar. 1985.

ADVINCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Entre Miasmas e Micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do norte (PB) e outras medidas de salubridade 1910/1926*. Tese de Mestrado.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rubens de. A construção da paisagem urbana no Brasil: processos e práticas de arborização. In: TERRA, Carlos. *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004.

ARAÚJO, de José Paulo de Figueirôa Nabuco. *Legislação Brasileira: Ou Coleção Cronológica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., do Império do Brasil desde o ano de 1808 até 1831*. Tomo V. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. Rua do Ouvidor, nº 65. 1838. Título III – Posturas Policiais.

ARAÚJO, João S. de Paula. SILVA, Ângelo Márcio S. A palmeira imperial: da introdução no brasil-colônia às doenças e pragas no século xxi. *Cienc. Cult.* vol.62 no.1 São Paulo 2010.

ARRAIS, Isabel C. *Teatro Santa Isabel: Biografia de uma casa de espetáculos*. Mestrado. História, UFPE, Recife, 1995, p. 22.

ARRAIS, R. P. A.. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. 00. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BARZUN, Jacques. *Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BAUDELAIRE. Charles. *Le Peintre de la vie moderne*, cit.: A metrópole: Palco do flâneur, A fisionomia da metrópole moderna, Willi Bolle.

BAUMER, *O pensamento europeu moderno; séculos XIX e XX* Lisboa: Edições 70, s./d.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 2ª Edição. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1993.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BENJAMIN, Walter. Paris: Capital of the Nineteenth Century. <https://www.sfu.ca/~andrewf/benjaminparis.pdf>

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Audiência, 2000. 180p.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Companhia das letras, 1997.

BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

BRAUN, A., Chitty, F.D. Palmas autóctones de Venezuela y de los países adjacentes. Jardim Botânico de Caracas. 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico*. In: Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. TEXTO PARA DISCUSSÃO 368, junho de 2014.

BORBOREMA, Ana Cláudia Bezerra de Albuquerque. Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia Holandesa e Portuguesa. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011

BURY, John Bagnell. *The Idea of progress: an inquiry into its origin and Growth*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2004.

CAMPOS, C. São Paulo pela lente da hygiene: as propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos: RiMa Editora, 2002.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbana*. Barcelona: Ediciones de Serbal, 2002.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. “A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife”. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; PONTUAL, Virgínia. (Coord.). *História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís*. Recife. Editora Bagaço. 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. CONFLUENZE Vol. 1, No. 1, pp. 136-157, 2009, Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, Università di Bologna.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de Sombras: A política imperial brasileira. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 231p.

CARVALHO, Maurício Rocha. Recife (1890 – 1930) *La Transposición de una “Estética Moderna”* (un estudio del proceso de asimilación brasileña de la arquitectura europea del siglo XIX). Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 1999.

CASTRO, Josué de. *Fatores de Localização da cidade do Recife. Um Ensaio da Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Brasil. 1948.

CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares. 1960.

CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Vanessa de. *Das Igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHALHOUB Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da Escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287p.

CHERNOVIZ, Napoleão. *Dicionário de medicina popular*. [s.l.]: 1890.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*” São Paulo, Perspectiva, 2011.

COSTA, L. A. M. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Carlos: RiMa: Fapesp, 2003.

COMTE, Auguste, 1798-1857. *Espírito positivo ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo ; Catecismo positivista / Auguste Comte ; seleção de textos de José Arthur Giannotti ; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos*. — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove*. Tradução Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.21.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário social*. São Paulo: São Paulo: Companhia das letras, 1989.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucano*, v. 10, p. 229-30.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELUMEAU, J. *A história do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e Eurocentrismo*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

ECO. Umberto, *História da Beleza*. Rio Janeiro: Ed: Record, 2007.

ELIAS, Norbert. *Processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar. 1993.

FIGUEIRÔA, Aline. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil: (1872-1937)*. Recife: CEPE, 2010.

FONTANA, Josep. *A Europa diante do espelho*. Tradução de Omar. Ribeiro Tomaz. São Paulo: EDUSC, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 13ª edição. Record, Rio de Janeiro, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil: aspectos da influencia britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

GALVÃO, Viviane. *Religiosidade e morte: instrumentos do projeto colonial português*. Columbia, S.C. USA: Stanley South, 1995

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 -1841*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975

GOMES. Edvânia Tôres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife; Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

GONÇALVES, Cláudio do Carmo. *Ficções do patrimônio: raízes da memória em Gustavo Barroso e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

GRAY, John (2014) *The Silence of Animals: On Progress and Other Modern Myths*, London: Penguin

GUERRA, Flávio. *De Friburgo ao Campo das Princesas: nota histórica dos palácios de governo em Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, [Casa Civil], 1966.

HAUSSMANN, B. *Mémoires*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intrasigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*; trad. Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. Introdução: Dácio Araújo Benedito Ottoni. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

LASCH, Christopher (1991) *The Trust and Only Heaven: Progress and Its Critics*, London: Norton.

LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitetura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. IN: História e Memória. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

LIMA, Heloisa. e cols. A semente que veio da África. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2005.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinati. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do Corps des Ponts et Chaussées (1842 -1846), XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vitória, 2010.

MANCHESTER, Alan K. "A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro" em, Keith, H. H. e S.F. Edwards (orgs.) Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaios. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

MARTINS, Roberto Borges. *A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: Impactos sobre Minas Gerais*. Um capítulo In: Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Universidade Federal de Minas Gerais/MG.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MATOS, Clarence José & NUNES, César A. Novo Manual Nova Cultural História do Brasil. Coleção Novíssimo. São Paulo, Nova Cultural, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 208.

MELLO, José Antônio Golsalves de. [Estudo biográfico e notas]. In: CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*. Coligadas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

MENEZES, P. C. "O papel do jardim botânico na luta pela conservação ambiental no Brasil". In: Padilla, R. & Soares, N. P.(Coord.). Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808-2008. Artepallila. Rio de Janeiro. 2008.

MESQUITA, Liana de Barros. *Praça da Re pública: do século XVI aos dias atuais*. In: Recuperação e intervenção paisagística na Praça da República. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1999.

MESQUITA, Liana de Barros. Fribvrgum: o parque de Nassau no Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE

ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2002, Recife. Anais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002

MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Minas Gerais. Livraria Itatiaia Limitada, 1961.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas*. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

Manuela de Arruda... *Recife: entre a sujeira e a (com)postura*. p.38.

NISBET, Robert. *Histoy of idea of progress*. New York: basic books/inc.. 1980.

PAKENHAM, Thomas. *Remarkable Trees of the World*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1 ed., 2003. 192 p. il. color.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PINTO, F. M. *A invenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

PONTUAL, Virginia. *Experiências urbanísticas e representações e representações de cidade: o Recife civilizado*. In: *História e Paisagem: Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*.

ROUSSEAU. Jean-Jaques. O Contrato Social. Disponível em:<<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>

ROSAS. Suzana Cavanni."Pernambuco e as origens do Partido Parlamentar de 1853". In: *Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro, 2002

ROSA, Marilene Nogueira. *Deserdados: Dimensões das desigualdades sociais*. Rio de Janeiro: Ed. H.P. Comunicação, 2007. 215p.

REIS, Nestor Goulart. *As primeiras cidades e vilas do Brasil – importância na vida urbana colonial*. In: *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, nº .41 (jan/mar), 2000, p. 61-67.

RASHFORD, John. Africa's baobab tree: why monkey names? *Journal of Ethnobiology* 14(2)173-183. Charleston, South Carolina, EUA, 1994.

RIST, Gilbert. *The History of Development, from Western Orgins to Global Faith*. London: Zed Bools, 2008.

RODRIGUES, J. ; DUTRA, M. ; ALBUQUERQUE, P. ; DIAS, S. ; ALMEIDA, A. V.. Aspectos histórico-ecológicos do Horto d'El Rey de Olinda, Pernambuco. *Mneme – Revista de Humanidades, Caicó*, v. 7.n. 19, dez. 2005/jan. 2006. p. 388-413. Disponível em <http://www.seol.com.br>.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas, São Paulo. Papirus, 1991.

ROLNIK, Raquel. História urbana : história na cidade?. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA URBANA, 1990, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 1990. Rouanet, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

SANTOS, Manuela de Arruda. *Recife: Entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845*. Mestrado. UFRPE. 2009.

SANTOS, Fernando Batista dos. *Baobás no Recife: Um Estudo sobre a Relação da Adansonia digitata com a Flora Nativa Recifense*. Monografia (Especialização em Turismo e Patrimônio). Faculdade Frassinetti do Recife, 2009

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil* - Studio Nobel, 1996. p. 31 – 44-45.

SARTHOU, C. *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Atheneu. 1965.

SENETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p. 167 – 169.

SERPA, Joaquim Jeronymo. *Topografia da Cidade do Recife*. In: *Anais da medicina pernambucana*, ano I, n. II. 1843. In: *Anais da medicina pernambucana* (1842 – 1844). Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 197.

SILVA, Maria Angélica. *Acolhendo a diversidade: o jardim seiscentista de Maurício de Nassau e a paisagem americana*. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Perez (Org.). *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*. Pernambuco. Editora Universitária: UFPE, 2009.

SIMON, Mateus Samico. *O Jardim Botânico de Olinda (1811-1854)*. Monografia – UFPE, 2010.

SITTE, Camilo. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática, 1997.

SOREL, Georges (1910 [1981]) *Les Illusions du Progrès*, Paris : Ressources. Publicado originalmente em 1910.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

TELLES, Pedro da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC livros Técnicos e científicos, 1984.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural; mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/ Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1978. [Do original: *Notes dominicales prises pendant un voyage em Portugal et au Brésil em 1816, 1817, 1818*].

TRINDADE, Jeanne A. *A Restauração do passeio público do Rio de Janeiro*. IN: CARNEIRO, Ana Rita Sá (ORG.) *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Pernambuco, Editora Universitária. 2009. P.45 -72.

VIANNA, Oliveira F. J. *Instituições políticas brasileiras*. 2 v. São Paulo : José Olympio. 1949.

ZANCHETI, Silvio A. Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, USP, 1989, p.147.

WELCH, David. *The Manegement of Urban Park*. London: Longman, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.